

**Pobreza, Fome e Estratégias de Combate para a sua Mitigação
na Cidade do Namibe - Angola**

Cláudio Eduardo Samuel Bunga

**Dissertação de Mestrado em Gestão do Território
Especialização em Ambiente e Recursos Naturais**

Março, 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território, área de especialidade em Ambiente e Recursos Naturais realizada sob orientação científica da Professora Doutora Ana Maria Viegas Firmino.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente à minha família, que me incentivou e depositou toda a confiança em mim. Aos meus pais super guerreiros e batalhadores. Dedico também ao meu mano Armando Mabanza, a pessoa que desde o princípio desta caminhada, me disse que faria tudo o que fosse possível, e que iríamos vencer mais este desafio.

OBRIGADO.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, Senhor todo-poderoso, por me possibilitar triunfar ao percorrer este caminho longo.

À Professora Doutora Ana Maria Viegas Firmino, minha Orientadora de dissertação de Mestrado, pela disponibilidade e paciência que demonstrou logo de início em trabalhar comigo, pelo empenho, rigor que sempre evidenciou e com que me auxiliou ao longo de todo o trabalho, e por compreender as minhas dificuldades como estudante, estou grato eternamente.

Aos professores Fernando Martins, José Eduardo Ventura, Pedro Cortesão Casimiro e Carlos Russo Machado, às professoras Maria José Roxo e Dulce Pimentel, pelos seus sábios e vastos conhecimentos proporcionados.

A todas as instituições públicas e privadas na cidade do Namibe, aos entrevistados e inquiridos que colaboraram este estudo.

À minha família, por todo o apoio recebido, em especial a minha avó Elisa Mkuma Muanza, aos meus tios Alberto dos Santos Henriques e a sua esposa Helena Mahove, o Filipe Eduardo e sua esposa Francisca Eduardo, ao Samuel Eduardo, Piedoso Muanza e Elsa Muanza, por todo o carinho e apoio prestados nas horas mais difíceis.

O tio Zeca e sua esposa Marieth Geraldo de Oliveira por todo apoio incansável desde o dia em que cheguei a Lisboa.

Aos meus pais, Costa Lourenço e Gertrudes Eduardo Samuel.

Aos meus irmãos, Helena Francisco, Camilo Costa, Armando Mabanza Camacaíssa, Vanda Pacita, Luísa da Glória, Leandro Lourenço, Valquíria Lourenço, e Délcio, pelo incentivo e coragem transmitida.

Aos meus queridos sobrinhos, Joelson, Genelva, Kiese Kiene, Kiaku, Etiany, Genilson, Blessing, Elton.

Às minhas primas (o), Edna Eduardo, Gizela Mahove, Walter Eduardo, Noémia, Celso Eduardo, Ezelmar Eduardo, Filipe Joanga, Elizio Henriques, Mizio Mahove, Edi, Pelucinha, Samira, Ni, Anderson, Clarinha, Erica, Manita, Juninho, obrigado pela corrente de alegria transmitida durante este tempo.

Aos meus colegas, amigos e minha família em Lisboa, Adérito Cacope, António Lolino, Albano, Bernardo Kahungu, Benvindo Coge, Correia Muakuambi, Chawa Camosso, David, Dário Avila, Eduardo Muakariata, Eudes Gomes, Félix Chinjengue, Gustavo Boto, Jorge Nobre, José Maria Sasoma, João Muteteka, Liliana Rosa, Manuel Matola, Rafael Macedo, Roland Lau, Suzano Costa, Sana Sanito, Shirley Mendonça, Wilman Sidnei Silva, obrigado por aturarem a minha “chatice”.

Aos meus kambadiamés, Abelardo Lemba, António Burity, António Paiva da Silva, Aldino Francisco, Celestino Tchambala, Celmira Yofina, Faria Kuenhe, Fuca Lass, Hermenegildo Dinis, Iracema Kiala, Ilma da Silva, Jeovany Sandro, Lucas Fernandes, Kelson Fernandes, Joaquim Jamba, Martinho Domingos, Mário Cesar, Melciadina Visandule, e a todos os que contribuíram para a concretização deste trabalho, muito obrigado.

POBREZA, FOME E ESTRATÉGIAS DE COMBATE PARA A SUA MITIGAÇÃO NA CIDADE DO NAMIBE - ANGOLA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO ESPECIALIZAÇÃO EM AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Cláudio Eduardo Samuel Bunga

RESUMO

Palavras-chaves: Pobreza, Fome, Angola, Estratégias.

A redução da pobreza é uma das maiores preocupações dos países membros das Nações Unidas. A pobreza é uma temática muito discutida e sem soluções imediatas. As causas deste fenómeno encontram-se numa complicada teia de situações locais conjugadas com circunstâncias nacionais e internacionais. Angola, tendo vivido quase três décadas de guerra civil, deparou-se com vários problemas de carácter social, nomeadamente a pobreza a desigualdade e a exclusão social.

Este trabalho de investigação tem por objeto de estudo a análise da problemática da pobreza em Angola tendo como caso de estudo a cidade do Namibe; sendo este um dos locais com maior índice de pobreza a nível nacional, identificamos e propomos medidas capazes de diminuir os atuais problemas relacionados com a pobreza, fome e a insegurança alimentar face aos programas implementados atualmente pelo Estado angolano.

**MASTER THESIS IN MANEGEMENT OF TERRITORY, SPECIALIZATON IN
ENVIRONMENT AND NATURAL RESOURCES**

Cláudio Eduardo Samuel Bunga

ABSTRACT

Key – words: Poverty, Hunger, Angola, Strategies.

The reduction of poverty is one of the biggest concerns of the members of the United Nations. The poverty is a thematic much debated and without immediate solutions. The causes of this phenomenon are in a complicated web of local situations combined with national and international circumstances. Angola having lived almost three decades of civil war, is confroted with several problems of social nature, in particular poverty inequality, and social exclusion.

This research has as object of study the analysis of the problem concerning of poverty in Angola as a case study and the city of Namibe; being this one of the locations with the highest index of poverty at the national level, we identified and proposed measures to reduce the current problems related to poverty, hunger and food insecurity in relation to programs currently deployed by the Angolan State.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
SIGLAS E ABREVIATURAS	ix
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	8
CAPÍTULO I – O FENÓMENO DA POBREZA	8
1.1. Conceitos de Pobreza	11
1.2. Exclusão Social	14
1.3. Pobreza e Exclusão Social	16
1.4. Quem são os Pobres?	20
1.5. Pobreza em Angola	24
1.5.1. Causas da Pobreza em Angola	35
1.5.2. Consequências da Pobreza em Angola	36
1.6. Pobreza Rural em Angola	37
1.7. Avaliação da Pobreza em Angola com base nos Relatórios de Desenvolvimento Humano	41
CAPÍTULO II – A PROBLEMÁTICA DA FOME	43
2.1. A Fome	43
2.2. A Dimensão da Fome no Mundo	45
2.3. A Fome em Angola	49
2.4. Atuações das ONG's no Combate à Pobreza e Fome em Angola	51

2.5. A falta de Investimentos na Agricultura em Angola	53
CAPÍTULO III – ANGOLA	55
3.1. Caraterização Geográfica de Angola	55
3.1.1. Contexto Político	57
3.1.2. Contexto Económico	59
3.1.3. Contexto Social	62
3.1.3.1. Saúde	64
3.1.3.2. Educação	64
3.2. Modos de vida dos Angolanos Antes da Independência	66
3.3. Condições de vida dos Angolanos Depois da Independência	68
3.4. Valor de Classificação do IDH em Angola	69
3.5. Estratégia de Combate à Pobreza	75
3.6. Políticas para a Erradicação da Pobreza: o papel da ajuda da Comunidade Internacional	80
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	82
CAPÍTULO IV – CIDADE DO NAMIBE	82
4.1. Caraterização da Cidade do Namibe	82
4.1.1. Aspeto Biofísico	83
4.1.2. Setores Económicos Produtivos	84
4.1.3. Aspeto Demográfico	85
4.1.4. Estrutura da População	85
4.1.5. Áreas de Intervenção Prioritárias	89

4.1.6. Interpretação das Entrevistas	99
4.1.7. Interpretação do Questionário	103
CONCLUSÃO	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119
LISTA DE GRÁFICOS	132
LISTA DE FIGURAS	132
LISTA DE TABELAS	133
ANEXOS	134

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ADC – Ação para o Desenvolvimento Cristão

ADRA – Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente

AN – Assembleia Nacional

AN – Angonoticias

ANGOP – Agência Angola Press

APAM – Associação para a Proteção e Apoio a Mulher

APTSS – Direção Provincial do Trabalho, Assistência e Segurança Social

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BRICS – Brasil, Rússia, Índia e China

BUÉ – Balcão Único de Empreendedor

CASA-CE – Convergência Ampla de Salvação de Angola-Coligação Eleitoral

CEIC-UCAN – Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola

CIDEC – Centro Interdisciplinar de Estudos Económicos

CMI – CHR. Michelsen Institute

DPARS – Direção Provincial de Assistência e Reinserção Social

DW - Deutsche Welle

ECP – Estratégia de Combate à Pobreza

ENE – Empresa Nacional de Eletricidade

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

EU – União Europeia

FAO – Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FAS – Fundo de Apoio Social

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FORDU – Fórum Regional para o Desenvolvimento Universitário

GEPE – Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística

GINI – Impactos de Desigualdades Crescentes

GPN – Governo da Província do Namibe

IBEP – Inquérito sobre o Bem-Estar da População

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDR – Inquérito sobre Despesas e Receitas

INE – Instituto Nacional de Estatística

INEFOP – Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional

IPM – Índice de Pobre Multidimensional

JA – Jornal de Angola

LNG – Gás Natural Liquefeito

MINFAMU – Ministério da Família e Promoção da Mulher

MINPLAN – Ministério do Planeamento

MINUA – Ministério do Urbanismo e Ambiente

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NE – Nordeste

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OGE – Orçamento Geral do Estado

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OXFAM – Comitê de Oxford de Combate à Fome

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAM – Programa Alimentar Mundial

PDIPN – Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe

PDES – Plano de Desenvolvimento Económico e Social

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

RSU – Resíduos Sólidos Urbanos

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Subsaariana

SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

SO – Sudoeste

UN – Nações Unidas

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNITA – União Nacional da Independência Total de Angola

UTCAH – Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana

INTRODUÇÃO

- **Justificação**

É assustadora a situação atual do número de pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia nos países mais pobres do mundo. Os índices de pobreza tendem a aumentar em alguns locais e diminuir noutros. O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014 das Nações Unidas afirma que apesar dos recentes progressos na redução da pobreza, mais de 2,2 mil milhões de pessoas vivem situação de pobreza multidimensional. A África Subsaariana aparece como a região onde se encontram mais pessoas a viver na pobreza extrema, tudo isso porque não há políticas acertadas para a redução da pobreza, da fome, de obtenção de uma habitação condigna, de acesso a água a potável, de educação e a saúde adequada, etc.

Em 2000, na Conferencia do Milénio foram traçados os princípios básicos do plano acordado pelos países membros das Nações Unidas na redução da pobreza, da fome, e um melhor acesso à educação, à saúde, até ao ano de 2015 no quadro dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. “Através dos objetivos 1 a 7, os líderes comprometeram-se a erguer o pobre da fome e pobreza, ter cada criança na escola, empoderar a mulher, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV-Sida, malária, e outras doenças, e assegurar a sustentabilidade ambiental”¹. Mas não houve cumprimento dessas metas em algumas regiões do mundo. O cenário atual é diferente, por causas de vários fatores condicionantes. A crise económica, o aumento dos preços mundiais dos alimentos, as mudanças climáticas, e as instabilidades políticas condicionaram a diminuição da pobreza e da fome no mundo inteiro. A pobreza resulta de combinações de fatores socioeconómicos e políticos e está intimamente relacionada com a exclusão e desigualdade social. Exclusão social pode ser entendida por formas pelas quais os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento na sociedade. Desigualdade social refere-se a distâncias económicas e bens essenciais, onde as suas causas estão associadas a má distribuição de renda, a falta de uma educação e saúde de qualidade; é um problema que se verifica por todo mundo, mas os países pobres são os que se encontram entre os mais desiguais do mundo.

[¹] História dos ODM. Disponível em <http://www.mz.one.un.org/por/O-Que-Fazemos/Sobre-os-Objectivos-de-Desenvolvimento-do-Milenio/Historial-dos-ODMs> [Acedido a 11 de Fevereiro de 2015 as 00:35]

Angola viveu longos períodos de conflito armado, que durou quase três décadas, razão pela qual, teve um impacto profundo no espectro social, económico e cultural do país. Este mesmo conflito deixou como legado um quadro trágico e catastrófico, em que a maior parte das infraestruturas económicas e sociais foram destruídas ou desestruturadas; consequentemente milhões de pessoas morreram e outras refugiaram-se em regiões mais acessíveis do país. A destruição dos sistemas de produção de alimentos, de infraestruturas básicas como o fornecimento de água potável, saneamento básico, eletricidade, sistema de saúde, educação e de vias de comunicação, assim como de outros bens, afetam em muito a vida das populações e a economia de Angola. O país deixou de ser um exportador de produtos agrícolas e de ter auto suficiência alimentar, passando a importar os produtos alimentares básicos. Depois do fim da guerra civil, o país se deparou com diversos problemas, nomeadamente a destruição de importantes infraestruturas básicas. O Estado, tendo em vista a redução acelerada e sustentável da pobreza, e a mitigação da falta de alimentos, apresentou uma Estratégia de Combate à pobreza e à fome, que surge num contexto de consolidação da paz e na sequência dos objetivos e prioridades fixados nos programas do governo que advogam a necessidade de se promover um desenvolvimento económico e social abrangente e sustentável.

O Namibe, sendo uma das províncias da região Sul de Angola que mais sentiu o fenómeno da seca, consequentemente a falta de alimentos e o nível elevado de má nutrição originavam muitas doenças tendo causado várias vítimas mortais tanto de animais como da população local. O Namibe e a província do Cunene, sempre estiveram entre as províncias com maior índice de pobreza a nível nacional; a seca e as inundações deixaram milhares de pessoas em perigo de morrer de fome. Por outro lado, o fluxo migratório depois da guerra civil, a ligação das culturas tradicionais e o fraco acesso ao mercado de trabalho são outras causas da pobreza.

- **Hipóteses**

A pobreza em Angola é um fato. A guerra civil devastou grande parte das infraestruturas do território nacional e os níveis de vida da população estiveram condicionados. O país apresenta um dos IDH mais baixo do mundo e apresenta níveis gritantes de exclusão social e assimetrias regionais, e uma clara divergência entre riqueza e má distribuição de recursos e bem-estar social. É verdade que este desafio é uma das maiores preocupações do Estado angolano. Há vários projetos de carácter socioeconómico na diminuição da pobreza, e alguns têm apresentado resultados positivos. Mas, o fato é que os setores sociais, nomeadamente a saúde e educação, ainda se encontram fragilizados, prova disso é que a mortalidade infantil, a qualidade de vida e o bem-estar da população continuam a ser um dos piores do mundo. As regiões rurais e suburbanas são as que mais apresentam dificuldades em comparação com as urbanas. O número de pessoas que vivem abaixo de 1,25 dólares ainda é elevado. Este panorama é reflexo de que a economia de Angola mantém elevados níveis de pobreza.

A intervenção do Estado angolano em parceria com variadas organizações no sentido da redução da pobreza tem sido importante. A diversificação e o aumento dos investimentos no setor não-petrolífero devem ser implementados com vista a fazer face ao aumento do setor social. O Banco Mundial considera que a descida do preço do petróleo, a principal fonte de receita do Estado angolano, vai tornar mais difícil manter a diversificação económica no país. Os especialistas do Banco Mundial apontam que se não houver estratégias ou políticas orçamentais para conseguir manter os esforços de diversificação da economia as dificuldades sociais poderão aumentar significativamente.

- **Objetivos da Pesquisa**

Este trabalho tem como objetivo geral identificar os principais problemas e desafios de Estratégia de Combate à pobreza na cidade do Namibe e a nível nacional, e propor medidas de políticas e de gestão capazes de solucionar ou minimizar os atuais problemas relacionados com a pobreza, fome e a insegurança alimentar face aos programas implementados atualmente pelo Estado angolano perspetivando melhorias e sustentabilidade à população em geral.

Objetivo específico:

- Analisar os conceitos e teorias sobre a pobreza, exclusão social e a fome;
- Estudar as causas e evolução do fenómeno da pobreza e da fome bem como a sua dimensão;
- Compreender a situação atual da pobreza e da fome no Mundo, em Angola e particularmente na cidade do Namibe;
- Identificar as principais causas e consequências da pobreza e da fome em Angola e na cidade do Namibe;
- Fazer uma avaliação da pobreza em Angola com base nos Relatórios de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas;
- Investigar o número de instituições de ajuda e inserção existentes e o seu papel na luta contra à pobreza e a fome;
- Identificar as áreas de intervenção das ONG's, Associações, Instituições e voluntários no âmbito de combate à pobreza e à fome em Angola;
- Analisar os programas em curso que visam a melhoria de combate à fome e mitigação da pobreza e avaliar a sua eficácia;
- Apresentar estratégias claras e capazes de reduzir a pobreza em Angola e na área em estudo.

- **Estrutura da dissertação**

O seguinte trabalho foi estruturado em duas partes ou seja, quatro capítulos, incluindo a introdução e as conclusões:

Parte I – Enquadramento Teórico

O **capítulo I – O Fenómeno da Pobreza**: analisamos diversos conceitos da pobreza, exclusão e desigualdade social, identificamos a pobreza a nível mundial, as suas causas e consequências e a pobreza rural, e por último avaliamos a pobreza em Angola com base nos seus IDH;

O **capítulo II – A Problemática da Fome**: retratamos as histórias da epidemia da fome a nível mundial, e como este fenómeno tende a se alastrar aos países mais pobres do mundo e as diversas crises que essas regiões enfrentam. Mostramos que em Angola e particularmente na região Sul, se faz sentir uma escassez alimentar e uma trágica situação de seca, abordamos respetivamente, as atuações de diversas organizações presentes em Angola no combate à pobreza e a fome, e a falta de investimentos no setor de agricultura bem com a sua importância;

O **capítulo III – Angola**: apresentamos a caracterização geográfica de Angola, desenvolvemos alguns aspetos relativamente aos setores político, económico e social, as suas fragilidades causadas pela guerra civil; analisamos as condições da população angolana antes e depois da independência, avaliamos o valor de classificação do IDH em Angola, apresentamos as estratégias de combate à pobreza e sem deixar de referenciar as políticas para a sua Erradicação e o papel da ajuda da Comunidade Internacional;

Parte II – Estudo Empírico

O **capítulo IV - Cidade do Namibe**: apresentamos a caracterização da cidade do Namibe e os aspetos biofísicos, assim como os setores económicos e produtivos (agricultura, pecuária e pesca); no aspeto demográfico, mostramos as suas diversas características, nomeadamente a população urbana, as comunidades piscatórias e os grupos tradicionais da região, identificamos os principais problemas e as áreas de intervenção prioritárias, e analisamos as entrevistas e inquéritos realizados na cidade do Namibe, as causas da pobreza e medidas estratégicas para minorar esta problemática.

- **Metodologia**

Com vista a alcançar os objetivos da investigação proposta foi necessário basearmos na elaboração de instrumentos mistos (quantitativo e qualitativo). Uma vez, que trabalhamos com inquéritos à população foi uma abordagem qualitativa. Considerando que se trata de um tema de carácter social a investigação teve como base documentos, gráficos, tabelas com respostas das populações, informações mais abrangentes e específicas da realidade angolana, no âmbito do combate à pobreza e à fome, que permitiram uma abordagem mais quantitativa.

De forma geral, a investigação baseou-se na seguinte metodologia:

1. **Revisão bibliográfica** – Efetuámos a leitura exploratória, análise documental e revisão de bibliografias de referência e de especialidade (Angola e Portugal), através de consultas de documentos em diversas instituições e Centros de documentação, nomeadamente do governo da província do Namibe, Administração Municipal, Direções provinciais da Agricultura, Pesca, Saúde, Educação, Reinserção Social, do Urbanismo e Ambiente, ONG's, Associações, Universidades, Bibliotecas, Livrarias, etc.;
2. **Entrevistas** – as entrevistas foram dirigidas a algumas entidades responsáveis ligadas aos programas nacionais e locais do combate à pobreza e à fome. A partir das entrevistas, conseguimos analisar quais são os projetos em curso e os graus de dificuldades que as organizações associadas apresentam;
3. **Inquéritos** – foi direccionado à população da cidade do Namibe, no sentido de apurar as debilidades sociais e económicas que a maior parte da população apresenta, cujos resultados principais foram apresentados sob a forma de tabela e gráficos. Esperamos que os resultados apresentados nas entrevistas e inquéritos possam contribuir para uma reflexão crítica do ponto de vista de sustentabilidade para o desenvolvimento da região em causa;

4. **Tratamento das informações recolhidas e análise** – depois das entrevistas e inquéritos, foi necessário fazer uma descrição da cidade do Namibe, bem como dos seus aspetos biofísico, económico produtivo e demográfico, assim como das áreas de intervenção prioritárias, nomeadamente a saúde, saneamento, acesso a água potável, energia elétrica, educação, condições de habitabilidade, mercado de trabalho e alimentação condigna;
5. **Observação direta** - com vista a *observação in loco* do trabalho no local em estudo, foi necessário usarmos instrumentos vários: mapas, quadros e fotografias, jornais, vídeos, fontes orais, de forma a enriquecer a referida investigação.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo I – O Fenómeno da Pobreza

“Durante muito tempo, a pobreza não esteve no centro das atenções de políticos e de teóricos, porque, considerada uma «*anomalia*» na evolução normal de uma sociedade moderna, não necessitava de intervenções sistematizadas por parte da sociedade no seu todo, nomeadamente através do Estado, nem de teorias específicas” (OIT, 2003, p. 9). “Por essa razão, julgava-se que os países ditos ricos estavam livres desse «*problema*», ou que, pelo menos, o tinham feito recuar para níveis «civilizados», como consequência dos seus processos de desenvolvimento, sendo então a pobreza a imagem dos países subdesenvolvidos. É de fato um dos maiores flagelos estruturais dos países subdesenvolvidos, e principalmente da África Subsaariana, atingindo persistentemente níveis de desumanização, de despojamento e de miséria indescritíveis” (OIT, 2003, p. 9).

Segundo os economistas e especialistas “a redução e eliminação da pobreza tem sido considerada como o objetivo principal das políticas de desenvolvimento a médio e longo prazo. Todavia, quando se fala de pobreza, têm emergido com frequência ideias diferentes sobre o seu significado. Como se pode depreender, existe um longo debate acerca da definição da pobreza e igualmente como medi-la. De acordo com a literatura, por muitos anos, a pobreza foi definida como a falta de rendimento (em dinheiro ou espécie) necessário para o acesso a um conjunto de “*necessidades básicas*”. Nas últimas décadas, a definição de pobreza expandiu-se abarcando aspetos referentes à falta de poder, isolamento, vulnerabilidade e exclusão social, entre outros” (PARPA I, 2001, p. 10).

“Diversos relatórios das mais variadas organizações internacionais, nomeadamente o Banco Mundial, a Comissão da União Europeia, a FAO, a OCDE, a OIT, a OMS, o PNUD, a UNICEF, entre outros, dão conta de um mal-estar crescente, associado à constatação de que os problemas da pobreza e exclusão social se têm agravado nas últimas décadas, não só com a persistência e agravamento de formas tradicionais, como também novas manifestações e modalidades, para além do alargamento das desigualdades entre as classes sociais e entre os indivíduos” (OIT, 2003, pp. 9-10).

O Banco Mundial, em 1990, utilizou uma renda per capita anual de 275 dólares para determinar uma linha de indigência “pobreza extrema”, e a de 370 dólares para uma linha de pobreza, aceitas ambas como válidas para o mundo inteiro. Reconhece-se que é algo arbitrário fixar assim uma linha de pobreza global, no entanto, é útil para distinguir pobres de não-pobres. Para medir quantas pessoas são pobres, utiliza-se a contagem proporcional em relação à população. Como este indicador ignora o quanto os pobres estão abaixo da linha de pobreza, criou-se uma medida do déficit de renda: o hiato de pobreza, que mede a intensidade da pobreza, isto é, a transferência de renda que seria necessária para que cada pessoa pobre deixasse de sê-lo, eliminando desta forma a pobreza - estatisticamente falando. Este é o montante agregado de recursos, expressos em percentagem do PIB, que precisam de ser transferidos para os mais pobres².

Em Fevereiro de 2012, o Banco Mundial afirmou que houve uma redução absoluta e relativa da pobreza extrema no mundo, sendo que, em 1981, existiam quase dois mil milhões de pessoas vivendo com menos de 1,25 dólar por dia nos países subdesenvolvidos, representando 42,7 por cento da população mundial. Ao longo da década de 1980 houve uma ligeira queda e em 1990 o número de pessoas vivendo na pobreza extrema cifrava-se em 1,909 milhões, (36 por cento da população). Na década de 1990 o declínio foi um pouco mais rápido e em 1999, o número de pessoas vivendo com menos de 1,25 dólares ao dia, caiu para 1,743 milhões (29 por cento). Mas a queda mais significativa ocorreu na primeira década do século XXI, pois a pobreza extrema no mundo caiu para 1,289 milhões de pessoas em 2008, representando 19 por cento da população global.

“Num cenário mais otimista, de progresso acelerado, o número de pessoas vivendo na pobreza extrema pode cair para 96 milhões, em 2050 (cerca de 1 por cento da população mundial). Portanto, com políticas sociais e demográficas adequadas a pobreza poderá ser eliminada do mundo ainda na primeira metade do século XXI³”. “O alcance do objetivo de erradicar a pobreza extrema faria com que a percentagem de pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia caísse para, no máximo, 3 por cento em todo o mundo. A promoção da prosperidade compartilhada requer o incentivo ao aumento da renda dos 40 por cento mais

[²] Disponível em: World Development Report 1990. Poverty. Washington, Banco Mundial, 1990: [Acedido a 11 de Junho de 2014 as 12: 01]

[³] Disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2013/03/27/a-reducao-da-extrema-pobreza-no-mundo-segundo-o-pnud-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>: [Acedido a 12 de Julho de 2014 as 01:31]

pobres da população de todos os países do mundo em desenvolvimento, bem como das pessoas vulneráveis perto do limiar da pobreza. Para alcançar esse objetivo serão necessários investimentos que estimulem a melhoria absoluta dos padrões de vida dos menos favorecidos e que criem oportunidades para todos os cidadãos” (Banco Mundial, 2013, p. 9).

“Os sucessos alcançados nas últimas décadas na luta contra a fome, o analfabetismo, a mortalidade infantil, as doenças endêmicas, a baixa esperança de vida à nascença, a falta de água potável e de saneamento básico, a falta de condições habitacionais, a desertificação e a degradação ambiental, são uma pequena gota face ao «oceano» e à gravidade dos problemas por resolver e ao aparecimento constante de novos problemas, causas e consequências de conflitos e tensões étnicas, de genocídios e de deslocamentos maciços de populações, além de outros efeitos” (OIT, 2003, p. 10).

“Viver na pobreza pode ser triste, mas «magoar ou [ser] prejudicial à sociedade», criando «problemas aos que não são pobres», é que, ao que parece, seria a verdadeira tragédia” (Sen, 1999, pp. 23-24). A pobreza vem de muitas formas e causa múltiplos danos “é de fato, um fenómeno multidimensional. Reside nisto uma das principais fontes de dificuldade em medi-la. A situação de «falta de recursos», pela qual primariamente se define, está inevitavelmente ligada à conseqüente privação e exclusão, numa ampla gama de aspetos fundamentais da existência: condições de vida, poder, participação social e cidadania”, etc (Da Costa, *et al.*, 2008, p. 55).

1.1. Conceitos de Pobreza

Nelson Pestana num dos seus trabalhos, não foge muito do conceito de pobreza que outros autores retrataram. O autor faz uma observação mais abrangente dentro daquilo que é o conceito de pobreza. Como se afirmou anteriormente, não há uma única maneira de definir a pobreza. É um fenómeno plurifatorial dependente de critérios nacionais e internacionais, é a falta de recursos económicos para suprir as necessidades básicas da sociedade em que se vive. Para o Banco Mundial, pobreza é a fome, é não ter como frequentar a escola, não saber ler, não ter um emprego, a pobreza é perder uma criança por doença causada por água contaminada. Já para o PNUD, a pobreza é a ausência de desenvolvimento, é a insuficiência de renda ou de consumo que afetam uma pessoa ou uma família.

Os sociólogos e investigadores têm favorecido duas abordagens diferentes sobre a pobreza: a *pobreza absoluta* e a *pobreza relativa*.

“**Pobreza absoluta**, está enraizada na ideia de subsistência – as condições básicas que permitem sustentar uma existência física saudável. Diz-se que pessoas que carecem de requisitos fundamentais para a existência humana – tal como comida suficiente, abrigo e roupa – vivem em situação de pobreza; considera-se que o conceito de pobreza absoluta é universalmente aplicável. Defende-se que os padrões de subsistência humana são mais ou menos os mesmos para pessoas de idade e constituição física equivalente, independentemente do local onde vivem. Pode afirmar-se que qualquer indivíduo, em qualquer parte do mundo, vive na pobreza se estiver abaixo deste padrão universal” (Guiddens, 2001, p. 312).

Para se fazer ideia de uma medida de pobreza, ter-se-á de recorrer ao nível mínimo de subsistência, isto é, estimar o montante mínimo de rendimento que o indivíduo necessita para ter acesso às coisas essenciais à vida.

“Quem está abaixo desse nível, poder-se-á dizer que está em estado de pobreza – *pobreza absoluta*. Isto é, a estimativa da linha de pobreza absoluta no cálculo de valor de uma dieta mínima, tendo em consideração a evolução dos preços no consumidor os itens de despesa alimentar considerados nessa dieta” (Carmo, *et al.*, 1996, p. 48).

Há quem argumente que é mais apropriado utilizar o conceito de “*pobreza relativa*, que relaciona a pobreza com o padrão de vida geral prevalecente numa determinada

sociedade. Os defensores do conceito de pobreza relativa afirmam que a pobreza é culturalmente definida e não deve ser medida de acordo com o padrão de privação universal. É errado assumir que as necessidades humanas são idênticas em todo lado – de fato, elas diferem entre sociedades e no seio destas. Coisas vistas como essenciais numa sociedade podem ser consideradas luxos supérfluos noutras. Por exemplo, na maioria dos países industrializados a existência de água corrente, de casas de banho com autoclismos e o consumo regular de frutas e vegetais são vistas como necessidades básicas para uma vida saudável. Porém, em muitas sociedades em vias de desenvolvimento tais itens não estão difundidos no seio da população e não faria sentido medir a pobreza de acordo com a sua presença ou ausência” (Guiddens, 2001, p. 313). “A medição da pobreza considera diferenças entre pessoas, grupos sociais e, mesmo, sociedades. São os padrões próprios de cada época histórica, cada espaço geográfico ou cada espaço cultural que determinam a linha de pobreza a adotar” (De Carvalho, 2004, p. 33).

“Guiddens considera que à medida que as sociedades se tornam mais prósperas, os padrões de pobreza relativas são gradualmente ajustados no sentido ascendente. Por exemplo, numa dada altura, os carros, os frigoríficos, o aquecimento central e os telefones foram considerados como bens de luxo. Porém, na maioria das sociedades industrializadas de hoje são vistos como necessidades básicas de uma vida plena e ativa. Alguns críticos alertam para o fato da utilização do conceito de pobreza relativa tender a desviar a atenção do fato de mesmo os membros menos prósperos da sociedade se encontrarem agora consideravelmente melhor do que no passado” (Guiddens, 2004, p. 314).

“Pobreza subjetiva, na perspectiva de Capucha (2005, p. 76), permite uma aproximação ao fenómeno a partir das representações prevalecentes numa determinada sociedade a respeito do que é ser pobre ou de quem são os pobres. De acordo com o conceito, «é pobre, ou torna-se pobre, aquele que se sente pobre (...) e, por outro lado, também é pobre aquele que os outros consideram como pobre”. Já Da Costa, afirma que a sua «subjetividade» “reside no fato de que a identificação das necessidades e a definição do limiar da pobreza não se baseia exclusiva e intencionalmente nas perceções subjetivas dos pobres, dos cientistas sociais ou do público em geral. Apesar das ferramentas hoje disponíveis para definir uma linha de pobreza, quer numa perspectiva absoluta, quer relativa fica em aberto uma vasta gama

de escolha que têm de ser feitas pelo investigador, relativamente aos parâmetros mais adequados e os respetivos valores” (Da Costa, 2012, p. 48-49)..

“**Pobreza rural**, traduz-se numa escassez básica de recursos, originada na baixa produtividade agrícola, na falta desta e também na falta de atividades económicas alternativas por oposição a uma pobreza urbana, ligada a exclusão, aos baixos rendimentos, ao desemprego ou à precariedade do emprego, às doenças por falta de condições sanitárias, às dependências químicas, às deficiências físicas, à discriminação urbana e à segregação social” (Rodrigues U. C, *et al.*, 2009, p. 118).

“Esses aspetos são adaptados a cada realidade concreta e serão avaliados de maneira diferente consoante a época que se vive em cada país ou região. Portanto, este conceito varia consoante aquilo que se considera normal que toda a população tenha como mínimo. Então, a pobreza, além de ser uma situação individual ou familiar, é também uma situação regional, isto porque há regiões que são consideradas pobres porque não possuem o mínimo dos equipamentos coletivos que todas as regiões devem possuir. Por exemplo, número insuficiente de escolas, difícil acesso a assistência médica e ambiente degradado” (Carmo, *et al.*, 1996, p. 246).

1.2. Exclusão Social

“Todos os autores estão de acordo ao reconhecer que a publicação do livro de René Lenoir, «Les exclus», em 1974, é um marco na origem do conceito de exclusão. Mas, como sucede habitualmente, o autor não tinha noção da utilização que a palavra iria ter no futuro, para ele representava apenas um grito de alerta em relação à incapacidade sentida numa economia expansiva para incluir determinados grupos, diminuídos físicos, psíquicos e sociais. Pois, ainda que em sentido literal, pode-se afirmar que a exclusão e os excluídos sempre existiram desde que homens e mulheres vivem de forma coletiva e quiseram dar um sentido a esta vida em comunidade” (OIT, 2003, p. 5).

“Mas, é apenas no século XX que surge o termo com o atual significado, devido ao alastramento da pobreza urbana e dos *sem-abrigos* e devido aos efeitos perversos do desenvolvimento tecnológico, que conduziram à precaridade de emprego de grupos sócio profissionais que anteriormente possuíam empregos estáveis. O estudo da exclusão social pode enquadrar-se no estudo mais amplo das desigualdades sociais, a que estão sujeitos indivíduos e grupos sociais” (De Carvalho, 2004, p. 14). “Entende-se por exclusão social as formas pelos quais os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento na sociedade. Às pessoas que vivem em bairros sociais degradados com escolas pobres e poucas oportunidades de emprego na área, por exemplo, podem ser negadas oportunidades de melhoramento pessoal que a maioria das pessoas na sociedade possui. A exclusão social pode assumir um número diverso de formas, por isso, pode ocorrer em comunidades rurais isoladas afastadas de muitos serviços e oportunidades, ou em bairros centrais das cidades marcados por elevadas taxas de crime e por um padrão de habitação inferior à média” (Guiddens, 2004, p. 325).

“Existem diferentes graus e tipos de exclusão, consoante as diferentes ruturas que vão ocorrendo ao longo do processo de exclusão social. Os *sem-abrigo* encontram-se em último grau de exclusão” (Vaz, *et al.*, 2000, p. 192). “No que se refere às “causas” do fenómeno *sem-abrigo* é difícil atingir o consenso, dada a complexidade e heterogeneidade do fenómeno que leva a que diferentes causas apareçam sobrepostas e que em determinadas situações surjam como consequência umas das outras. A forma extrema mais importante visível pode ser encontrada no aparente aumento do número dos chamados *sem-abrigo*, uma categoria

extrema de exclusão e pobreza, a que se tem vindo a dar uma crescente atenção” (Da Costa, *et al.*, 2008, p. 73). Os diversos tipos de exclusão social foram identificados da seguinte forma:

- a) *Económica*, caracteriza-se pelas más condições de vida ou privações de recursos, com baixos níveis de instrução e qualificação profissional, etc.;
- b) *Social*, trata-se de privação relacional, caracterizada pelo isolamento, como o caso dos idosos, deficientes;
- c) *Culturais*, o racismo, a xenofobia, preconceitos diversos estão na origem deste tipo de exclusão que, frequentemente, se configuram em ruturas simultâneas com vários outros sistemas, nomeadamente o económico (pobreza), o territorial (guetização e degradação habitacional), o emprego (insegurança laboral);
- d) *Patológico*, relaciona-se com doenças de ordem psicológica ou mental;
- e) *Comportamento autodestrutivo*, relacionado com o alcoolismo, toxicod dependência, prostituição, droga, etc.

“Falar de exclusão social é falar dos bairros de lata, das barracas, de grupos específicos, como os ciganos, os Cabo-Verdianos, os negros. É falar dos deficientes na sua maior diversidade; dos pedintes e dos que nesta área exploram as crianças. É ainda falar de jovens com sida, dos homossexuais, dos consumidores de droga, da prostituição, dos presos. Falar de exclusão social é, igualmente, falarmos do trabalho, ao qual, na fase de seleção, as mulheres tantas vezes são assediadas para o sexo como «condição surda» de garantir o emprego a que se candidatam. É falar dos maus tratos que alguns adultos, pais ou não, infligem às crianças; é falar do trabalho infantil, seja ele qual for; é referir a pedofilia, hoje tanto em voga; é, igualmente, falar dos profissionais de saúde que fazem aborto visando o lucro; é ainda falar do que a escola de hoje faz ao encaminhar os alunos, na sua grande maioria, para cursos que nada têm a ver com o que gostariam de fazer, transformando-os em profissionais falhados, que pouco ou nada vão acrescentar à sociedade do trabalho” (Debates *Apud* Esteves, 1998, p. 85).

“O problema da exclusão social é global, com evidentes reflexos e particularidades nacionais, mas é ao nível local, ao nível do espaço em que os indivíduos socializam, que

podem ser encontradas as respostas, as quais não podem deixar de ter em conta algum particularismo individual, na medida em que é num contexto muito individualizado que as questões se colocam. Ou seja: *o combate à exclusão social tem de ser desenvolvido com políticas locais, articuladas ao nível nacional e global*” (CIDEDEC, 1999, pp. 23-24).

1.3. Pobreza e Exclusão Social

A pobreza é uma das dimensões, talvez a mais visível, da exclusão social. “A distinção entre os dois conceitos permite, desse modo, enquadrar situações relativamente similares de pobreza, mas que se traduzem em diferentes modalidades ou níveis de exclusão social (por exemplo, entre meio rural e urbano, entre diferentes contextos culturais ou entre diferentes grupos etários). Alguns autores têm assumido claramente a importância de os distinguir” (OIT, 2003, p. 19). Pobreza está intimamente relacionada com desigualdade ou distância económica e social, “a exclusão social está mais próxima, como oposição, do de coesão social ou, como sinal de rutura do veículo social” (Almeida, 2013, p. 137).

Embora, na sua evolução, “os conceitos de pobreza e exclusão social tenham de certa forma convergido, dizem no entanto respeito a enfoques distintos, podendo contudo verificar-se conjuntamente em muitos casos. Ou seja, a exclusão social radica fundamentalmente na pobreza, embora não se resuma a esta: há pobres que não são excluídos socialmente dos seus contextos comunitários (sobretudo no meio rural) e há excluídos (sobretudo nos países ricos) que não são pobres do ponto de vista material” (OIT, 2003, p. 18).

“A relativa «curta duração» em que os estudos sobre a pobreza em África incidem, tem diversas explicações: escassez e inadequação das fontes escritas e fontes orais que sobreavaliam os momentos de prosperidade. Mas o maior obstáculo a uma investigação histórica sobre a pobreza em África advém da ideia de que neste continente a pobreza seria, sobretudo, resultante do confronto com os não africanos. Antes desse contato, haveria uma situação de equilíbrio fornecida pela segurança que a família extensa prestaria aos seus membros” (Rodrigues U. C, *et al.*, 2009, p. 171).

Enquanto muitos nascem na pobreza e permanecem nela, outros em uma ou várias fases da sua vida entram e saem dela (UN-Habitat, 2011, p. 8). Segundo o Banco Mundial, o

crescimento económico na África Subsariana continua forte. Quase um terço dos países da região estão a crescer a uma taxa de 6 por cento e mais, e os países africanos aparecem agora habitualmente entre os países de mais rápido crescimento do mundo, como o caso de Angola em 2012.

“Estimulado pelo crescimento do investimento privado na região e por remessas que atingem agora 33 mil milhões dólares por ano, apoiando os orçamentos das famílias, o PIB em África subiu para 5,3 por cento em 2014 e 5,5 por cento em 2015: Fortes investimentos por parte dos governos e maiores produções nos setores dos recursos minerais, agricultura e serviços, estão a apoiar o crescimento económico. Enquanto as taxas de crescimento continuam a subir, tornando a região cada vez mais atraente para o investimento e o turismo, Africa’s Pulse chama a atenção para que a pobreza e a desigualdade se mantêm “inadmissivelmente elevadas e o ritmo da sua redução demasiado lento.” Quase um em cada dois africanos vive atualmente em pobreza extrema. Optimistamente, essa taxa irá cair para uma cifra entre 16 por cento e 30 por cento até 2030. O relatório do Banco Mundial sugere que em 2030, a maioria dos pobres do mundo serão habitantes de África⁴”.

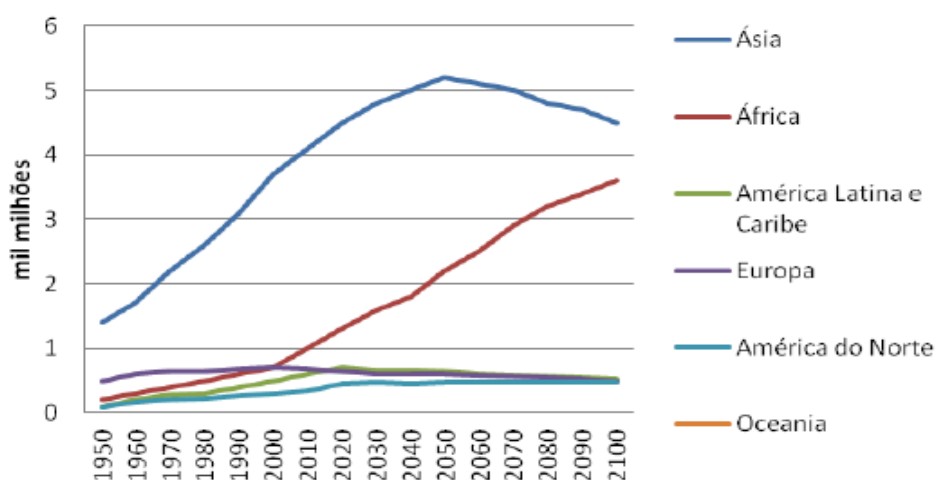
O crescimento económico é um dos elementos-chave para reduzir a pobreza e alcançar outros resultados do desenvolvimento desejado. O recente crescimento económico de África tem sido acompanhado por uma redução na proporção de africanos que vivem com menos de 1,25 dólares por dia (de 58 por cento em 1995 para 51 por cento em 2005). Na última década, a taxa de pobreza tem vindo a diminuir um ponto por ano. Não obstante os 1,25 dólares por dia, a taxa de pobreza é de cerca de 50 por cento, a mesma taxa como em 1980. Além disso, embora a população que partilha em extrema pobreza esteja caindo, como resultado do crescimento populacional, o número real de pessoas pobres - quase 380 milhões - tem vindo a aumentar cada vez mais (UN-Habitat, 2011, p. 64).

“A África Subsariana detém a maior proporção de pessoas – e o crescimento mais rápido - em pobreza humana. As consequências de crescimentos demográficos incontroláveis são desastrosas: diminuição da subsistência alimentar, a despeito duma percentagem elevada da população se dedicar à agricultura, em particular nos casos em que a taxa de crescimento

[⁴] The World Bank. Working for World Free of Poverty. Disponível em <http://www.worldbank.org/pt/news/pressrelease/2013/10/07/africacontinuesgrowstronglypovertyinequality-persistently-high> [Acedido a 16 de Agosto de 2014 as 04:50]

demográfico supera a da produção agrícola, feita em solos degradados e gastos; êxodo rural maciço (a média da população urbana em África passou de 8 por cento para 45 por cento em menos de 30 anos); deterioração das condições gerais de vida, muito em especial nos centros urbanos e crescimento das economias informais” (CEIC-UCAN, 2012, pp. 34-35).

Gráfico 1 – Evolução da população mundial (mil milhões)



Fonte: CEIC-UCAN, 2012.

“Apesar duma clara inversão de tendência, a Ásia permanecerá como a mais populosa das principais áreas geográficas mundiais durante o século XXI. Porém, o continente africano mostra-se com uma dinâmica imparável no crescimento da sua população, passando de 1,1 mil milhões de habitantes em 2011, para 3,6 mil milhões em 2100, uma mais do que triplicação, levantando os problemas identificados por *Jeffrey Sachs*, sobre a capacidade dos sistemas económicos, sociais e ambientais de África cobrirem as tremendas necessidades de crescimento, distribuição de rendimento e preservação dos ecossistemas” (Idem, 2012, p. 35).

“As taxas de pobreza extrema diminuíram em todas as regiões em desenvolvimento, com a China, a liderar os avanços. Na China, a pobreza extrema baixou de 60 por cento em 1990 para 16 por cento em 2005 e 12 por cento em 2010. A pobreza continua amplamente disseminada na África Subsariana e Ásia Meridional, embora os progressos verificados nestes últimos anos tenham sido substanciais. Na Ásia Meridional, as taxas de pobreza diminuíram em média um ponto percentual por ano – de 51 por cento em 1990 para 30 por cento, duas décadas depois. Em contraste, a taxa de pobreza na África Subsariana apenas diminuiu oito pontos percentuais ao longo do mesmo período” (ONU, 2013, p. 7).

“Apesar dos impressionantes avanços verificados a nível mundial, 1,2 mil milhões de pessoas continuam a viver em condições de extrema pobreza. África Subsariana é a única região que assistiu ao aumento constante do número de pessoas submetidas a condições de pobreza extrema, de 290 milhões em 1990 para 414 milhões em 2010, representando mais de um terço da população mundial afetada pela pobreza” (Idem, 2013, p. 7).

Segundo as medições da pobreza com base no rendimento, 1200 milhões de pessoas dispõem de 1,25 dólares americanos ou menos por dia para viver. Os mais recentes cálculos do IPM do PNUD revelam que quase 1500 milhões de pessoas em 91 países em desenvolvimento vivem em situação de pobreza multidimensional, com privações cumulativas na saúde, educação e níveis de vida, embora a pobreza esteja a diminuir à escala global, quase 800 milhões de pessoas estão em risco de recair na pobreza, caso sejam afetadas por crises financeiras ou desastres naturais.

“O Banco Mundial prevê que, em 2015, cerca de 970 milhões de pessoas continuarão a viver com menos de 1,25 dólares por dia em países classificados como sendo de rendimento baixo ou médio em 1990. A África Subsariana e a Ásia Meridional representarão, cada uma, cerca de 40 por cento da população do mundo em desenvolvimento afetada pela pobreza extrema” (ONU, 2013, p. 7). A região Subsariana teve o segundo maior crescimento no IDH, depois do Sul da Ásia nos últimos dez anos. Dos 14 países do mundo que registaram ganhos de mais de dois por cento ao ano desde 2000. Onze estão na região da África Subsariana, e têm na agricultura economias diversificadas e de alto desempenho, como Angola , Etiópia , Ilhas Maurícias , Ruanda e Uganda.

1.4. Quem são os Pobres?

“Ser pobre para muitos que o são e para a maior parte dos que não são, afigura-se uma coisa desagradável. Se existir diferença de opinião a respeito dos ricos e dos pobres, essa diferença estará na maneira de sentir a questão. É natural que se pense que a pobreza é mais profundamente sentida por quem é pobre, mas isso não é inteiramente seguro” (Galbraith, 1979, p. 15).

“O que se pode observar, apesar disso, é que os sociólogos “fotografaram” a pobreza a partir de diferentes pontos de vista que, evidentemente, não são incompatíveis entre si, mesmo se cada um deles dá propriedade a um aspeto diferente da realidade” (Balsa, 2006, p. 92).

Para as necessidades do exercício que fazemos aqui, Balsa distinguiu quatro leituras, quatro imagens, quatro rostos da pobreza, tal como os sociólogos, parece, a viram ou a veem:

1. “O pobre como *marginal*: ele é pobre porque está mal socializado ou socializado numa subcultura diferente daquela da maioria das pessoas, ele não tem sucesso porque é estigmatizado (e enclausurado em sua cultura, no seu estigma pelo olhar dos outros);
2. O pobre como *explorado*: ele é pobre porque é explorado pela classe dominante, porque é alienado, pauperizado, excluído pelo funcionamento do capitalismo, ele não pode ter sucesso porque não é protegido e não é auxiliado;
3. O pobre como *dependente*: ele é pobre porque não tem autonomia e não tem sucesso, porque não tem capital social suficiente (associatividade, informações, formações, confiança, autonomia);
4. O pobre é *desafiado*: ele é pobre porque está isolado, atomizado, desestimulado e não tem sucesso porque não participa em formas de solidariedade organizada” (Idem, 2006, p. 92).

“Ainda que a pobreza seja perceptível em diversos lugares e situações vem de muitas formas e causa múltiplos danos. Os efeitos da pobreza combinam de diferentes modos e de graus variados, afetando os pobres de forma diferente dependendo dos padrões da sociedade em que cada indivíduo vive. Todavia, as mulheres exceto alguma minoria, têm tendência para serem mais pobres, com raparigas a serem tipicamente as mais carentes” (Psico, 2010, pp. 45-46).

“Proporcionalmente, a fome e a pobreza atingem mais as mulheres do que os homens. Se alguns dos membros da família têm que passar fome, há uma lei não escrita que diz que tem que ser a mãe. A mãe tem que passar pela traumática experiência de não poder amamentar o seu filho durante os dias de fome e de penúria” (Yunus, 2007, p. 126). “Nas regiões mais pobres do planeta, há mais raparigas a não frequentar a escola do que rapazes e as disparidades acentuam-se ao nível do ensino secundário, apesar de a escolarização das raparigas nos níveis secundário e superior ser especialmente importante para reduzir a pobreza. O grau de instrução aumenta as potencialidades das mulheres no que diz respeito a obter rendimento, reduz a mortalidade infantil e melhora a saúde em geral. Está também associado a taxas mais baixas de VIH-Sida. Os problemas de saúde reprodutivos constituem a principal causa de morte e de incapacidade das mulheres em todo mundo” (UNFPA, 2005, pp. 2-3).

“Embora um número crescente de mulheres tenha passado a integrar-se na mão-de-obra remunerada, as mulheres vêem-se confrontadas com muitas formas de discriminação, nomeadamente uma escolha limitada de profissões e salários baixos. O trabalho das mulheres das áreas rurais é responsável por 60 a 80 por cento da produção alimentar dos países subdesenvolvidos, mas muitas mulheres são alvo de restrições no que se refere à propriedade, utilização e heranças de terras. A investigação levada a cabo em alguns países da África Subsariana concluiu que a produção poderia chegar a aumentar 20 por cento, se as mulheres tivessem igual acesso ao rendimento da agricultura, aos serviços agrícolas e a terras, bem como ao seu controlo” (Idem, 2005, p. 3).

“Ser pobre, no Bangladesh, é duro para toda gente, mas ser uma mulher pobre é ainda mais duro. Quando lhe é dada a mais pequena oportunidade, ela luta ferozmente para fugir da pobreza. Uma mulher pobre está totalmente desprotegida. Está desprotegida na casa do seu

marido porque ele pode expulsá-la quando quiser. Pode divorciar-se dela dizendo simplesmente três vezes: «Repudio-te, repudio-te, repudio-te.» Ela não sabe ler nem escrever, e, de uma forma geral, nunca foi autorizada a sair de casa para ganhar dinheiro, mesmo que o quisesse” (Yunus, 2007, p. 126). O terceiro Objetivo de Desenvolvimento do Milénio é, efetivamente, promover a igualdade de género e a autonomização da mulher, quer isso dizer, eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, e se possível em todos os níveis. Com isso, o Banco Mundial assegura que posicionar as mulheres no centro do processo de desenvolvimento não é apenas a coisa certa a fazer, é o mais inteligente que se pode fazer em termos económicos, uma vez que a igualdade de género é um impulsor de longo prazo em termos de competitividade e equidade. Os investimentos insuficientes em mulheres e meninas funcionam como um freio na redução da pobreza e limitam o desenvolvimento económico e social. O Banco Mundial está empenhado em integrar o género em todos os seus programas.

Neste exercício financeiro, 97 por cento de todas as operações do Banco Mundial tiveram origem no género feminino. Isso significa aproximadamente 98 por cento (ou algo em torno de 31 mil milhões de dólares) de empréstimos do Banco Mundial. Na província de Punjabi, no Paquistão, por exemplo, um programa do governo apoiado pelo Banco Mundial fornece remunerações mensais direcionados a mais de 400.000 meninas, com base na frequência escolar (Banco Mundial, 2013, p. 14).

Nesta ótica de ideias, o governo de Angola também tem feito fortes investimentos no sentido de fazer valer a igualdade de género; prova disso é que figura entre os cinco Estados Membros da SADC que estão significativamente perto da meta de paridade no Parlamento, tendo atingido níveis aceitáveis pré - definido previamente pelos líderes regionais para representação de mulheres no Parlamento Nacional. Num universo de 220 parlamentares, 38 por cento de deputadas na Assembleia Nacional (AN) são mulheres, respeitando a quota estabelecida a nível mundial para a participação da mulher no Parlamento, e muitas outras exercem e mostram um exemplo de enquadramento nos cargos de chefia e liderança, destacando-se condignamente da união interparlamentar.

Por outro lado, os serviços de notícias da ANGOP, salientam que o governo de Angola, a partir do Ministério da Família e Promoção da Mulher, implementou Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza. “Esses Programas assentam em seis eixos, designadamente, empreendedorismo e crédito rural, acesso à alimentação e oportunidades no meio rural, alfabetização, ensino primário e fundamental, solidariedade e mobilização social, acesso aos serviços públicos essenciais e saúde básica preventiva. Este programa foi levado à 58ª Sessão da Comissão das Nações Unidas, na reunião do Comité sobre a Mulher, pelo Ministério da Promoção da Mulher que afirmou que a promoção da igualdade de género é numa área com progressos em que a desigualdade entre homens e mulheres tem vindo a diminuir fruto de investimentos na educação, valorização da cultura e da família, bem como de campanhas de consciencialização e a aprovação de políticas que beneficiam as mulheres em Angola. Um dos programas a implementar pelo governo é o Cronograma de Ações de Combate à Violência Doméstica para o período 2013-2017, o regulamento da Lei Contra a Violência Doméstica, o novo Estatuto Orgânico do Ministério da Família e Promoção da Mulher, a Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género como sendo instrumentos que contribuem para o êxito dos programas” (ANGOP, 13/03/2014).

A Ministra da Promoção da Mulher, considerou ainda que, a participação das mulheres nos órgãos de tomada de decisão é uma condição necessária para a igualdade de género, o empoderamento económico e financeiro das mulheres, enfatizando que Angola reconhece e reafirma na sua Constituição que as mulheres e os homens têm direito a desfrutar, em condições de igualdade, todos os seus direitos humanos e liberdades fundamentais. Neste sentido, reafirmou que Angola foi mobilizada para fazer uma auscultação nacional dos problemas da mulher rural para “ouvir-se a voz dela (mulher rural) em prol do desenvolvimento do país.

1.5. Pobreza em Angola

“Desde há algum tempo que medra a ideia de que a pobreza é uma questão global e cresce uma correlata consciência de que ela é um fator que mina a coesão social dos países e destrói a irmandade dos povos. Portanto, em Angola, a pobreza, sendo objeto de repetidas declarações, de diferentes setores da vida social, continua por resolver, assumindo novas formas” (Pestana, 2011, p. 10).

Angola regista índice de pobreza de cerca de 37 por cento, o que significa que 37 em cada 100 angolanos têm um nível de consumo abaixo da linha da pobreza. A diferença entre a área urbana e rural é significativa, sendo o nível de incidência da pobreza três vezes mais alto nas áreas rurais do que nas urbanas. Segundo o INE, a população pobre está concentrada desproporcionalmente nas áreas rurais, ou seja, 45 por cento da população total vive nas áreas rurais em comparação com 72 por cento da população pobre, “que é bastante significativo sobretudo num país que é detentor de enormes recursos e riquezas e que registou, nos últimos anos, elevados indicadores de crescimento económico. Esta contradição entre o país rico e uma população pobre, denota o fato de que o forte crescimento económico que Angola registou, numa média que ronda os 20 por cento, nos últimos cinco anos, anteriores à crise, teve uma fraca incidência social” (Pestana, 2011, p. 10). Quanto ao género, não existem diferenças significativas no que concerne à incidência da pobreza, uma vez que a pobreza atinge de forma proporcional tanto homens como mulheres. Apesar da população feminina ser ligeiramente superior à masculina, a incidência da pobreza é praticamente a mesma em ambos os sexos.

A realização do Recenseamento Geral da População e Habitação, que decorreu entre 16 e 31 de Maio de 2014, que por sinal é o primeiro depois da independência, teve por objetivo recolher os indicadores básicos e as características das condições sócio económicas dos angolanos, com vista a produzir informações úteis que permitam conhecer a estrutura da população, em todas as unidades administrativas do país. A operação censitária vai fornecer os elementos necessários para se estabelecer o mapa de distribuição da população pelo território nacional, nomeadamente onde e como vivem as pessoas, a sua idade, grau de literacia, profissão, bem como o acesso aos serviços básicos como a água, energia, saúde, saneamento básico, etc.

São múltiplas as vantagens ou benefícios da realização de um censo geral da população e habitação. Desde logo vai facultar ao governo instrumentos importantes para melhorar em grande medida variadas políticas e projetos, destinados a assegurar a qualidade de vida.

“Numa outra dimensão, diremos que Angola vai poder assim planificar melhor o seu desenvolvimento, estabelecendo prioridades em relação às obras de vulto e prestando atenção especial aos grandes aglomerados populacionais, na perspetiva de uma adequada prestação de serviços públicos que acompanhe o desenvolvimento das comunidades. Porém, dada a sua realização almeja-se que o mesmo traga os seguintes benefícios”:

- “Rever as políticas públicas e reajustar o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) em função dos dados atuais; identificar as reais necessidades da população em função do meio envolvente; rever e determinar a taxa de pobreza em Angola e sua real incidência no meio urbano e rural; melhorar as políticas relacionadas com as assimetrias regionais e locais e desta forma direcionarem os investimentos públicos para onde realmente haja maior necessidade; permitir melhor distribuição da riqueza, proporcionando maior equidade; determinar as reais necessidade de saúde, educação, energia e água; rever e determinar a taxa de desemprego atual no país; determinar as reais taxas de inflação em função do índice de preços do consumidor global e não o centrado apenas em Luanda; identificar as potencialidades de cada município ou região; determinar com precisão o Produto Interno Bruto (PIB) per capita; determinar a média do salário real e nominal; geração de emprego sazonal”, etc. (JA, 23/12/2013).

Segundos os resultados preliminares do censo 2014 projetado pelo INE, estimou-se o recenseamento de uma população de 24.383.301 milhões de habitantes. Portanto, este número pode ser alterado depois de serem publicados os resultados finais do censo geral da população. “Neste sentido, a população rural ocupa 16 províncias do país, enquanto a população urbana está em apenas duas províncias. Luanda tem 93 por cento da população a viver na área urbana e a Huíla 52 por cento na zona suburbana, sendo que cerca de 12,5 milhões de pobres vivem com cerca de 1,7 dólares por dia, numa situação de serviços básicos diminuídos, de baixos indicadores sociais e de fraco funcionamento do sistema de direitos. O contexto geral de Angola, diferencia diversas formas de pobreza e, sobretudo, uma diferença

entre pobreza no meio urbano e no meio rural. Hoje, a maior parte das pessoas vive nas cidades (65 por cento), sendo a pobreza das famílias aí estimada em 57 por cento, enquanto no meio rural atinge 94 por cento dos agregados” (Pestana, 2011, p. 11).

O IBEP afirma que a incidência da pobreza é influenciada por alguns fatores sociais como o nível de escolaridade, o sexo e idade do chefe do agregado familiar. Quanto mais elevado for o nível de escolaridade do chefe do agregado familiar, mais baixo será o nível de pobreza. Por exemplo, 62 por cento da população que vive em agregados cujo chefe não possui qualquer nível de escolaridade é pobre, enquanto apenas 14 por cento da população que vive em agregados cujo chefe tem pelo menos o ensino secundário é pobre.

A pobreza aumenta à medida que a idade do chefe do agregado familiar aumenta, embora se deva mencionar que a pobreza se estabiliza entre os 35 e 64 anos de idade do chefe. Os agregados chefiados por homens têm maior probabilidade de serem pobres do que aqueles chefiados por mulheres, embora as diferenças não sejam, provavelmente, significativas do ponto de vista estatístico.

“Em Angola, nas áreas urbanas e principalmente nas rurais, as famílias mais vulneráveis dependem normalmente de atividades agrícolas e do cultivo de alimentos para a sua sobrevivência, porque têm acesso limitado às terras de cultivo e a outros inputs agrícolas, escolas, serviços médicos e água potável, frequentemente são excluídos das decisões que os afetam, e apenas uma minoria tem conhecimento do VIH/Sida” (Pestana, 2011, p. 11). “Os comerciantes informais são mais vulneráveis a essa doença, sendo as mulheres as mais expostas pela sua característica específica, segundo a OXFAM baseando-se num estudo sobre meios de vida” (AN, 07/02/2008). Esta vulnerabilidade também está associada ao fraco rendimento financeiro estrutural das famílias, o qual é demonstrado pela necessidade dos pobres, nas regiões urbanas e suburbanas, recorrerem ao mercado informal para a compra de medicamentos e bens de primeira necessidade de qualidade inadequada ao consumo, limitação de rendimento para acesso aos alimentos e serviços básicos, fraca proteção social ou a inexistência de redes de segurança.

Segundo Pestana (2011, p. 11), “o agravamento da vulnerabilidade, é provocado por variáveis estruturais, específicas e imprevisíveis (fatores naturais e agroecológicos), e é diferente de região para região, em função dos hábitos e costumes, da organização comunitária, da organização social e económica e da composição demográfica da população. Estes fatores, pelos quais se manifesta a pobreza, têm um impacto direto na vida cotidiana da população, pois é através do acesso à água potável, à educação, à saúde, ao crédito, à cultura, aos meios de produção e trabalho, à habitação, às necessidades inerentes à dignidade da pessoa humana que se joga o futuro das sociedades, a construção de uma Nação solidária e harmoniosa, onde nenhuma pessoa, nenhuma camada social se sinta excluída, onde cada um pode encontrar o seu lugar e partilhar um sentimento de pertença”.

Desde 1990 que se realizam estudos sobre a pobreza executados pelo INE, com financiamento de organizações internacionais, nomeadamente o PNUD, FAO, UNICEF. Nelson Pestana faz uma análise histórica afirmando que este fenómeno está ligado, quer a razões próximas, quer as distantes. Algumas destas razões, as mais remotas, que explicam as características da pobreza em Angola, estão ligadas ao tráfico de escravos e ao colonialismo. Segundo este autor o estudo do processo de escravização dos povos africanos é essencial para que se compreenda a situação atual de desigualdade no planeta, pois revela uma longa história de exploração e subjugação de populações fragilizadas por outras, mais equipadas. Demonstra também que a desestruturação económica e cultural tem efeitos desastrosos de longa duração.

Do ponto de vista económico, “a escravidão foi uma forma eficiente de acumulação primitiva. No que diz respeito às pessoas, foi uma violência irreparável, que pressupõe, de entre outros fatores, a existência de povos muito pobres, mão-de-obra excedente que possa ser explorada em benefício de uma minoria. Assim, parte do atual contexto socioeconómico de África em termos de pobreza e exclusão é consequência de fatos passados⁵”. “Mas, as razões mais próximas da pobreza nacional são consequência da guerra civil, do modelo de desenvolvimento do país, das políticas governativas erráticas, assim como do sistema de apropriação e desigualdade do “capitalismo selvagem angolano”, do comércio desigual e do sistema de relações internacionais” (Pestana, 2011, p. 12).

[⁵] Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Escravid%C3%A3o_africana [Acedido a 01 de Agosto de 2014 as 02:58]

Atualmente levantam-se inúmeras hipóteses sobre a origem deste mal. “O IDR de 2000-2001 (Inquérito sobre Despesas e Receitas) aponta a guerra civil, que assolou o país durante longos anos, como a principal responsável pela grande pobreza do povo e, consequentemente, pelo êxodo migratório para as áreas urbanas. Mas, os conflitos armados não aparecem isolados enquanto fator de empobrecimento das populações. A instabilidade política e militar, decorrente e associada à guerra, introduziram elementos de perturbação na definição e condução da política económica, que foram ampliadas pela transição para a economia de mercado. Esta convergência de fatores explica que as políticas económicas globais e setoriais tenham sido instáveis, tendo originado uma série de desequilíbrios económicos, sociais e políticos” (MINPLAN, 2004, p. 5). Nesta ordem de ideias, Pestana considera que os mesmos conflitos e a improvisação política foram responsáveis pela destruição dos meios de comunicação, pontes e estradas, pela dificuldades e desaparecimento das relações comerciais, da coesão comunitária que levaram ao isolamento das áreas rurais face ao resto do país, o que provocou o empobrecimento das comunidades rurais, pois, a insegurança limitou o seu trabalho agrícola, situação agravada pela mobilização militar que reduziu a mão-de-obra masculina disponível para a agricultura e produziu movimentos migratórios das populações rurais para as cidades, deixando muitas áreas despovoadas, enquanto se sobrelotavam os centro urbanos. O desenvolvimento das periferias, vulgarmente chamados “*guetos ou musseques*” nas cidades, criou problemas de difícil resolução. A pobreza em Angola é um flagelo nacional e aparece associada ao desemprego, desigualdade e exclusão social, ao insucesso escolar e à destruição da célula familiar, manifestações estas, que acabam por ser produto da rutura dos elos sociais fundamentais.

A incidência da exclusão e desigualdade na sociedade angolana, agravam-se com o deficiente acesso à instrução de qualidade e ausência de qualificação profissional, a precariedade do emprego, traduzida por baixos salários e ausência de emprego de longa duração, tendência para o recurso ao mercado informal ou a atividades ilegais (prostituição e delinquência), uma longa permanência em estado de pobreza, a precariedade de laços sociais (e de solidariedade grupal), que conduzem à debilidade das condições de vida e contribuem para a reprodução da exclusão social, a segregação espacial, através da residência em espaços geográficos pré-determinados – os subúrbios das cidades, enfim, à ausência de perspectivas em relação à melhoria das condições de vida, como anteriormente foi explicado.

“Ao mesmo tempo, por força da destruição e danificação massiva dos equipamentos, de infraestruturas físicas, da perda de elites técnicas e de políticas públicas erráticas, verifica-se um processo de desindustrialização das capilaridades do comércio informal que se revela, no entanto, insuficiente para colmatar as necessidades de abastecimento das populações. Desta situação resulta uma fraca integração das economias locais e um consequente empobrecimento de largas camadas da população” (Pestana, 2011, p. 13). Obviamente, as migrações pós-independência influenciaram o surgimento de seitas religiosas passíveis de desviar os valores, hábitos, usos e costumes próprios da população angolana, acarretaram diversos fenómenos, nomeadamente prostituição, elevação do índice de vida da população e de zungueiros/a ou vendedor ambulante, delinquência, comercialização de produtos falsos, pondo em risco as características socioeconómica do país.

Após o estabelecimento da paz (Abril de 2002) o poder público estabeleceu uma estratégia de desenvolvimento baseado, por um lado, na estabilização macroeconómica, na correção das distorções da economia e no controlo e redução da inflação e, por outro, no combate à pobreza. A “Estratégia de Combate à Pobreza” (ECP), projeto que tem como propósito “a redução acelerada e sustentada da pobreza” estabelecida em 2004, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que visa a redução em 50 por cento da pobreza extrema. “Este projeto tem como objetivo global a consolidação da paz e da unidade nacional, através da melhoria das condições de vida do cidadão angolano mais carenciado e vulnerável, motivando-o a participar ativamente no processo de desenvolvimento económico e social, apoia o regresso e fixação dos deslocados, refugiados e desmobilizados para as áreas de origem ou reassentamento, integrando-os na vida económica e social. Esta estratégia visa ainda a minimização dos riscos de fome, satisfação das necessidades alimentares internas e relançamento da economia rural como setor vital para o desenvolvimento sustentável, bem como o controlo da propagação do HIV-Sida, valorização do capital humano nacional, promoção do acesso ao emprego e autoemprego e dinamização do mercado de trabalho garantindo a proteção dos direitos dos trabalhadores, assim como a criação dum ambiente de estabilidade macroeconómica que evite desequilíbrios nos mercados (prejudiciais para os mais pobres) e estimule o crescimento económico assegurando uma redução sustentável da pobreza” (ANGOP, 28/06/2004).

Mas esse documento estratégico (ECP), que deveria orientar as principais áreas de intervenção do governo não passa “*dum documento de boas intenções*”, dado que o governo tem cometido algumas falhas no que consiste a redução dos problemas sociais que atormentam a população angolana. O sociólogo João Paulo Ganga, dizia que o combate à pobreza em Angola tem muitas falhas, justificando que estas lacunas se devem, sobretudo, por não ter havido a implementação do princípio de subsidiariedade, que se traduz na articulação e no envolvimento das comunidades locais no processo de decisão. Diz ainda, que pelo fato de em Angola não haver uma política séria de segurança social, há pessoas com 50 anos de idade, que nunca estiveram vinculadas a um emprego condigno. Há uma lacuna completa do ponto de vista da segurança social, por isso, é preciso repensar rapidamente a questão do mercado de trabalho. Acontece que apesar do crescimento económico registados nestes últimos anos, elas não são visíveis no setor social. Hildeberto Madeira, sociólogo da província do Namibe, diz que o governo angolano não deve descansar nem cruzar os braços enquanto a pobreza registar indicadores elevados, e que, se Angola fosse um país onde houvesse transparência, muitos deveriam ser punidos e, pessoas que fazem gastos desnecessário e exagerados deveriam pagar uma sobretaxa para erradicação da pobreza. Abel Chivikukuvo, líder do Partido Casa CE, “recorda que o maior problema dos pobres, em Angola, é, não terem noção de que são pobres e do que está errado. Os pobres, particularmente das regiões rurais, herdaram esse estatuto dos avós, pais, tios, etc., muitos dos seus familiares já eram pobres e não têm consciência de que a pobreza tem raízes na discriminação colonial e prevalece com o atual governo no poder”⁶. Em minha opinião o governo tem mostrado mais preocupação na valorização das políticas externas do país, na normalização e estabilização política e da economia nacional, nos índices elevados das receitas petrolíferas, que de fato têm mostrado ser eficientes na resolução e estabilidade dos conflitos em África, o que não deixa de ser importante, mas não deveria ser estabelecido como prioridade, porque se confronta ainda com vários problemas internos de caráter socioeconómicos. Angola detém, atualmente, a vice-presidência dos países africanos da região dos Grandes Lagos e do Fórum dos PALOP, para além de ser candidata a membro não permanente do conselho de segurança da ONU.

[6] Abel-3.avi. Benguela – Angola: (Produzido) OMUNGA Angola, 24/05/2012. Discurso (22:00 min). Publicado em QUINTAS DE DEBATES. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NiQli0BEddo> [Acedido a 19 de Setembro de 2014 as 14:18]

Ressalvam-se as iniciativas dos programas de Estratégia e Combate à Pobreza em curso que pretendem integrar os grupos vulneráveis da população na economia, melhorar o acesso aos serviços sociais básicos de assistência à população e reforçar a capacidade institucional. Mas apenas uma minoria dos grupos mais vulneráveis usufruem desses projetos e alguns programas são banalizados. Certos projetos contribuem para que as pessoas fiquem ainda mais pobres como consequência da ineficácia das políticas essenciais de combate à pobreza, por falta de inspeção prévia. O que se nota, é que algumas pessoas ligadas a esses projetos estão mais preocupadas em usar o tráfico de influências, e beneficiar os “*seus*”, aproveitando-se dos capitais financeiros investidos pelo Estado e sem justificações óbvias. Provavelmente, a erradicação da pobreza será o maior desafio que se coloca em Angola, no sentido de encontrar soluções possíveis que permitam a ascensão a patamares cada vez mais elevados no bem-estar da população. Mas, é necessário que haja trabalho empenhado por parte do Estado e da sociedade civil em geral, com inúmeros debates de inclusão e diversificação da economia para incorporar a sociedade neste processo de desenvolvimento económico, criando mais postos de trabalhos, tendo como ferramenta principal a Estratégia de Combate à Pobreza.

“Por outro lado, a referida tendência para o empobrecimento de certas regiões deve chamar a atenção para países como Angola, onde as áreas de grandes recursos estão limitadas e a riqueza dificilmente tem difusão territorial. O que é uma distorção socioeconómico - às vezes histórica - é vista como uma fatalidade. É evidente que o desenvolvimento das regiões não se processa de forma igualitária, mas, a introdução de estímulos especiais reduz os riscos de grandes desequilíbrios. Agir nas periferias, em termos de recursos humanos e de aprovisionamento económico das suas condições naturais, é um imperativo de crescimento do todo nacional” (FAS, 1998, p. 13).

Porém, Angola continua a registar não somente uma forte desigualdade social, mas também grandes assimetrias regionais. “A capital do país concentra cerca de um terço da população e representa 75 por cento da indústria, 65 por cento do comércio e 90 por cento da atividade financeira e bancária. O PIB agrícola e da indústria transformadora não representam mais do que 12-15 por cento do PIB total (mesmo agora revelam uma maior dinâmica). A questão da terra e da sua distribuição para a atividade agropecuária continua a privilegiar um

grupo restrito ligado ao poder. Por outro lado, os investigadores na agricultura têm privilegiado a agricultura empresarial que abarca um universo reduzido de famílias, em detrimento da agricultura familiar que representa cerca de um milhão e meio de famílias” (Pestana, 2011, p. 14). “Todos esses fatores conjugados caracterizam um crescimento económico de enclave, concentrado nos setores do petróleo e dos diamantes, e são responsáveis pelas reduzidas oportunidades de emprego e de rendimento, o que não contribui para a redução da pobreza e, nomeadamente da pobreza urbana extrema” (Idem, 2011, p. 14).

“Em aspetos regionais, a pobreza é maior no Centro, no Centro Norte e Leste, onde sensivelmente mais de metade da população é pobre. Um grupo intermédio compreende as regiões Sul e Norte, onde entre um terço a dois quintos da população é pobre. Por último, a capital, Luanda, apresenta a menor proporção de pobres com apenas 8,6 por cento (uma em cada doze pessoas é pobre). A pobreza varia consideravelmente entre regiões e áreas de residência, embora as áreas rurais sejam mais pobres do que as urbanas” (IBEP, 2011, pp. 128-130).

“É preciso recordar que, em Angola, desenvolvimento, participação, organização social e capacitação, são questões adiadas; não foram incorporadas na formulação dos modelos adotados pós independência: se herdámos profundas distorções sociais, económicos e culturais, as mesmas têm vindo a ser profundamente acentuadas, assistindo-se no presente a um estado de crise social geral, na qual a “perversão” dos valores morais e éticos atua (negativamente) como fator de empobrecimento da sociedade angolana que, para além de ver delapidados os seus recursos naturais, assiste à destruição progressiva do seu maior capital: os recursos humanos” (FAS, 2005, p. 16.)

“O Programa do MPLA para 2013-2017 destaca em matéria de distribuição do rendimento o emblema “*crescer mais para distribuir melhor*”, que se inscrito com efetiva vontade política de aplicá-lo, significa precisamente atuar sobre os atuais mecanismos de acesso ao rendimento nacional, tornando-os mais democráticos, transparentes e justos, o que se afigura muito complicado dado o enquistamento das atuais fortunas; distribuir melhor é retirar a quem tem para transferir para quem não tem, impossível no atual estado de organização política do país: “continuar a desenvolver e consolidar as ações que visam uma melhor repartição do rendimento nacional”, acreditando-se ser suficiente a implementação de

“programas municipais de desenvolvimento integrado e combate à pobreza”, “programas de rendimento mínimo e outras formas de proteção social” e de “fomento habitacional numa perspetiva de integração económica e social”. Aparentemente deixa-se incólume o essencial do atual modelo de reprodução alargada de desigualdade e injustiça” (CEIC-UCAN, 2012, p. 39).

Angola ocupa um lugar intermédio em termos de desenvolvimento comparado com outros países africanos. Com uma economia próspera e um dos índices de crescimento mais rápidos comparados a nível de África, apresenta uma estabilidade política aliada ao aumento da produção petrolífera e das exportações e à alta dos preços internacionais do petróleo, que criaram as condições para um rápido crescimento económico. Pese embora o país gozar desses benefícios, ainda enfrenta fortes desafios sociais e níveis altos de pobreza e exclusão social.

Ao analisarmos somente a região Austral, uma invejável constatação é observada: Angola apresentaria a maior renda por cidadão (renda per capita) se distribuisse os seus rendimentos de maneira igualitária, perdendo somente para a África do Sul. Esta hipótese, não passa de uma formulação matemática ilusória e com significado restrito, em que o seu principal defeito reside na ausência de explicação no que se refere ao grau de igualdade na distribuição da renda nacional distribuída. A ausência de políticas distributivas que beneficiam as classes mais baixas, mantêm o índice de GINI em patamares considerados de alta desigualdade social, conotando o país com os piores na distribuição de renda de maneira igualitária.

“O Africa Progress Panel 2013, conclui que a desigualdade se mantém, por ausência de políticas que a combatam, e impede que o crescimento em países ricos em recursos reduza a pobreza, não só em Angola, mas também na Nigéria, República Democrática do Congo ou Guiné-Equatorial. Angola tem um dos padrões mais desiguais de distribuição do rendimento e é citado como “um dos exemplos mais acabados” de um cenário em que a atividade das empresas do Estado se esconde por trás de um sistema financeiro opaco⁷”.

[7] Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/angola-e-o-pais-onde-riqueza-natural-e-pobreza-social-estao-mais-distantes-1594089> [Acedido a 08 de Agosto de 2014 as 01:11]

“Por exemplo no caso de Cabo Verde, país que não dispõe de recursos naturais, os 10 por cento mais pobres têm cerca de 2 por cento de todo o rendimento ou toda a despesa, comparado com os 10 por cento mais ricos que controlam cerca de 40 por cento da riqueza. Trata-se de uma grande disparidade. Mas, a diferença é ainda maior em Angola. Os 10 por cento mais pobres só têm acesso a 0,06 por cento da riqueza enquanto os 10 por cento mais ricos têm acesso a 45 por cento da riqueza⁸”. “O Brasil é outro país onde a desigualdade, ocorre na renda, com 39,7 por cento de diferença média entre ricos e pobres. Os índices correspondem a 24,7 por cento para a educação e a 14,5 por cento na expectativa de vida. Os valores são maiores que a média da América Latina e do Caribe, com desigualdade de 36,3 por cento na renda, 22,2 por cento na educação e 13,2 por cento na expectativa de vida⁹”. “As desigualdades sociais são múltiplas e apesar das suas características distintas relacionam-se e interagem entre si. É por isso que a análise das condições de vida de uma população requer uma reflexão multidimensional. Em relação à distribuição de renda, o abismo entre ricos e pobres continua a crescer em quatro países do grupo BRICS, nomeadamente o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e recentemente a África do Sul, mesmo com o crescimento económico acelerado. Outro fator importante é que alguns países avaliam a renda familiar e outros os gastos com consumo (caso da Índia). Apesar disso, o índice de GINI é o mais comum para medir a desigualdade de renda e é capaz de nos mostrar de forma realista a situação de um país¹⁰”.

A ausência da distribuição justa da riqueza em Angola, a forte dependência externa dada a exportação do petróleo e do risco cíclico das oscilações da evolução da procura no mercado internacional, expressa a interdependência desequilibrada de Angola pela falta de diversidade na produção. “A oferta e a procura ainda são pouco expressivas e insuficientes devido à pouca socialização do crescimento, demonstrando um consumo reprimido que é transferido para fora, por intermédio de elevadas compras por nacionais de produtos manufaturados principalmente do Brasil, Portugal e China, que deteriora constantemente a

[⁸] Disponível em <http://www.circuloangolano.com/?p=23710> [Acedido a 08 de Agosto de 2014 as 02:45]

[⁹] Disponível em <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2014-07/idh-do-brasil-cairia-16-posicoes-com-calculo-de-desigualdade> [Acedido a 08 de Agosto de 2014 as 02:30]

[¹⁰] Disponível em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=123> [Acedido a 08 de Agosto de 2014 as 02:48]

balança comercial que ainda depende do cenário externo favorável na procura por commodities como o petróleo e diamantes¹¹”.

1.5.1. Causas da Pobreza em Angola

Dada a criação da Estratégia de Combate à Pobreza, as principais causas da pobreza podem ser identificados de seguinte maneira:

- a) O conflito armado que provocou, durante quase três décadas, o deslocamento de populações, a destruição de sistemas tradicionais de atividade económica e de solidariedade social, a destruição das infraestruturas sociais e das vias de comunicação e distribuição de produtos e outros bens essenciais, dando origem a situações humanitárias dramáticas;
- b) A forte pressão demográfica resultante de uma muito elevada taxa de fertilidade, da elevada taxa de dependência nos agregados familiares (com mais de metade da população com idade inferior a 18 anos) e de movimentos migratórios massivos em direção às cidades;
- c) A destruição e degradação das infraestruturas económicas e sociais, consequência direta da guerra, mas também consequência imediata da deficiente manutenção e conservação e dos desajustamentos do sistema de programação e gestão do investimento público;
- d) O funcionamento débil dos serviços de educação, saúde e proteção social em consequência da insuficiência de meios técnicos e humanos, dificultando o acesso a estes sistemas dos grupos mais vulneráveis;
- e) A quebra muito acentuada da oferta interna de produtos fundamentais, em particular de bens essenciais;
- f) A debilidade do quadro institucional, explicado pela baixa qualificação média dos quadros e técnicos e pela reduzida produtividade;
- g) A desqualificação e desvalorização do capital humano, decorrente da destruição e desgaste dos sistemas de educação e formação, da precariedade do estado sanitário, dos baixos salários e da extensão do desemprego e subemprego;

[¹¹] Disponível em <http://perspectiva-lusofona.weebly.com/angola/category/paulo%20burity%20pais>: [Acedido a 10 de Maio de 2014 as 09:12]

- h) A ineficácia das políticas macroeconómicas na correção dos fortes desequilíbrios macro económicos que se verificam ao longo da década de 90.

1.5.2. Consequências da Pobreza em Angola

Quanto às consequências da pobreza em Angola podemos resumi-las da seguinte forma:

- a) Um processo de depauperação repentino e continuado das populações deslocadas, muitas delas vivendo em áreas urbanas ou suburbanas;
- b) Uma pressão sobre as infraestruturas sociais urbanas já de si saturadas e insuficientes para cobrir as necessidades das populações urbanas e suburbanas de origem;
- c) Uma pressão sobre os mercados de trabalho com o intenso influxo de mão-de-obra, maioritariamente sem formação profissional, provocando a expansão do setor informal da economia e uma quebra dos salários e rendimentos médios nesse setor e no mercado de mão-de-obra formal não especializada;
- d) Uma rutura dos mecanismos de proteção familiar, que tinha nos membros rurais das famílias urbanas alargada de primeira geração um suporte importante à dieta alimentar em troca de acesso dos primeiros aos bens industriais;
- e) Uma fragmentação social pela ausência ou deficiente funcionamento dos mecanismos de segurança social comunitário presentes nas áreas rurais, da qual o fenómeno de crianças de rua e na rua é exemplo;
- f) O aumento do desemprego e subemprego urbanos.

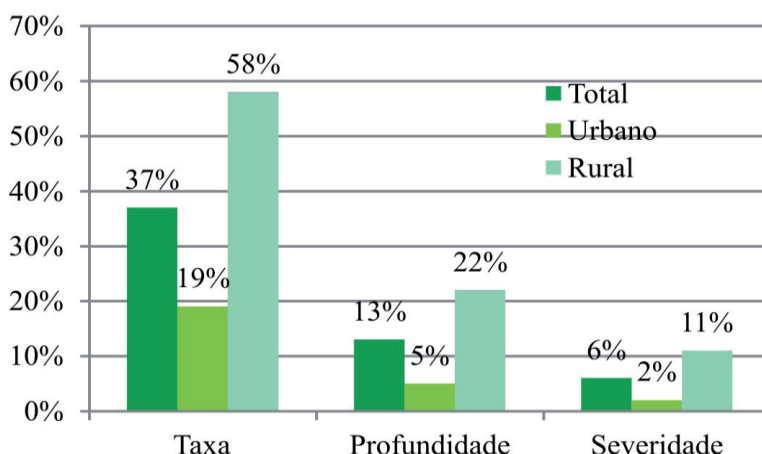
1.6. Pobreza Rural em Angola

Em Angola, como na generalidade dos países, a pobreza não é homogénea ao longo do território. Apesar de não existirem dados seguros sobre a dimensão da pobreza rural, algumas estimativas da ECP disponíveis apontam para um nível de pobreza rural que nalgumas províncias, poderá ser duas vezes superior ao verificado nos meios urbanos. “A pobreza em Angola é o resultado de uma combinação de fatores históricos, políticos, guerra, ecológicos, demográficos, administrativos e sócio económicos, aliás ela é também um atentado à democracia” (PNUD, 1997).

A linha de pobreza nacional é de 4.973 Cuanzas¹² ao mês. O acesso inadequado à alimentação e a privação de algumas dimensões do bem-estar - como acesso limitado a serviços de saúde, baixo capital humano, habitação inadequada, falta de acesso adequado a bens e serviços. De acordo com as últimas estimativas do INE, 37 por cento dos angolanos são pobres, registando um consumo mensal abaixo da linha de pobreza nacional. A pobreza monetária é muito mais elevada nas áreas rurais, onde 58 por cento das pessoas vive na pobreza, em comparação com 19 por cento da população urbana. Para além das diferenças entre as áreas de residência (rural e urbana), os resultados do inquérito fornecem provas sólidas de que a educação é um dos principais fatores de pobreza em Angola, na medida em que influencia extremamente o acesso aos serviços básicos e a capacidade de gerar ativos financeiros e físicos para o agregado familiar.

[¹²] Moeda oficial, o mesmo nome designa o maior rio de Angola.

Figura 1 - Incidência e Severidade da Pobreza em Angola



Fonte: IBEP, 2008-2009.

Apesar de a agricultura ter sido identificada como área prioritária na estratégia de redução da pobreza, as dotações orçamentais para o setor continuam baixas. “Cerca de dois terços da população depende da agricultura para a alimentação, renda e emprego, sendo que as mulheres constituem a maior parte da força de trabalho e participam em maioria na produção, na colheita, na transformação, na comercialização e na gestão dos lares. Estima-se que 80 por cento dos camponeses praticam a agricultura de subsistência, geralmente produzindo pouco ou nenhum excedente, com produtividade muito baixa. A falta de acesso a fatores de produção agrícolas por parte dos agricultores é um grande obstáculo à produção. A guerra provocou um êxodo maciço da população desde muitas áreas rurais para as urbanas. No fim da guerra cerca de 4 milhões de pessoas (um terço da população) haviam sido deslocadas internamente. No mesmo período, quase 500.000 refugiados angolanos encontravam-se em países vizinhos. A economia rural praticamente entrou em colapso¹³”.

“A importância da agricultura assenta na redução da fome e da pobreza, na criação de um sistema de segurança alimentar, na geração de emprego e de rendimentos para as famílias, nos papéis associados com a estabilidade, a segurança e a articulação e coesão social e espacial. Estas são razões suficientes para que a agricultura e o mundo rural assumam importâncias estratégicas nas políticas económicas e sociais do país. O mundo rural necessita

[¹³] FIDA, 2014 - Investir na população rural de Angola. Pobreza rural em Angola. Roma, Itália. Disponível em http://www.ifad.org/operations/projects/regions/pf/factsheets/angola_port [Acedido a 06 de Setembro de 2014 as 05:04]

de abordagens e de políticas globais e não setorializadas e de curto prazo. A redução e eliminação da pobreza envolve a produção alimentar e de bens geradores de rendimentos para as famílias, a reabilitação da rede comercial e a regulação dos termos de troca entre o campo e a cidade de forma a não penalizar sistematicamente o mundo rural, a oferta e universalização dos serviços básicos¹⁴”.

Permita-se-me dizer que apesar das áreas rurais possuírem índices graves de pobreza, mesmo assim algumas pessoas preferem viver nessas regiões em vez das urbanas. Nas regiões rurais em Angola, a oferta dos serviços básicos ainda é deficiente, sobretudo os de saúde, e na ausência dos principais cuidados médicos a taxa de mortalidade infantil é elevada comparativamente com a área urbana. As principais fontes de abastecimento de água faz-se através de chafarizes públicos, cacimbas, e há regiões onde uma parte da população tem que percorrer longos quilómetros à procura de água para o consumo. A educação apresenta as maiores taxas de analfabetismo, com uma redução significativa no ensino primário e secundário. A assistência social é condicionada, porque a exclusão e desigualdade social é gerada pelos sistemas económicos a vários níveis. Há ainda, debilidades nas condições que facilitam a mobilidade de pessoas e bens, mormente em infraestruturas (públicas, privadas e transportes), acesso ao crédito, à terra, a assistência técnica, inserção no mercado de trabalho. Em especial porque uma grande parte das populações que vivem nas áreas rurais estão inseridas no mercado informal, existe fraca atração de obras e projetos edificados e criação de melhores condições técnicas, fluxos altos de migração, tanto por parte de pessoas estrangeiras como nacionais, violência doméstica, fraca formação profissional, entre outros aspetos que caracterizam a ruralidade africana.

O governo tem em carteira programas de auscultação à Mulher Rural e de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza que é um dos maiores programas de inclusão social, no qual tive o privilégio de frequentar um dos workshops realizado a Sul de Angola, na província do Namibe. Este projeto visa reduzir os níveis de pobreza e identificar os principais problemas em particular no meio rural, e promover o acesso da população aos serviços públicos básicos, bem como impulsionar o crescimento e o desenvolvimento sustentável das

[¹⁴] MOSCA, 2004. Angola: Agricultura e Desenvolvimento. Piaget, Lisboa/pdf. Disponível em <http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/2108/1/Angola-Agricultura%20e%20Desenvolvimento>. [Acedido a 06 de Setembro de 2014 as 05:47]

localidades mais extremas do país. Contempla ainda, vários aspetos de carácter positivo, no domínio dos cuidados primários de saúde, acesso dos cidadãos à água potável, concessão de crédito às microempresas e pessoas individuais, gestão e manutenção de pequenas infraestruturas e do apoio ao associativismo e à participação dos cidadãos na busca de soluções para os problemas das comunidades.

“É de salientar, que a perspectiva do desenvolvimento local vai ganhando corpo com o processo de descentralização rumo à construção de uma paz social baseada na justiça social e económica, o que pressupõe nada menos do que a igualdade de direitos e oportunidades de acessos aos recursos e aos serviços sociais básicos entre homens e mulheres na base de uma planificação estratégica equilibrada do território, que incorpore e potencialize as iniciativas locais, afigurando-se necessária uma maior coordenação intersectorial relativamente aos diferentes programas e projetos para o meio rural que exige uma ação conjugada de toda a sociedade” (MINFAMU, 2014).

“Neste domínio, é notável que há uma apreciação por parte do governo relativamente a estratégia nacional de comércio rural e empreendedorismo, que visa fomentar e diversificar a produção e a comercialização de produtos, fatores de produção e serviços agrícolas, através da construção de infraestruturas logísticas para o armazenamento, processamento e a venda de produtos agropecuários, bem como o escoamento destes para os principais centros de consumo do país. No âmbito da implementação do Programa Nacional de Habitação, foi passado em revista o estado de execução dos subprogramas de construção de casas em todos os municípios, dos subprogramas de construção de diversas centralidades, bem como do subprograma de construção de aldeamentos rurais”, etc. (ANGOP, 14/06/2013).

1.7.Avaliação da Pobreza em Angola com base nos Relatórios de Desenvolvimento Humano

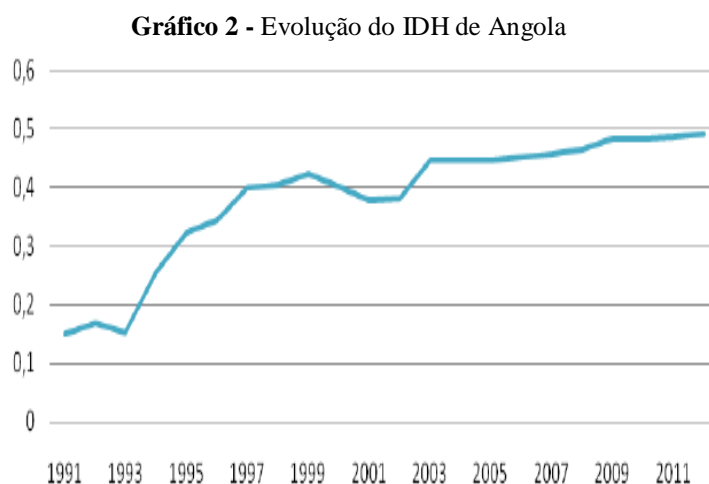
A sociedade angolana sofreu vastas e profundas transformações após o processo de independência. “Depois da fase de transição, o primeiro ciclo, que decorreu entre 1975-1992, foi politicamente caracterizado por um regime de partido único de orientação socialista. Em 1992, com a adoção da nova constituição iniciou-se a transição para o multipartidarismo. Após a guerra civil a circulação de bens e pessoas foi interrompida, em algumas áreas de forma quase total, e registou-se a destruição extensiva de infraestruturas económicas e sociais” (AN, 24/04/2011).

O IDH elaborado pelo PNUD em 1997, indicava o resultado da combinação dos vários fatores, nomeadamente históricos, políticos, ecológicos demográficos, guerras e fatores socioeconómicos, como principais causas da pobreza em Angola. O legado desse passado dramático teve um forte impacto em todos os setores da sociedade e nas vidas da maioria dos angolanos. A despeito da enorme riqueza natural do país, os principais indicadores do desenvolvimento humano colocam Angola entre os países mais desfavorecidos do mundo. Por outro lado, as mudanças climáticas e a destruição ambiental ameaçam o progresso da erradicação da pobreza e da fome.

O gráfico nos indica, em primeiro lugar, que Angola, embora tenha melhorando os índices de crescimento, apresenta uma evolução do IDH irregular, com baixo crescimento até o final da década de 90, e depois retrocedendo. Os baixos IDH se explicam pelo fato de que, estando em um patamar de desenvolvimento modesto, os resultados do crescimento económico sobre os padrões de vida da população são lentos, mas também há outro ingrediente importante: o fato de Angola apresentar altos índices de concentração de renda. Os frutos do período de crescimento por que passa o país neste momento não são adequadamente distribuídos pela população. “Angola surge no relatório do PNUD em 1993 como um dos oito países com crises mais graves, onde a falta de desenvolvimento é uma constante ameaça à segurança” (Bravo *Apud* Roque, 1996, p. 60).

Nenhum país, relativamente ao qual estavam disponíveis dados completos do valor do Índice de Desenvolvimento Humano abaixo do que em 2000. Segundo o PNUD, 14 países registaram algumas subidas percentuais ao ano, no IDH em 2000, nomeadamente Afeganistão, Serra Leoa, Etiópia, Ruanda, Angola, Timor-Leste, Mianmar, Tanzânia, Libéria, Burundi, Mali, Moçambique, Republica Democrática do Congo e Níger. São quase todos os países africanos com IDH baixo e que passaram por longos períodos de conflito armado, que mais recentemente registaram progressos consideráveis sobre frequência escolar, esperança de vida e aumento de renda.

Seguramente, segundo a situação social é hoje bem melhor do que em 2000 e 2002, sendo a evolução do IDH uma boa aproximação à medida destas transformações segundo nos mostra o gráfico abaixo.



Fonte: CEIC-UCAN, 2012.

- “Baixo valor do IDH entre 1990-1999 abaixo de 0,4, em média na vizinhança de 0,37. São dos piores anos da guerra civil, durante os quais as despesas orçamentais tiveram uma prioridade quase absoluta em favor da despesa com a segurança. A urgência da guerra determinou uma subalternização dos setores sociais e o IDH só não foi mais baixo porque o PIB por habitante – uma componente que vale um terço no compósito do desenvolvimento humano - foi aumentando graças à produção de petróleo” (CEIC-UCAN, 2012, pp. 39- 40)

- “O período de maiores conquistas no desenvolvimento humano dá-se em 2002-2012. É patente o declive positivo da reta representativa do comportamento temporal do IDH,

comparado com o que se registou entre 1993-1999, o crescimento é agora mais lento das melhorias nas componentes sociais do índice (esperança de vida e taxa de escolaridade). No entanto, o valor do IDH ainda não ultrapassou a fasquia de 0,5 fundamental para o país deixar o grupo dos países de desenvolvimento humano baixo. Questões relacionadas com a pobreza e a distribuição do rendimento ajudam a compreender a razão pela qual os aumentos marginais do IDH (taxas de crescimento anual) tenham sido muito pouco expressivos” (Idem, 2012, pp. 39- 40).

Capítulo II – A Problemática da Fome

2.1. A Fome

“A história da humanidade tem sido, desde o princípio, a história da sua luta pela obtenção do pão-nosso-de-cada-dia. Parece pois, difícil de explicar e ainda mais difícil compreender o fato singular de que o homem - este ser animal pretensiosamente superior, que tantas batalhas venceu contra as forças da natureza, que acabou por proclamar seu mestre e senhor - não tenha até agora obtido uma vitória decisiva nesta luta pela sua própria subsistência” (De Castro, 1975, p. 31).

As “epidemias de fome” foram uma constante ao longo da história humana. Nos regimes pré-capitalistas, eram “crises de escassez” devidas a catástrofes naturais (secas, inundações) ou humanas (guerras e crescimento populacional). Elas poderiam indicar uma sobrepopulação em relação aos recursos produtivos existentes, ou o declínio histórico de uma formação económico-social. “Nos primórdios históricos dos programas sociais de combate à fome, no fim do século XVIII, surgiu na Inglaterra a “lei dos pobres”, uma ajuda às famílias mais necessitadas, proporcional ao número de filhos. O dinheiro vinha de uma taxa paga pelos contribuintes cujas posses ultrapassassem um determinado valor¹⁵” “A ONU reconhece o direito à alimentação desde uma esfera supranacional, dando maior força para instrumentos

[¹⁵] Disponível em [file:///C:/Users/claudioeduardosamuel/Downloads/OC+PBF%20\(1\)/pdf](file:///C:/Users/claudioeduardosamuel/Downloads/OC+PBF%20(1)/pdf). Fome, Capitalismo, e Programas sociais Compensatórios. Histórico e análise comparada da experiência brasileira [Acedido a 01 de Maio de 2014 as 10:01]

internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e o Pato Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, de 1966, o seguinte¹⁶:

“O direito de todos de usufruir de um padrão de vida adequado para si mesmo e sua família, incluindo moradia, vestuário e alimentação adequados, e à melhoria contínua das condições de vida”. De acordo com o artigo 11.2, reconhece-se que medidas mais urgentes e imediatas podem ser necessárias para assegurar “o direito fundamental a estar livre da fome e da desnutrição”. O direito humano à alimentação adequada é de importância crucial para a fruição de todos os direitos¹⁶.

“Segundo Morgan, o terceiro mundo inclui a massa dos países subdesenvolvidos que não têm com que matar a fome. As regiões mais desfavorecidas, em que a fome reina endemicamente, podem comparar-se a enormes campos de morte lenta em que os seres humanos vegetam em um regime de deficiência física e moral, crônica, até uma idade de 25 ou 30 anos, em que morrem” (Morgan, 1966, p. 7).

“A fome abate-se maciçamente sobre a humanidade atual. Se afeta ainda em certas classes desfavorecidas das nações desenvolvidas, pesa grandemente sobre os destinos das nações pobres” (Dumont e Rosier, 1966, p. 36). “É certo que a fome tem cada vez menos o aspeto daquelas epidemias mais terríveis, que dizimam populações inteiras e suscitavam a compaixão internacional. A fome de hoje disfarça-se sob um termo técnico: a mal nutrição. Que significa uma alimentação inadequada, tanto em quantidade como em qualidade, que se repercute desfavoravelmente na saúde e na capacidade de os afetados levarem uma vida normal” (Brunel, 1998, p. 105). Amartya Sen considera que uma pessoa morre de fome ou porque não tem capacidade de dispor de alimentos suficiente, ou porque não utiliza essa capacidade para evitar a carência alimentar” (Sen, 1999, pp. 65-71).

Segundo a muito justa expressão de Kenneth Boulding: «... todas as antigas civilizações não foram mais do que pequenas ilhotas de riquezas e de cultura emergente de um mar imenso de pobreza e de escravidão...». E por isso mesmo que desapareceram. A nossa está ameaçada de perecer atacada do mesmo mal se este problema vital não se resolve.

[¹⁶] Comentário Geral número 12. O direito humano à alimentação (art.11). Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos/ONU - 1999. Disponível em http://www.observatoriodha.com/uploads/5/6/8/7/5687387/comentrio_geral_12.pdf [Acedido a 30 de Setembro de 2014 as 00:34]

O presidente Kennedy havia-o compreendido quando em Julho de 1963, em Washington, perante o Congresso Mundial da Alimentação, exclamava enfaticamente:

«A guerra contra a fome é verdadeiramente a guerra da humanidade pela sua própria libertação. Não há, na terra ou no espaço, batalha que tenha mais importância, pois que nem a paz nem o progresso se podem manter em um mundo mal alimentado e semi esfomeado. Dispomos do poder de eliminar a fome da face da Terra. A vitória não se alcançará para o próximo ano mas é dever da nossa geração alcançá-la» (Morgan, 1966, p. 8).

2.2. A Dimensão da Fome no Mundo

“O escândalo da fome mundial envergonha a humanidade. O fato de que exista um número recorde de pessoas classificadas como famintas em um momento no qual há uma riqueza mundial sem precedentes desafia o próprio conceito de progresso humano. Além disso, há um crescente consenso de que a crise do sistema global de alimentos é resultado de escolhas políticas que favorecem interesses de corporações enquanto condenam centenas de milhões de pessoas ao desalento¹⁷”.

“Não faltam na nossa época acontecimentos terríveis e obscenos, mas a persistência da fome em larga escala num mundo de uma prosperidade sem precedentes é, certamente, um dos piores. As fomes assolam muitos países com severidade espantosa - «feroz como dez fúrias terrível como o inferno». Além disso, a penúria endêmica e maciça provoca grande miséria em muitas partes do mundo – debilitando centenas de milhões de pessoas e matando uma enorme proporção delas com uma regularidade estatística. O que torna a fome em larga escala uma tragédia ainda maior é o modo de como chegamos a aceitá-la e a tolerá-la como parte integrante do mundo moderno, como se fosse uma tragédia essencialmente não evitável (como uma tragédia da Grécia antiga)” (Sen, 2003, p. 215).

Apesar, de nos últimos anos a pobreza absoluta em África ter mostrado algumas pequenas quedas, os níveis de renda africana têm realmente caído em relação ao resto do mundo, a África permanece consistentemente entre o primeiro lugar para os conflitos, que consiste por longa data como a principal fonte da pobreza humana. Tal como os países da

[¹⁷] Disponível em http://www.waronwant.org/attachments/food_sovereignty_report_in_portuguese.pdf. War on Want - Soberania Alimentar. Resgatando o Sistema Alimentar Global [Acedido a 01 de Janeiro de 2013 as 10:01]

África Subsaariana, do Sahel, os do Corno de África, no Médio Oriente, etc., onde um dos maiores causadores da pobreza são os conflitos armados, e a instabilidade política, que ocorrem frequentemente nessas regiões.

No mundo inteiro, programas de combate à pobreza e à fome foram postos em prática, com resultados bastante menores à propaganda feita em torno deles. O número de pessoas que passam fome no mundo continua crescendo. Segundo as estimativas da FAO, 805 milhões de pessoas no mundo, ou seja, uma em cada nove pessoas, passam fome. “Apesar de se ter registado uma tendência positiva na última década, com 100 milhões de pessoas a saírem do estado de desnutrição crónica, a FAO considera que os números continuam a ser “inaceitavelmente elevados”, principalmente nas regiões da África Subsariana e da Ásia¹⁸”.

As taxas de pobreza são 20 por cento maiores em países afetados por ciclos repetidos de violência ao longo das últimas três décadas. As pessoas que vivem em países atualmente afetados pela violência têm duas vezes mais probabilidade de serem subnutridas e 50 por cento mais probabilidade de ser pobres. Os países com violações graves dos direitos humanos ou fraca eficácia do governo, do Estado de direito e controle da corrupção, têm uns 30-45 por cento maior risco de guerra civil, e significativamente maior risco de violência criminal extremo do que outros países em desenvolvimento.

A Somália é considerada um dos países mais pobres do mundo, lugar onde a fome e os conflitos crescem a cada dia. Devido à seca e a falta de ajuda alimentar cerca de 3,6 milhões de pessoas vivem sobre o risco de fome e algumas chegam até a morrer, a maioria delas são crianças que morrem devido à desnutrição, um problema que não se acaba, e com o passar dos anos vai ficando pior, são centenas de somalis prejudicados com este problema, alguns deles vivem em acampamentos dentro e fora da capital Mogadíscio. “Em média morrem cerca de 300 crianças por dia, e 640 mil crianças somalis estão subnutridas, todas precisando de ajuda para sobreviver; a fome na Somália é também consequência das mudanças climáticas. Os

[¹⁸] Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/uma-em-cada-nove-pessoas-no-mundo-passa-fome-1669824> [Acedido a 03 de Outubro de 2014]

países do Corno de África sofrem a pior seca dos últimos 60 anos, o que provocou uma grave queda de segurança alimentar e na água¹⁹”.

No caso da região dos Grandes Lagos, onde os conflitos são constantes, crianças são vendidas como escravos ou utilizados em exércitos, saindo obrigatoriamente fora do ensino académico, a fome crônica e a subnutrição é frequente, principalmente nos refugiados de guerras, e outras doenças como a malária, a cólera, agora também o vírus do ébola. E, por sua vez, aumenta a propagação do HIV-Sida, ajudando a expandir a pobreza e ameaçando o desenvolvimento socioeconómico na região africana. Obviamente, as mudanças climáticas, a degradação ecológica, o crescimento populacional, são também sublinhados como causas das vulnerabilidades e surtos de preços elevados, nas crises e na escassez de alimentos em larga escala. Haverá maior exposição de populações vulneráveis, os agricultores enfrentarão desafios de grandes proporções, os preços internacionais dos alimentos estarão instáveis e sofrerão subidas, os conflitos e a procura pelo acesso a água aumentará, os custos dos alimentos influenciam fortemente a existência de fome e situações de pobreza nas regiões mais pobres do mundo.

“Sete países reúnem, por si só, 65 por cento destas pessoas; a Índia, a China, a República Democrática do Congo, o Bangladesh, a Indonésia, o Paquistão e a Etiópia. Se progressos fossem alcançados em matéria de redução da fome nestes países, onde a população é numerosa, tal fato teria evidentemente importantes repercussões sobre a diminuição geral da fome no mundo. Entre estes países, a China registou progressos significativos a nível da redução da subalimentação, após anos de crescimento económico rápido²⁰”. “É na África Subsariana que a proporção de pessoas que sofrem de fome em relação à população total continua a ser mais elevada, fortemente afetada por conflitos e desastres naturais, onde uma em quatro pessoas permanece subnutrida, num total aproximado de 214 milhões. A região da América Latina e Caraíbas foi, por outro lado, uma das mais bem-sucedidas no combate à

[¹⁹] Disponível em <http://www.africaurgente.org/fome-e-crise-humanitaria-na-somalia-ver-fotos-e-videos/>
[Acedido a 10 de Junho de 2014 a 11:01]

[²⁰] Economia Global, Mercadorização e Interesses Coletivos. Ciclo Integrado de Cinema, Debates e Colóquios na FEUC DOC TAGV / FEUC, 2008-2009 - A Insegurança Alimentar da Economia Global: Situação, Consequências e vias de respostas. Disponível em http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_08_09/06_alimentamos_mundo.pdf/36

fome nos últimos anos, passando de 69 milhões de pessoas em 1992 para 37 milhões em 2014” (PÚBLICO, 16/09/2014).

Por outro lado, Josué de Castro, que dedicou sua vida ao combate à fome no mundo, numa de suas obras “*Geografia da Fome*” sublinha que o problema da fome mundial não é, por conseguinte, um problema de limitação da produção por coerção das forças naturais nem por falta de alimentos; é antes um problema de política, de uma política essencialmente baseada na desigualdade económica e social e na divisão premeditada do mundo em grupos dominadores e grupos dominados” (De Castro, 1975, p. 45). Malthus engendrou a hipótese de que a população cresce em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética, resultando daí o impasse de uma produção irremediavelmente insuficiente para as necessidades das populações. Na sua teoria demográfica, “alertava que o crescimento desordenado acarretaria na falta de recursos alimentícios para a população gerando como consequência a fome. “As organizações mundiais, afirmam que o problema da fome é um problema de “acesso”, de distribuição (ou seja, de má distribuição, devida à pobreza) de uma produção superabundante. O problema estaria na esfera da distribuição, não na estrutura (capitalista) da produção agrícola” (Coggiola, Osvaldo, 2008, p. 12). “Daí, pode-se dizer que, se não é possível exterminar a fome no mundo com medidas tendentes a controlar o crescimento das populações, é perfeitamente viável obter-se o controlo desse crescimento pelo extermínio da fome” (De Castro, 1975, p. 60).

2.3. A Fome em Angola

Segundo a Caritas de Angola, a região Sul é a área mais afetada pela Seca. A trágica situação em que vivem ainda milhares de famílias principalmente camponesas é resultado de uma estiagem, sobretudo nas províncias do Cunene, Huíla, Namibe, algumas áreas a Sul de Benguela e alguns municípios a Sul e a Este da província do Cuando Cubango, onde a situação da seca já está no quinto ano consecutivo. A fome e a insegurança alimentar tem diminuído significativamente, mas devido a irregularidade das chuvas e o difícil acesso na distribuição de água põe em risco as pastagens, a agricultura e em geral a sobrevivência da população.

Para se ter uma ideia, Angola é considerado entre os três países com pior alimentação e subnutrição no mundo. “A ONG OXFARM afirma que não é a falta de comida que atira o país para o fim da tabela, mas são essencialmente os preços elevados que se praticam sobre os produtos alimentares. Apesar de ter alcançado uma das metas do desenvolvimento do milénio ao reduzir para metade a proporção de pessoas subnutridas, atualmente quatro milhões de angolanos não conseguem comer com dignidade. Portanto, destaca-se aqui também outros fatores dos dados relativos à fome, nomeadamente a qualidade da comida, o custo dos alimentos e a volatilidade dos preços da comida que se soma a má diversidade nutricional, e por outro lado, a falta de acesso que grande parte da população não tem a água potável para o consumo e preparação dos seus alimentos em segurança e com condições mínimas de higiene²¹”.

Angola ainda apresenta grandes níveis de escassez alimentar. Tem um dos mais baixos indicadores de desenvolvimento humano do mundo, 25 por cento da população é afetada pela seca. A extrema pobreza que o país apresenta, é comparável a muitas regiões da África Subsaariana. Já se diz que essas regiões em Angola viveram a pior crise de seca de todos os tempos, devido à má fase agrícola as populações estiveram impossibilitadas de cultivarem na falta de sementes, de água potável, penúria dos bens mais elementares à sobrevivência e apoio estatal, pondo milhares de pessoas, entre as quais os idosos e as crianças, perante a ameaça de

[²¹] Disponível em <http://www.dw.de/angola-%C3%A9-o-terceiro-pa%C3%ADs-com-pior-alimenta%C3%A7%C3%A3o-do-mundo/a-17370091> [Acedido a 23 de Junho de 2014 as 02:29]

morte pela fome. Por outro lado, na região Leste, nomeadamente as Lundas, (ao pé das áreas diamantíferas) as comunidades locais são impedidas de praticar agricultura de subsistência.

De acordo com a Caritas, a falta de alimentos faz com que em muitos casos as populações se alimentem de raízes, frutos silvestres, milho torrado, alimentação que causa problemas de nutrição sobretudo nas crianças. Devido à má qualidade da água consumida, há proliferação de doenças, nomeadamente diarreicas, paludismos, doenças respiratórias, morte dos animais, abandono escolar das crianças e migração forçada em busca de alimentos e água, fazendo aumentar os números de mortes que surgem todos os dias.

O combate à fome tem que ser encarado como uma prioridade real; prova disso a Caritas, em parceria com as ONG's, governos provinciais, Soba, sociedade em geral e outras identidades religiosas, organizou uma campanha de solidariedade lançada há uns anos, pedindo ajuda a todas as organizações públicas e privadas no sentido de doarem bens de primeira necessidade, alimentares, água potável, etc., às populações atingidas mais gravemente.

Por outro lado, a FAO reconheceu os esforços do Estado angolano na redução significativa da fome, pese embora a diminuição desta problemática, o impacto da estiagem ameaça a subsistência das populações no interior e litoral de Angola. Constatado que em função de vários apoios e investimentos financiados pela União Europeia, Nações Unidas, etc., cujo objetivo visa o fortalecimento da agricultura familiar e na promoção da igualdade de género. Segundo o relatório de Segurança Alimentar Mundial de 2014, Angola registou uma diminuição de 70 por cento da população desnutrida, com a queda desde 1990-1992 e 2010-2012 do número absoluto da fome. Angola é um dos países a alcançar a redução pela metade da pobreza extrema e fome antes de 2015, que é o primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. De salientar os esforços das ações do Ministério da Agricultura na redução da fome e da pobreza e na elaboração do programa nacional de desenvolvimento agrícola, cujo foco é o incremento da agricultura familiar no seio das comunidades mais vulneráveis.

2.4. Atuações das ONG's no Combate à Pobreza e Fome em Angola

“Muitas organizações em todo o mundo dedicam os seus esforços a proteger os direitos humanos e acabar com os abusos dos direitos humanos. As principais organizações dos direitos humanos mantêm websites extensivos documentando violações e exigindo ação imediata tanto a nível governamental como a nível da comunidade. O apoio público e condenação de abusos é importante para o seu sucesso, visto que as organizações dos direitos humanos são mais eficazes quando os seus apelos por reforma são apoiados por defesa pública forte²²”.

As ONG's em Angola representam um papel importante, no qual, as suas maiores intervenções têm como objetivo principal contribuir para a redução da pobreza e da fome, desigualdade e exclusão social, desempregos, população pobre e urbana, comunidades pastoris, deslocados internos e pequenos agricultores, e aumento substanciais dos níveis de saúde e educação, para a melhoria da sociedade, aliviando os sofrimentos dos mais pobres que é uma das metas do Milénio que está na agenda atual da ONU pós-2015, bem como os problemas sociais reinantes no país.

“As primeiras ONG's apareceram por volta dos anos 80 nomeadamente para ajudar a população neste período de transição política da descolonização²³”. No fim da guerra civil houve uma ligeira diminuição de ONG's internacionais no qual tinham uma intervenção maior na assistência humanitária. A maioria destas organizações lutam por reconstruir as infraestruturas sociais e muitas também combatem para o reconhecimento dos direitos humanos em Angola.

Atualmente existem mais de 300 ONG's registadas em Angola e mais de 120 estão ativas, implementando projetos. Por sua vez, o planeamento e a implementação de projetos do Estado de combate à pobreza e o desenvolvimento sustentável das famílias carenciadas devem ser realizadas em conjunto com as ONG's, Igrejas, Voluntariados, Associações, representantes das comunidades, etc. “O protagonismo por elas evidenciado – com a

[²²] Organizações dos Direitos Humanos. Disponível em <http://www.humanrights.com/pt/voices-for-human-rights/human-rights-organizations/non-governmental.html> [Acedido a 27 Outubro de 2014 as 10:04]

[²³] As ONG no PALOP, 2005/06. Universidade Lumière Lyon. Disponível em <http://langues.univ-lyon2.fr/sites/langues/IMG/pdf/doc-211.pdf/11>

promoção de ações diversas nos domínios de produção, educação, saúde, direitos humanos e cidadania tem sido considerável

Existem diversas ONG's, Associações, Fundações nacionais e internacionais a atuar em Angola e particularmente na província do Namibe, entre as quais algumas são mais destacadas que outras: começo por citar as nacionais, a ADRA, que tem como objetivo ajudar as populações afetadas pela guerra a reconstruir as suas vidas num ambiente de paz, está ligada a projetos nas áreas da saúde, educação e do desenvolvimento rural. O FAS, tem como objetivo imediato servir de instrumento para reduzir ou minimizar os impactos produzido pelos processos de ajustamento económico nos setores mais vulneráveis da população. O Fundo LWINI é uma instituição de solidariedade social que tem por objeto social o angariamento de fundos e a execução de ações de apoio às vítimas da guerra civil. A Caritas, é uma associação de entidades de ação caritativa e social da Igreja Católica em Angola e outras Associações representadas pelas igrejas Protestantes, mais virada para a estabilização da solidariedade, caridade e voluntariado, especialmente nas áreas rurais. Entre as principais internacionais, encontramos o PAM, FAO, FIDA, ACNUR, a UNICEF, que têm como objetivo principal promover a defesa dos direitos humanos, ajudar a dar resposta às suas necessidades e valorizar os recursos humanos, por mais modestos que sejam, investindo-se permanentemente na educação da população e contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável.

2.5. A falta de Investimentos na Agricultura em Angola

A agricultura em Angola até antes da independência satisfazia a maior parte das necessidades alimentares do mercado nacional. Segundo a ONU, Angola é o 16º país com maior potencial agrícola do mundo, mas atualmente apenas 3 por cento da terra arável está cultivada. A FIDA considera que guerra civil e a falta de investimento tiveram um forte impacto no setor agroalimentar e desde 1990, o país depende da importação de alimentos e da ajuda alimentar. Apenas 10 por cento das terras aráveis são cultivadas e a produtividade por acre é uma das mais baixas da África Subsaariana.

Em termos gerais podemos considerar a agricultura e a pecuária como base para o desenvolvimento industrial e económico de Angola. Mas é também um fato que o governo angolano não tem mostrado interesse na importância e no desenvolvimento sustentável desses setores. Temos que ter em conta, que para atingirmos níveis satisfatórios socio económicos é preciso um grande investimento no setor agropecuário. “A importância da agricultura assenta na redução da fome e da pobreza, na criação de um sistema de segurança alimentar, na geração de emprego e de rendimentos para as famílias, sendo a principal fonte de emprego da população, nos papéis associados com a estabilidade, a segurança e a articulação e coesão social e espacial. Estas são razões suficientes para que a agricultura e o mundo rural assumam importâncias estratégicas nas políticas económicas e sociais do país¹⁴”.

“Um dos maiores défices do desenvolvimento agrícola em Angola está relacionado com a pobreza da investigação científica, tanto no que respeita aos aspetos agrónómicos, como nos económicos e sociais. Os institutos de investigação, presentemente, estão dotados do maior número de investigadores da sua história, incluindo um número significativo com doutoramento, mas, infelizmente, não possuem as condições necessárias, principalmente financeiras, para desenvolverem os seus programas de investigação” (ADRA, 2012, p. 12).

O outro fator, senão um dos problemas maiores, são os orçamentos aprovados pelos grupos parlamentares angolanos. Em Angola, verifica-se grande privação de recursos e claras crises de pobreza e segurança alimentar, e ainda se vê, por parte do Estado investimentos e orçamentos do setor da agricultura sem fundamentos. Sabe-se que grande parte da população vive em áreas rurais, cujo setor é o principal empregador da força de trabalho angolana e responsável por 82 por cento de todos empregos criados no país. Constitui, também, a

primeira fonte de trabalho para as mulheres, as quais somam 70 por cento do total de pessoas ligadas às atividades agrícolas²⁴. Dispõe do maior défice de técnicos e investigadores do ponto de vista tecnológico, sendo necessário criar instrumentos e políticas de forma a garantir a coesão social e o aumento dos rendimentos das pessoas mais vulneráveis.

Relativamente ao Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2014, tal como já aconteceu em anos anteriores, as verbas destinada à “Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça caiem 20,7 por cento, para 0, 8 por cento do total (tinha sido 1,1 por cento em 2013 e 1,2 por cento em 2012). Pelo contrário mais de 17 por cento do OGE vai para despesas com Defesa, Segurança e Ordem Pública, enquanto que a educação e a saúde juntas consomem apenas 13,4 por cento do orçamento, não se estimulando a economia não petrolífera, nomeadamente a que pode permitir o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar. Tal estratégia tem sido bastante criticada como um caminho que se afasta de um desenvolvimento sustentável, como se pretende hoje” (ADRA, 2014, p. 13). “Por outro lado, devido a queda do preço do petróleo a agricultura deverá liderar o crescimento do peso do setor não petrolífero na economia nacional, conforme prevê o OGE de 2015. O governo considera a agricultura como um setor chave para o desenvolvimento da economia nacional, liderando o crescimento entre oito áreas não petrolíferas identificadas²⁵”. Os deputados da Assembleia Nacional, “propõem que sejam reforçadas as verbas atribuída ao setor agrícola, com vista à expansão das terras aráveis”, e que se adotem políticas de formação de técnicos e de subvenção de fatores de produção. Também a investigação científica, nomeadamente na análise dos solos, deve ter mais verbas previstas nos próximos orçamentos e dar mais atenção às despesas com o setor de educação, saúde, pesca e políticas de inclusão para a juventude²⁶”.

[²⁴] Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD, (2013). Quem se beneficia com a liberalização do comércio em Angola? Uma Perspetiva de Género. Copyright United Nations

[²⁵] Angola investe 105 milhões de euros em projeto de produção agrícola. Disponível em <http://observador.pt/2015/01/06/angola-investe-105-milhoes-de-euros-em-projeto-de-producao-agricola/> [Acedido a 21 de Fevereiro de 2015 as 02:33]

[²⁶] Disponível em <http://m.noticias.sapo.ao/destaque/52b93b3f95bb93c654000080> [Acedido a 31 de Outubro de 2014 as 13:26]

Capítulo III - Angola

3.1. Caracterização Geográfica de Angola

Angola localiza-se na costa do Atlântico Sul da África Central Ocidental. É o segundo maior país da África Subsaariana, com uma área de cerca de 1.246.700 km²

Etimologicamente Angola deriva de “*Ngola*” nome do primeiro soberano que viria a tornar-se título dos governantes de uma região situada a Leste da atual capital – Luanda, no século XVI. A maior parte da população angolana é de origem **Bantu**.

Com uma área de cerca de 1.246.700 km², apresenta os seguintes limites fronteiriços: a República de Congo Brazzaville e República Democrática do Congo a Norte, República da Zâmbia a Leste, a República da Namíbia a Sul e a Ocidente pelo Oceano Atlântico, abrangendo ainda o enclave de Cabinda, situado a Norte, entre o Congo Brazzaville e a República Democrática do Congo.

Figura 2 - Divisão Administrativa de Angola



A sua **topografia** apresenta “zonas” principais, de Oeste para Leste, em direção ao interior: 1) uma região costeira de terras baixas, com pouco mais de 150 km no seu ponto mais largo, que abrange quase toda faixa longitudinal do país desde o extremo Norte, junto à foz do rio Congo, até ao extremo Sul; 2) A seguir encontramos uma faixa estreita de subplanalto, que se eleva de 300 a mil metros de altitude; 3) na área mais oriental, eleva-se numa série de mesetas com altitudes entre 1200 e 2100 metros, aproximadamente.

A dimensão do território é imponente, sendo equivalente às áreas somadas dos estados do Texas e do Arizona, ou do conjunto das áreas de França, Inglaterra e Espanha, aproximadamente 14 vezes o tamanho de Portugal Continental. É uma das maiores unidades geográficas do continente africano, com uma paisagem que alterna o deserto com a floresta virgem tropical. Possui uma costa marítima também das mais extensas do continente africano e o interior do seu solo contém reservas importantes dos mais variados recursos minerais. O **clima** de Angola é tropical e caracteriza-se por duas estações climáticas distintas que predominam ao longo do ano: uma seca e húmida, denominada por cacimbo, que vai de Junho a finais de Setembro, e, a das chuvas, quente, que decorre de Outubro a fins de Maio. É no planalto central que se situa o ponto mais alto do país, o Morro do Moco com 2.620 metros de altitude. A sua **hidrografia** está intimamente ligada ao seu relevo, razão pelo qual os rios têm origem nas “zonas” montanhosas e planálticas do interior e correm para as regiões mais baixas, desaguando em baías e portos naturais como os de Luanda, Lobito e Namibe. Possui uma extensa rede hidrográfica com 47 bacias hidrográficas principais, tendo, praticamente, todos os rios mais importantes nascentes no interior do país com exceção dos rios Zaire, Zambeze e Chilungo.

A **natureza** de Angola possui a maior diversidade de biomas e eco-regiões de África, do bioma do deserto do Sudoeste a savanas áridas do Sul, vastas florestas das províncias de Cabinda, Zaire, Uíge e Lunda Norte. Florestas relictas de Afromontane, de considerável importância biogeográfica, ocorrem em vales isolados de montanhas altas nas províncias do Huambo, Bié, Benguela, e da Huíla. As **florestas** naturais são preciosas reservas de madeiras de valor económico elevado, estando presentes nos maciços dos Dembos e Maiombe, madeiras nobres tais como o mogno africano, o pau-preto, ébano, sândalo, pau-raro e pau-ferro. Estas florestas abarcam fundamentalmente as províncias de Cabinda, Uíge, Zaire e o Bié.

3.1.1. Contexto Político

Após mais de cinco séculos de domínio português, que começou nas regiões costeiras estendendo-se depois para o interior. Os primeiros contatos com os povos que habitavam a região aconteceram por volta de 1482, quando Diogo Cão chegou ao rio Congo. O navegador português descobriu a foz do rio Congo e entrou em contato, na embocadura do reino do Congo, com o maior reino bantu da África Central Ocidental (**Os Bacongos**). “Em 1961 deu-se o início da guerra colonial o país tornou-se palco da insurreição anticolonial mais sangrenta da história da África Subsariana. A guerra afetou de duas formas as economias portuguesas e angolanas. Juntamente com a guerra da Guiné e de Moçambique, obrigou Portugal a efetuar gastos muito elevados para um país que era ele mesmo, subdesenvolvido” (Wheeler e Pélisser, 2009, p. 194). A Revolução dos Cravos em Portugal, a 25 de Abril de 1974, determinou o seu fim.

“Pós a II Guerra Mundial, décadas de 50 e 60, foi um marco em termos de descolonização de África, com mais de cinquenta colónias se tornando nações independentes, porém, o rigor do governo de Salazar em Portugal debelou todas as tentativas de independência empreendidas pelas colónias da África. Com o fim da ditadura em Portugal (25 de Abril de 1974), as perspectivas de independência das colónias se tornaram uma realidade” (Sousa Adriano, 2011, p. 6). Meses de negociações intermitentes entre Portugal e os três partidos nacionalistas africanos (MPLA, UNITA e FNLA), levaram ao Acordo de Alvor de 15 de Janeiro de 1975, que é o ponto de chegada de uma árdua caminhada encetada com 25 de Abril.

“A República de Angola nasce em 11 de Novembro de 1975. No início daquele ano, os movimentos nacionalistas que perseguiram o mesmo objetivo comum de luta pela independência, tiveram dificuldades em negociar um acordo de partilha do poder” (RDH, 2005, p. 15), e apesar dos Acordos de Alvor o conflito prosseguiu. Mas mudou de natureza, uma vez que desaparecera a componente da luta de libertação nacional que era a mais influente na caracterização da guerra colonial. “Se anunciava como um acordo de paz, pôs fim à guerra colonial uma vez encerrou os conflitos armados que opunha a potência colonial e os movimentos de libertação, mas não acabou na sua globalidade, muitas das premissas dos Acordos de Alvor não foram respeitadas” (Correia, 1996, p. 32). Os conflitos armados

perduraram por longos anos decorridos desde a luta da independência, causando danos significativos nos setores políticos (conflitos civis, instabilidade política), económicos (dependência económica, corrupção, falta de desenvolvimento científico e tecnológico), sociais (pobreza, fome, exclusão social), e culturais (conflitos étnicos e religiosos). Todos estes aspetos provaram ser um dos principais fatores que influenciaram o curso da dimensão dos conflitos e os problemas atuais que o país vive.

Por outro lado, no dia 31 de Maio de 1991, as duas principais forças nacionais angolanas (MPLA e UNITA) encontraram um conteúdo de transição democrática assinando os Acordos de Bicesse para acabar com os 16 anos de conflitos violentos. Ao que se podia perceber, sem a revisão constitucional de 1991 os acordos de paz, não teriam, com certeza, sido assinados. “Em 1992 são realizadas as primeiras eleições presidenciais, tendo como vencedor o candidato do MPLA, José Eduardo dos Santos. Porém, Jonas Savimbi, o líder da UNITA, acabou por não aceitar o resultado e o período de paz revelou-se tragicamente curto. Os esforços diplomáticos para deter os conflitos tinham sido retomados. A 20 de Novembro de 1994 foi assinado o Protocolo de Lusaca, este novo acordo prévio à realização de eleições sob supervisão das Nações Unidas” (Wheeler e Pélisseir, 2009, p. 367). Mais um fracasso – a guerra continuou.

“As consequências sobre o sistema económico e sobre as estruturas do Estado foram profundas. A carência, a baixa qualidade das infraestruturas económicas e sociais e o decorrente fraco nível de desenvolvimento humano, aliadas às consequências económicas eficazes criaram as condições para a redução da produtividade e da competitividade económica, com graves e persistentes equilíbrios macroeconómicos e em que o setor petrolífero de enclave se encontrava divorciado do resto da economia” (MINPLAN, 2005, p. 11). A 4 de Abril de 2002 assinou-se o Acordo de paz, as restantes forças da UNITA foram dissolvidas e a iniciativa de uma transição política para a paz passou a pertencer por completo ao governo angolano. A guerra civil terminou e deu-se início à reconstrução nacional de um país devastado.

Desde 2002 o país entrou numa fase de reconstrução nacional que abrangeu, designadamente, programas financiados pelas receitas petrolíferas, de reabilitação de infraestruturas e de melhorias das condições e de nível de escolaridade do cidadão angolano. O governo tem investido significativamente na reabilitação das suas infraestruturas sociais,

económicas, e culturais. Entre 2012-2017, o Estado prevê investir anualmente mais de 14 mil milhões de dólares na reabilitação e consolidação de infraestruturas. “A questão que se coloca é a relação do custo/eficácia destes investimentos. A gestão das despesas públicas continua a ser relativamente opaca. As auditorias são praticamente inexistentes e não existe nenhum contrapoder suscetível de exercer o direito de fiscalização e controlo independentes” (BAD, 2012, p. 8). As principais dinâmicas que podem levar à instabilidade em Angola residem na real capacidade do governo para enfrentar a pobreza galopante ainda experimentada pela maioria dos angolanos, especialmente nas cidades, agravada por um fosso crescente entre ricos e pobres.

3.1.2. Contexto Económico

Durante a década de 1970, Angola tinha uma economia que assentava em duas bases fundamentais à agricultura e a indústria. No que se refere à agricultura assistiu-se à instalação de uma economia colonial que tinha como objetivo criar um setor agrícola moderno, remetendo para segundo plano a agricultura tradicional. “O setor económico não petrolífero, foi seriamente afetada pela guerra, especialmente nos anos 1991-1992, quando atingiu quebras na ordem dos 47 por cento. Os desequilíbrios setoriais foram, de fato, notórios, devendo salientar-se a deterioração sistémica do setor da agricultura, silvicultura e pesca, sendo, portanto, compreensível que estes setores deva merecer uma prioridade particular no contexto dos programas de políticas económicas do governo. Um país com enormes potencialidades agrícolas baixou a sua contribuição para o PIB de 24 por cento, em 1991, para cerca de 8 por cento em 2001. Os setores agrícolas e manufatureiros foram particularmente penalizados pela hiperinflação da primeira metade dos anos 90” (MINPLAN, 2005, pp. 15-16).

“Entre 2004 e 2008, Angola registou um crescimento médio de 17 por cento ao ano, a economia foi tomando um crescimento exponencial, onde os seus principais objetivos na política macroeconómica era reduzir a inflação sustentado principalmente pelo aumento das receitas associadas ao petróleo. Mas a crise internacional e a acentuada descida das receitas

petrolíferas reduziram as taxas de crescimento para valores entre 2,4 por cento e 3,4 por cento entre 2009-2011²⁷”.

Com os investimentos que o Estado tem feito no setor não petrolífero, na construção civil e na agricultura, as taxas de crescimento têm subido substancialmente. O maior desafio à economia angolana continua a ser a diminuição da corrupção, e o aumento dos gastos de capital em infraestruturas com o objetivo de promover a diversificação económica e a redução da pobreza. Em 2012, o setor económico mostrou-se em rápido crescimento impulsionado pela produção de petróleo e as exportações, com uma taxa de crescimento anual do PIB superior a 11.6 por cento ao longo da última década. Angola classificou-se como uma das economias com crescimento mais rápido do mundo. Esta é uma tendência encorajadora, tendo em vista algumas prioridades, nomeadamente o emprego (especialmente dos jovens) e a diversificação económica que está agora posta em causa com a queda dos preços do petróleo.

A economia angolana é altamente dependente das receitas petrolíferas. A diversificação da economia ainda é muito fraca, com alguns investimentos, nomeadamente nos setores da agricultura, construção e na indústria transformadora. A indústria transformadora está a passar por um processo de modificação, com a criação de polos industriais, de zonas económicas especiais, que constitui um dos caminhos a seguir para a industrialização de Angola. A estabilidade política aliada ao aumento da produção petrolífera e os altos preços internacionais do petróleo alimentaram a elevação da taxa de crescimento do país. Porém, continua a enfrentar enormes desafios ao desenvolvimento, incluindo a redução da dependência do petróleo e a diversificação da economia, a reconstrução de suas infraestruturas, o melhoramento da capacidade institucional, de governança, dos sistemas de administração financeira pública, dos indicadores de desenvolvimento humano e das condições de vida da população.

[²⁷] Retrato da Economia Angolana. Disponível em http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/retrato_da_economia_angolana.html [Acedido a 12 de Outubro de 2014 as 15: 25]

No entanto, as quedas recentes do preço do petróleo põem em causa a estratégia de crescimento e causa graves problemas económicos ao país. A economia de Angola desacelerou em 2013 devido ao fraco desempenho do setor petrolífero, mas os efeitos só começaram a sentir-se agora. Por outro lado, “a economia não petrolífera registou uma expansão rápida graças à recuperação da seca de 2012 do setor agrícola e de investimentos no sector da eletricidade. Segundo o relatório do Banco Mundial, o início da produção de gás natural líquido (LNG) poderá acrescentar até dois pontos percentuais ao Produto Interno Bruto de Angola. A produção de gás natural líquido poderia servir como novo motor de crescimento, embora pouco contribua para aliviar a dependência estrutural das exportações de recursos naturais. Neste sentido, o Banco Mundial alerta que uma das consequências da queda dos preços do petróleo poderá ser um aumento dos preços mundiais dos alimentos, dada a "enorme dependência" do país na importação de bens alimentares. Sabemos que o choque dos preços alimentares tem um impacto devastador na população pobre e a sensibilidade aos choques externos vem exacerbar a insegurança alimentar preexistente, decorrente da sua baixa produtividade agrícola e da sensibilidade a condições climáticas imprevisíveis. De acordo com o relatório, o aumento da competitividade através de uma maior diversificação económica permitiria a Angola reduzir a sua dependência das exportações de petróleo a médio prazo²⁸”.

[²⁸] Banco Mundial prevê Crescimento Económico de Angola. Disponível em http://noticias.sapo.pt/internacional/artigo/banco-mundial-preve-crescimento-economico-de-angola-superior-a-07-por-cento-este-ano-e-em-2014_16300505.html [Acedido a 07 de Fevereiro de 2015 as 23:09]

3.1.3. Contexto Social

“Os resultados preliminares do Censo 2014, indicam que em 16 de Maio residiam em Angola 24.383.301 milhões de habitantes, sendo 11.803.488 do sexo masculino (48 por cento) e 12.579.813 do sexo feminino (52 por cento). O índice de masculinidade (rácio homens/mulheres) é de 94. Significa que existem 94 homens para cada 100 mulheres. Esta tendência é comum em todas as províncias, exceto a Lunda Norte” (INE, 2014, p. 7). “A província de Luanda é a mais populosa, concentrando 27 por cento da população do país. Seguem-se, as províncias da Huíla 10 por cento, Benguela e Huambo com 8 por cento, Cuanza Sul 7 por cento, Bié e Uíge com 6 por cento. As sete províncias concentram 72 por cento do total da população residente no país. A província do Bengo registou o menor número de residentes com 1 por cento da população. Seguem-se outras cinco províncias com uma população inferior a 3 por cento da população nacional, nomeadamente, Cuanza Norte, Namibe, Zaire, Cuando Cubango e Lunda Sul. As seis províncias concentram apenas 11 por cento da população nacional. Para cada quilómetro quadrado do país residem 19 habitantes” (Idem, 2014, pp. 23-27).

Tabela 1 - População residente por província e área de residência, 2014.

Província/Área de Residência	Total		Homens		Mulheres		Índice de Masculinidade
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Angola	24 383 301	100	11 803 488	100	12 579 813	100	93,8
Urbana	15 182 898	62,3	7 373 503	62,5	7 809 395	62,1	94,4
Rural	9 200 403	37,7	4 429 985	37,5	4 770 418	37,9	92,9
Províncias							
Bengo	351 579	1,4	174 362	1,5	177 217	1,4	98,4
Benguela	2 036 662	8,4	961 484	8,2	1 075 178	8,6	89,4
Bié	1 338 923	5,5	636 370	5,4	702 553	5,6	90,6
Cabinda	688 285	2,8	337 068	2,9	351 217	2,8	96
Quando Cubango	510 369	2,1	247 983	2,1	262 386	2,1	94,5
Cuanza Norte	427 971	1,8	208 933	1,8	219 038	1,7	95,4
Cuanza Sul	1 793 787	7,4	865 021	7,3	928 766	7,4	93,1
Cunene	965 288	4	450 814	3,8	514 474	4,1	87,6
Huambo	1 896 147	7,8	899 690	7,6	99 6457	7,9	90,3
Huila	2 354 398	9,7	1 117 342	9,5	1 237 056	9,9	90,3
Luanda	6 542 944	26,9	3 205 346	27,2	3 337 598	26,6	96
Lunda Norte	799 950	3,3	411 030	3,5	388 920	3,1	105,7
Lunda Sul	516 077	2,1	253 768	2,2	262 309	2,1	96,7
Malanje	968 135	4	471 788	4	496 347	4	95,1
Moxico	727 594	3	353 986	3	373 608	3	94,7
Namibe	471 613	1,9	227 653	1,9	243 960	1,9	93,3
Uíge	1 426 354	5,9	698 958	5,9	727 396	5,8	96,1
Zaire	567 225	2,1	281 892	2,1	285 333	2	98,8

Fonte: INE, 2014.

Apesar dos progressos substanciais que se têm verificado nestes últimos anos, o país ainda enfrenta enormes desafios nos seus principais indicadores sociais. Foram diagnosticados vários problemas no setor socioeconómico e institucionais, mas os setores mais preocupantes são os setores de saúde e educação:

3.1.3.1. Saúde

Atualmente, apenas 30 por cento da população tem acesso aos serviços de saúde. Dados recentes mostram progresso nos últimos 10 anos em diversas áreas. Segundo os dados do IBEP, nas áreas rurais, cerca de uma em cada quatro pessoas que esteve doente ou sofreu um acidente não teve uma consulta, por falta de acesso a unidade de saúde. A demora no atendimento tem sido um dos fatores de insatisfação referidos. Uma em cada três pessoas indica a falta de medicamentos como o principal fator de insatisfação. A falta de médico e o custo dos tratamentos também são fatores importantes que contribuem para a insatisfação com os serviços de saúde nas áreas rurais. O estado de pobreza parece influenciar consideravelmente grande parte dos indicadores de saúde. A malária é um dos principais problemas de saúde e a principal causa de morte. Angola possui também a mais elevada taxa de doença diarreica do mundo. A prevalência de HIV-Sida é uma das mais baixas na África Subsaariana. “O INE afirma que grande parte das pessoas já ouviu sobre o VIH-Sida, mas não sabe como evitar ser infetada, para além de ter preconceitos sobre o vírus. Neste contexto, as mulheres estão menos propensas a ter ouvido sobre o VIH/Sida do que os homens, especialmente entre a população pobre” (INE, 2013, p. 60).

3.1.3.2. Educação

Todo o mundo sabe que ser analfabeto hoje em dia é estar condenado a ter fome em casa. Investir na educação é um passo significativo em direção à melhoria das condições de vida da população, particularmente, para os pobres já que o maior obstáculo que estes enfrentam para escapar à pobreza está relacionado com os seus baixos níveis de capital humano (INE, 2013, p. 51). A baixa frequência escolar está grandemente relacionada com a pobreza, sendo a taxa de frequência das crianças de agregados familiares com melhores condições, duas vezes mais alta do que a taxa das crianças dos agregados familiares mais vulneráveis. “A Lei Constitucional (artigo 79.º) da República de Angola reconhece que é

papel do Estado é promover o acesso de todos à alfabetização, ao ensino, à cultura e ao desporto²⁹”, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efetivação.

“Uma das prioridades do governo é, de assegurar o acesso universal ao ensino primário, eliminar o analfabetismo e criar as condições para a proteção e integração de adolescentes, jovens e pessoas com necessidades educativas especiais, garantindo sempre a equidade do género” (MINUA, 2006, p. 51). O sistema de educação escolar angolano estrutura-se em três níveis: primário, secundário e superior. O ensino primário corresponde ao nível de escolaridade obrigatória e é base do ensino geral, tanto para a educação de adultos como de crianças. O sistema de ensino secundário divide-se em dois ciclos de três anos cada, conduzindo às habilitações literárias. Existe um sistema educativo técnico paralelo dividido em três anos de ensino vocacional (após a instrução primária) e quatro anos de ensino médio técnico após a nona classe. As políticas neste setor visam, de modo geral, garantir que todas as crianças completem um ensino básico de qualidade e gerir a continuação de estudos a diferentes níveis após o ensino básico, de modo a fazer face à procura sobretudo do mercado de trabalho. A cobertura geral do país em termos de centros de ensino superior é insuficiente, a oferta atual em serviços ainda não satisfaz as necessidades existentes. Mas, é de reconhecer o esforço do governo no sentido de expandir o ensino superior em todas as províncias, com um aumento significativo de instituições deste nível, embora ainda apresentem baixos níveis de qualidade de ensino.

[²⁹] Constituição de Angola, 2010, p. 30.

3.2. Modos de vida dos Angolanos Antes da Independência

“Na altura, Angola vivia num ambiente de completa confiança no indígena local que dava provas diárias do seu portuguesismo e não parecia impressionado com a evolução política da África nem com a independência do Congo Belga” (Felgas, 1968, p. 53).

Os ciclos da economia colonial eram determinados por exportações, primeiro os escravos e depois as matérias-primas, tais como a borracha e o café. Antes de Angola ter obtido a independência, era um país conhecido como produtor agrícola e não como exportador de petróleo, tinha uma economia diversificada e próspera, apesar de ter sido caracterizada por enormes desigualdades. O país vivia sob domínio colonial português. Em meados da década de 1950, começou a crescer o processo de reivindicação pela independência. Nessa época, enquanto em Angola as reivindicações pela independência se faziam na clandestinidade, noutros países africanos já se respiravam os ares da liberdade. “Era nos espaços urbanos que facilmente conviviam pessoas de origens diferentes, cruzavam-se informações, culturas e influencias ideológicas variadas, criavam-se novos hábitos e também novas expectativas de ascensão social que, bloqueadas pelo domínio colonial de uma minoria, se exprimiam cada vez mais em reivindicações independentista” (Medina, 2013, p. 20).

“No quadro desta observação, facilmente se constata que a educação não formal foi utilizada durante muitos anos na África pré-colonial como um sistema de ensino ligado ao modo de vida das populações para a sua sobrevivência³⁰”. “As ciências económicas e demográficas provam, como os especialistas repetidamente o têm demonstrado, que, em vez de ser um obstáculo ao desenvolvimento económico, o crescimento da população promove o crescimento da economia” (De Araújo, 1964, p. 24). “Em 1970, Angola possuía 5.669.509 habitantes, de acordo com recenseamento oficial, incluindo os brancos o número dos angolanos que ficaram sob domínio português foi, pelo menos, 8 a 9 vezes superior ao dos que se exilaram. O fato é que deviam existir pelo menos 5,6 milhões de pessoas, sem esperança de se poderem exprimir livremente ao nível político, devido ao medo que se sentia da polícia, quando tinha uma opinião a exprimir, ou então devido à sua ignorância” (Wheeler e Péliissier, 2009, pp. 319-320). “Todavia, os padrões sociais e as condições de vida, já de si baixos na época colonial situam-se agora bastante aquém das medidas da África a Sul do Sara

[³⁰] Disponível em <https://balgidoquiage.wordpress.com/2014/09/17/educacao-em-angola-antes-durante-e-depois-da-independencia/> [Acedido a 11 de Novembro de 2014 as 02:10]

e dos países de baixo rendimento” (Roque, *et al.*, 2000, p. 20). “Apesar da existência de um ensino oficial em Angola, a situação da maioria da população africana em nada se alterou, pois um grande número continuava sem escolarização. Um aspeto crucial para compreender a sociedade de então era o baixíssimo nível de instrução que, naturalmente, reduzia o alcance da literatura, da informação e de propaganda escrita. A carência de oportunidades escolares, mesmo básico e técnicos profissionais, era um dos grandes fatores de ressentimentos contra o domínio português, recorrente no enunciado de queixas dos nativos, que não se coíbiavam de apontar contraste com a colônia belga” (Medina, 2013, p. 20).

“O período colonial gerou sérias distorções sociais, económicas, deixando o povo angolano com profundas fissuras e mútua desconfiança entre “assimilados” e “indígenas”, e uma economia enviesada assente na produção de bens de exportação para uma Metrópole. Portanto, a atividade económica nos meados da década de 1970 era impressionante relativamente à existente em outros países africanos” (Roque, *et al.*, 2000, p. 20). “Uma das grandes produções, antes da independência, era o café, que levava a que a antiga província ultramarina portuguesa fosse um dos grandes produtores mundiais, tal como a exportação de cana-de-açúcar teve um grande impacto no desempenho da indústria açucareira na década de 60 e 70. Foi um dos maiores exportadores de café no mundo e tornou-se o mais valioso desses produtos, ultrapassando o milho em 1942, e os diamantes em 1946, mantendo-se imbatível à cabeça das exportações angolanas até 1973, quando o petróleo passou para o primeiro lugar” (Medina, 2013, p. 22).

“A situação da estagnação económica decorria das próprias características da exploração colonial. Escasseavam capitais para investir, a poupança local quase não existia, a pobreza das populações não dinamizava o mercado, faltavam equipamentos, técnicos e pessoal qualificado. Aquando da independência, houve um processo lento mas progressivo e contínuo da consciência pública e da solidariedade social, assim como a decadência dos setores sociais que delas dependem fortemente – educação, saúde, habitação, assistência social, serviços comunitários” (Vidal e Andrade, 2008, p. 11). Os padrões sociais em Angola sempre estiveram ligados aos políticos, desde a história da descolonização até à presente data.

3.3. Condições de vida dos Angolanos Depois da Independência

Em 1975, quando ascendeu à categoria de Estado Independente, a sua população era calculada em oito milhões, apenas 15 por cento era escolarizada e que sabia escrever, ler e fazer cálculos; a saída dos colonos significava também a saída dos professores. A guerra colonial destruiu as infraestruturas básicas, devido aos efeitos acumulados de uma inadequada manutenção e a falta de investimentos, o desemprego também foi um grande problema, especialmente entre os jovens, cuja dificuldade é maior retenção de aptidões e nutre a possibilidade de conflitos sociais fraco acesso à justiça e as limitações de meios de comunicação, sobretudo no interior do país, eram estruturalmente inadequadas.

“Os ganhos da independência são proporcionais às perdas durante a colonização. Ou seja, quando refletimos sobre aquilo que ganhamos com a independência, proporcionalmente sentimo-nos compelidos a imaginar tudo quanto perdemos ao longo dos 500 anos de colonização numa relação de custos e benefícios: o custo da colonização é o benefício da independência³¹”.

A saída dos colonos portugueses e o aumento da guerra civil influenciou significativamente a progressão dos setores chave do país, as redes de comercialização e o setor da agricultura comercial entraram em colapso e afetou negativamente a produção agropecuária em várias dimensões, exceto em algumas áreas costeiras, onde a irrigação é usada, e os excedentes comercializáveis diminuíram drasticamente devido à contínua insegurança. Angola passou de exportador líquido de produtos agrícolas para importador de grande parte dos produtos que consumia.

“As tentativas de reformas económicas face aos graves desequilíbrios foram feitas no final de 1980-1990, mas fracassaram. Confrontado com a deterioração das condições económicas e sociais, governo adotou uma série de medidas, que foram fixadas para resultar numa mudança substancial na política económica. O governo estabeleceu um programa

[³¹] Independência de Angola. Disponível em http://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=13719:ganhos-da-independencia-de-angola--angelo-kapwacha-&catid=17:opinioao&Itemid=124 [Acedido a 17 de Setembro de 2014 as 19:02]

nacional de emergência de ajuda humanitária para as pessoas deslocadas da guerra e introduziu medidas para melhorar a transparência na gestão dos fundos públicos³²”.

Outro elemento importante depois da independência foi a crescente migração para as cidades, especialmente a capital do país, Luanda. O colapso da economia pouco depois da independência, abrangeu as colônias e as redes de comerciantes do mato. Por outro lado, “no tempo colonial o acesso a educação, saúde e habitação, bem como a própria segurança pública garantida pelo Colono, se baseava no estatuto social. Depois da independência, o usufruto de direitos sociais, nomeadamente a educação, saúde, habitação, segurança pública foram preocupação do Estado para que sejam garantidos aos cidadãos de forma igual, pelo que consta na Lei Constitucional angolana³¹”

3.4. Valor de Classificação do IDH em Angola

O valor do IDH de Angola para 2013 foi 0,526 - que está abaixo do desenvolvimento humano da categoria posicionando o país em 149º entre 187 países e territórios. Entre 2000 e 2013, o valor do IDH de Angola aumentou de 0.377 para 0.526, um aumento de 39.6 por cento ou um aumento anual médio de aproximadamente 2.60 por cento. Entre 1980 e 2013, a expectativa de vida de Angola à nascença aumentou cerca de 11.7 anos; os anos de escolaridade aumentaram cerca de 0.3 anos e os anos esperados de escolaridade aumentaram cerca de 7.2 anos. O Rendimento Nacional Bruto de Angola per capita aumentou cerca de 94.0 por cento entre 1980 e 2013” (RDH, 2014, p. 2)

[³²] O Retrato da Economia Angolana. Disponível em <http://economia.culturamix.com/mercado/o-retrato-da-economia-angolana> [Acedido a 15 de Outubro de 2014 as 18:54]

Tabela 2 - Tendências de Angola IDH com base em dados de séries temporais consistentes

	A expectativa de vida à nascença	Anos de escolaridade esperados	Média de anos de escolaridade	RNB per capita (2011 PPP\$)	Valor IDH
1980	40.2	4.2	-----	3,260	-----
1985	40.8	4.2	-----	2,946	-----
1990	41.2	4.1	-----	2,799	-----
1995	42.1	4.2	-----	1,001	-----
2000	45.2	5.5	4.4	2,117	0.377
2005	48.6	7.8	4.4	3,879	0.446
2010	50.7	10.2	4.7	5,854	0.504
2011	51.1	11.4	4.7	6,271	0.521
2012	51.5	11.4	4.7	6,259	0.524
2013	51.9	11.4	4.7	6,323	0.526

Fonte: IDH Angola, 2014

“O IDH de Angola em 2013 foi cerca de 0.526 a acima da média de 0.493 para países no grupo de desenvolvimento humano baixo e acima da média de 0.502 para os países da África Subsaariana. Os países que estiveram perto de Angola em 2013, e em certa medida, na dimensão da população são o Senegal e a Zâmbia, que têm IDHs classificados 163 e 141 respetivamente, como indica a tabela abaixo” (RDH, 2014, p. 3)

Tabela 3 -Indicadores de IDH de Angola para 2013 em relação a países e grupos seleccionados

	IDH	Ranking IDH	Expectativa de vida	Anos de escolaridade esperados	Média de anos de escolaridade	RNB per capita (PPP\$)
Angola	0.526	149	51.9	11.4	4.7	6,323
Senegal	0.485	163	63.5	7.9	4.5	2,169
Zâmbia	0.561	141	58.1	113.5	6.5	2,898
Africa Subsaariana	0.502	_____	56.8	9.7	4.8	3,152
IDH Baixo	0.493	_____	59.4	9.0	4.2	2,904

Fonte: IDH Angola, 2014.

“O IDH de Angola de 2013 foi 0,526. Portanto, quando o valor é descontado para a desigualdade, o IDH cai para 0,295, uma perda de 44,0 por cento devido as desigualdades na distribuição dos índices de dimensão. O Senegal e Zâmbia mostram perdas devido à desigualdade de 32,9 por cento e 35,0 por cento respetivamente. A perda média devido a desigualdade para países de IDH baixos é de 32,6 por cento e para a África Subsariana é de 33,6 por cento. O coeficiente de desigualdade humana para Angola é igual a 43,6 por cento” (RDH, 2014, p. 4).

Tabela 4 - IDH de Angola e outros países para 2013, descontado para desigualdade

	Valor IDH	Perda geral (%)	Coefficiente de desigualdade humana (%)	A desigualdade na expectativa de vida ao nascer (%)	A desigualdade na educação (%)	A desigualdade na renda (%)
Angola	0.295	44.0	43.6	46.2	34.6	50.0
Senegal	0.326	32.9	32.3	29.5	44.6	22.7
Zâmbia	0.365	35.0	34.5	37.2	23.8	42.6
Africa Subsaariana	0.334	33.6	33.5	36.6	35.7	28.1
IDH Baixo	0.332	32.6	32.4	35.0	38.2	23.9

Fonte: IDH Angola, 2014.

Por outro lado, “Angola já ultrapassou largamente o limiar de rendimento utilizado pelas Nações Unidas para classificar países na categoria de países menos desenvolvidos, pelo que está em curso a candidatura de alteração desta classificação. Os critérios atualmente definidos baseiam-se no Produto Nacional Bruto per capita, num índice de capital humano e num índice de vulnerabilidade económica, nos dois últimos compreendem diversos indicadores: o primeiro é composto pela percentagem da população subnutrida, taxa de mortalidade infantil, frequência do ensino secundário e taxa de alfabetização de adultos, enquanto o segundo é composto por indicadores da população, isolamento, concentração das exportações, percentagem da agricultura no Produto Interno Bruto,³³”etc.

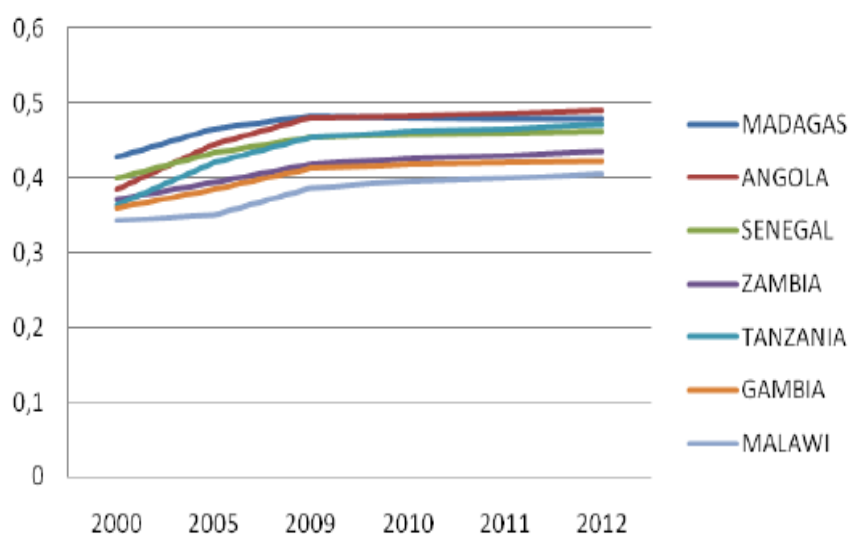
“Apesar da rápida expansão do PIB, Angola ainda está classificada pelas Nações Unidas como um país de baixo desenvolvimento, ocupando a 148ª posição em 2013 (ver em anexos) do IDH, que agrega informação económica e social. Por sua vez, a Conferencia das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, destaca que o processo feito para diversificar a economia e para melhorar os indicadores sociais e humanos têm sido muito

[³³] Disponível em file:///C:/Users/claudioeduardosamuel/Downloads/Research%20Dezembro.pdf/11 [Acedido a 09 de Julho de 2014 as 12:30]

limitado, o que poderia inviabilizar a candidatura de Angola para abandonar a classificação de países menos desenvolvidos³³”.

“Em contrapartida, em países africanos subsarianos (como Angola, Madagáscar, Senegal, Zâmbia, Tanzânia, Gâmbia e Malawi), verifica-se a não ocorrência de significativa divergência: em 2000, o IDH situava-se na proximidade de 0,35 e em 2012 os mesmos países estavam em processo de convergência para o intervalo 0,4/0,5 uma dinâmica relativamente lenta: As dificuldades de melhoria dos índices de vida são semelhantes nestes países (uma variação de 1,5 por cento em termos anuais). Nenhum dos sete países conseguiu escapar-se do grupo de países de mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano, através de políticas sociais e económicas orientadas para as condições de vida da população. O caso de Angola – com as potencialidades reconhecidas e as taxas de variação real do PIB conhecidas – é, seguramente, o mais preocupante, conforme nos mostra o gráfico abaixo” (CEIC-UCAN, 2012, p. 48).

Gráfico 3 - Processos de divergência entre alguns países Africanos



Fonte: CEIC-UCAN, 2012.

“Com base na metodologia de cálculo do IDH é possível visualizar o conjunto de desafios a vencer para que Angola possa fazer parte da lista dos países de desenvolvimento humano médio com limiar de 0,600 para o respetivo índice. Foram feitas duas simulações: uma, dentro duma evolução normal dos indicadores que concorrem para o seu cálculo e outra, mais radical e apenas para 2017. Os desafios a vencer são enormes. Ganhando-se um ano por

ano na esperança de vida, aumentando-se a escolaridade para 5,8 anos e colocando o rendimento médio por pessoa próximo de 6.500 dólares, a variação percentual do IDH no fim da presente legislatura será tão-somente de 2 por ano ao ano” (CEIC-UCAN, 2012, p. 49)

“Apesar disso, em 2017 o país deixará o agregado dos países de desenvolvimento humano baixo e passará a ocupar as últimas posições do grupo dos de Índice de Desenvolvimento Humano médio (o limiar inferior é de 0,522). Este cenário exige uma monitorização apertada da implementação das diferentes medidas e políticas que poderão dar corpo às metas do Plano de Desenvolvimento de médio prazo 2013-2017” (CEIC-UCAN, 2012, p. 50).

Tabela 5. Projeção do IDH para Angola

Variáveis e Índices	2012	2013	2014	2015	2016	2017
PIB por habitantes (USD)	5576	5668	5830	6080	6300	6463
Esperança de vida (EVN)	52	53	54	55	56	57
Anos de escolaridade	4,6	4,8	5,1	5,3	5,5	5,8
Anos de escolaridade esperados	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1
Índice EVN	0,505	0,521	0,536	0,552	0,568	0,584
Índice de educação	0,431	0,440	0,454	0,462	0,471	0,484
Índice de rendimento	0,576	0,578	0,582	0,588	0,593	0,597
Índice desenvolvimento humano	0,500	0,510	0,521	0,532	0,541	0,552

Fonte: CEIC-UCAN, 2012

“Um cenário mais radical, mas mais compatível com as reais potencialidades do país e a urgência de dar à maioria da população níveis de vida e de rendimento internacionalmente comparáveis, é o de se atingir, em 2017, um IDH de 0,6. Para isso seria necessário que”:

- A esperança de vida atingisse os 60 anos;
- Os anos de escolaridade atingissem o número de 6,5 anos;
- E o rendimento médio por habitante fosse de 9.500 dólares;

Compreende-se que a viabilidade deste cenário dependa sobretudo da distribuição do rendimento, em especial do “*distribuir melhor*”. O “*crescer mais*” não tem sido difícil, porque o setor petrolífero continua a ser a mola impulsionadora da economia nacional, pois não são vislumbráveis sinais seguros, estáveis, sustentados e consistentes de as energias renováveis substituírem o petróleo, no contexto de um novo paradigma energético mundial” (CEIC-UCAN, 2012, p 50).

3.5. Estratégia de Combate à Pobreza

Contribuir para fazer recuar a pobreza é uma exigência ética que tem de comprometer toda a sociedade. Dado o término de longos anos de guerra civil, que deixou as infraestruturas devastadas, iniciou-se uma nova etapa da história de Angola. O tecido social foi o que mais sofreu alteração, estando em causa a qualidade de vida e os indicadores de desenvolvimentos humano da população em geral. “O processo de recomposição do tecido social é prioritário. Face a isso, em 11 de Setembro de 2003 o governo angolano, através do Ministério do Planeamento, publicou um documento intitulado “Estratégia de Combate à Pobreza – Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica” que apresentou a Comunidade de Desenvolvimento da África Subsaariana (SADC), cujo objetivo principal é estabelecer compromissos tendo em vista a redução acelerada e sustentada da pobreza até 2015” (Rela José, 2005, p. 778).

“O Objetivo de Combate Contra à Pobreza não era ainda individualizado, foi aprovado em 1996, na Reunião Mundial de Alimentação o denominado programa de Luta Contra a Fome (no quadro dos objetivos proclamados pelas agencias especializadas da Nações Unidas para o ano 2000), sendo igualmente um dos países signatários da Declaração do Milénio. Neste sentido, os programas do governo datado em 2003-2006, assumem os compromissos assumidos como um dos objetivos fundamentais da política governamental, quando definem

como segundo programático (logo após a consolidação do processo de paz e reconciliação nacional) a luta contra a fome e a pobreza e promoção da estabilidade social, através de um conjunto de objetivos de intermédios que no seu conjunto estão de acordo com os seus objetivo proclamados no Programa do Milénio” (Idem, 2005, p. 777).

A Estratégia de Combate à Pobreza, identificou áreas de intervenção prioritária, nomeadamente a reinserção social, a segurança e proteção civil, a segurança alimentar e o desenvolvimento rural, o VIH-Sida, a educação, a saúde, as infraestruturas básicas, o emprego e formação profissional a governação, e a gestão macroeconómica. “Este programa foi implementado com um apoio da Comissão Europeia, embora inclua componentes para a melhoria das condições sociais estipuladas no ECP, o mesmo enfatizou a necessidade de reativação dos setores produtivos da economia. O documento de estratégia nacional relativa ao desenvolvimento de Angola do período (2009-2013) permitiu elaborar um plano de médio prazo no qual ajudou a consolidar as condições económicas necessárias para que o setor privado pudesse desenvolver-se e o bem-estar social das populações fosse melhorado” (Governo, 2009, p. 25).

“A redução da pobreza passa por um crescimento rápido e sustentável, favorável aos pobres. Isto implica boa governação, uma gestão macroeconómica prudente, mercados competitivos e um setor privado dinâmico, instituições eficientes e a utilização sustentável dos recursos naturais. Tornar o crescimento favorável aos pobres exige a participação equitativa de homens e mulheres, na produção e na utilização dos benefícios do crescimento. Requer, igualmente, reformas para reduzir as desigualdades face às capacidades humanas e acesso universal a ativos e recursos produtivos tais como a terra, formação profissional e crédito” (DGSS, 2009, p. 92).

“O combate à pobreza continua assumir os contornos de um domínio especializado e transitório de intervenção, dependente da criação de «dispositivos» cuja perenidade não parece necessária, resultando mais da urgência dos problemas ou, numa versão mais cínica, da disponibilidade conjuntural de meios financeiros do que da afirmação do interesse geral em promover uma sociedade mais igualitária” (Debates, 1998, p. 63).

“Não há estratégia de combate à pobreza sem uma nova abordagem do desenvolvimento, o que requer uma clarificação dos objetivos a medio-longo prazos, reunidos as preocupações das mudanças institucionais estruturais, e distribuição dos rendimentos e um aumento significativo na criação de empregos... isto pressupõe uma redistribuição substancial dos rendimentos a favor dos pequenos agricultores e produtores do setor informal, prosperidade de meios de produção, (como por exemplo a terra), bem como no acesso ao crédito, ao ensino e à formação profissional e treinamento, aos serviços de extensão, ao fortalecimento do mercado, aos apoios às atividades artesanais e suas incorporações no dia-a-dia das comunidades, entre outros” (FAS, 2005, p. 12)

Neste sentido, Nelson Pestana, professor e analista político da Universidade Católica Angolana, revela que “a pobreza relativa tem diminuindo, pelo menos, durante aquele período de ouro de crescimento económico”. Mas em contrapartida “houve pessoas que estando nas camadas pobres caíram em maior pobreza, passando para a chamada pobreza extrema³⁴”.

Por outro lado, deve-se reconhecer os esforços por parte do Estado, mas é preciso mais engajamento, celeridade e seriedade na redução da pobreza, e destacar o apoio que várias organizações internacionais e nacionais têm dado, nomeadamente as igrejas, as ONG’s, a sociedade civil, etc. “Deste modo, o papel das igrejas torna-se interessante pois são os atores da sociedade civil de Angola com estruturas organizacionais mais desenvolvidas e com redes de trabalho internacionais mais fortes. Enquanto grupo, as igrejas têm uma extensa rede de trabalho mesmo nas mais remotas áreas do país, através da qual podem alcançar a maioria da população, tanto em termos de prestação de assistência como em termos da compreensão das necessidades reais das pessoas para depois canalizar esta informação até ao governo” (CMI, 2010, p. 1).

[³⁴] DW – Angola, repartição de rendimento é injusta. Disponível em <http://www.dw.de/angola-reparti%C3%A7%C3%A3o-de-rendimentos-%C3%A9-injusta/a-16877177> [Acedido a 20 de Dezembro de 2014 as 15:35]

“As ONG’s, também jogam um papel importante por definição oriundas da sociedade civil, têm vindo a desempenhar um papel de solidariedade, procurando criar respostas aos problemas sentidos pelas comunidades. Para além do mérito óbvio da sua atuação na tentativa de resolução de muitos problemas nem sempre atendidos pelos organismos oficiais, creio ser fundamental o seu papel na mobilização da consciência e vontades individuais que se traduzem, no seu expoente máximo, no exército do voluntariado por parte dos cidadãos, tornados assim verdadeiros interventores democráticos” (Debates, 1998, p. 158).

A redução da pobreza radica num processo político, para alcançar os Objetivos do Milénio, mas é necessário muito esforço por parte do Estado angolano; para além das parcerias nacionais e internacionais deve ainda existir forte engajamento da sociedade civil através de diálogos com a participação dos detentores de interesses no sentido de estabelecer políticas viáveis bem definidas nas estratégias nacionais de redução sustentável da pobreza. Os níveis de empenho políticos devem ser mais bem estruturadas, e as estratégias devem ser mais alargadas e assegurar que o setor agrícola cresça rapidamente, tal como outros setores, que tornem possível de gerir várias reformas económicas, melhorando significativamente os recursos e o aumento significativo do mercado de trabalho.

“A questão de considerar a agricultura como a melhor forma de reduzir a pobreza nas zonas rurais tem sido estudada por vários autores em várias partes do mundo” (Sitoe, 2010, p. 41). Dentro das comunidades aqui citada vê-se que o setor rural é onde se localiza a maioria da população carenciada, então um rápido crescimento da economia rural terá um maior e mais direto impacto nessa população. “Verifica-se que acima de 80 por cento da despesa dos pobres é em alimentos; uma agricultura em rápido crescimento é baseada num aumento de produtividade reduzindo assim os custos dos bens alimentares. A redução dos custos dos bens alimentares aumenta o rendimento real dos pobres, urbanos e rurais. A redução dos custos dos bens alimentares permite aos trabalhadores melhorar os seus rendimentos sem aumento do nível salarial, permitindo assim à economia ser mais competitiva nos mercados internacionais. Na verdade, um crescimento rápido na agricultura aumenta o rendimento dos agricultores, permitindo-lhes em troca adquirir bens e serviços” (Wolgin, 2001, p. 15). Portanto, o Estado devia ou deve adotar ou desenvolver políticas apropriadas para alcançar uma “Revolução Verde” que iria rapidamente aumentar a produtividade agrícola para os agricultores de pequena escala e diminuir significativamente a insegurança alimentar. Nos anos de 1900 a

1960, países como os Estados Unidos da América, na Europa, Ásia e América Latina, o desenvolvimento industrial teve um papel decisivo no desenvolvimento da agricultura. Em África, países como Ruanda, Etiópia e o Gana vêm mostrando fortes avanços na agricultura.

Os mecanismos ou estratégias de minorar a pobreza não passam somente pelo trabalho do Estado, mas são também responsabilidade de cada um em superar as dificuldades da vida. “Odir Cunha, revela que o que nos tolhe não é a falta de dinheiro, mas a ausência de ideais” (Cunha, 2001, p. 10). É verdade que o pobre tem mais dificuldade de superar problemas de recursos ou privações do que o não pobre, mas é necessário acreditar que é possível fazer muito mais, tal como afirmaram algumas pessoas que foram inquiridas na cidade do Namibe e a população em geral em Angola que vive na pobreza, que apesar de várias insuficiências, perspetivam progressos e melhorias. Por outro lado, os mais “habilidosos”, poderão arranjar mecanismos de gerar empregos apoiando-se em várias atividades. Sabe-se, que, a criação de empregos constitui, de fato o mais poderoso, dos instrumentos neste combate. “Rela *Apud* Stiglitz, afirma que na luta contra a pobreza o mais importante não é conseguir gerar acumulação, mas encontrar uma forma de a partir da sua distribuição garantir a melhoria das condições de vida para a generalidade da população” (Rela José, 2005, p. 852), ou quem sabe adotar uma *vida simples*. Odir Cunha, em 2001, lançou a obra, “*Dinheiro, é Possível Ser Feliz Sem Ele,*” no qual o autor reflete elevar o amor-próprio de pessoas que estejam se sentindo desmotivadas, sobre como inferiorizadas, devido à sua situação financeira. Duane Elgin sublinha que o conceito de simplicidade voluntária não significa viver na pobreza; significa viver em equilíbrio. “O autor considera ainda que a pobreza é involuntária e debilitante, enquanto a simplicidade resoluta alimenta a sensação de capacidade pessoal, envolvimento criativo e oportunidade” (Elgin, 2010, p. 38). “Odir Cunha acredita que mesmo as pessoas de poucos recursos - desde que não sofram de pobreza absoluta - podem usufruir, com sabedoria, da vida simples. Se o acúmulo de bens materiais é o maior pecado quando se fala de *simplicidade voluntária*, não se pode determinar quem pode praticá-la, levando-se em conta apenas o nível social de cada um” (Cunha, 2001, p. 13)

Ainda dentro das estratégias de combate à pobreza, importa destacar o impacto no setor do turismo. Em vários países em desenvolvimento o turismo tornou-se uma importante fonte de empregos principalmente para as mulheres. Em Angola, esta atividade ainda requer mais investimentos. O turismo em Angola é basicamente de negócios e está associado ao petróleo, aos diamantes e ao setor de infraestruturas, o turismo de lazer está crescendo lentamente.

A importância do setor do turismo para a redução da pobreza e para facilitar o desenvolvimento de economias menos desenvolvidas e emergentes foi já reconhecida. A importância crescente do turismo para os países em desenvolvimento está estreitamente vinculada ao papel do emprego na promoção dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, particularmente das metas relacionadas ao emprego e à redução da pobreza (Meta 1), ao género e ao empoderamento das mulheres (Meta 3) e à relação entre o emprego e a sustentabilidade ambiental (Meta 7). As relações entre o turismo e a pobreza são múltiplas e dinâmicas. É importante reconhecer, no entanto, que embora o turismo gere empregos e contribua significativamente para o crescimento económico, ele não constitui uma fórmula automática para a redução da pobreza” (OIT, 2011, p. 10).

3.6. Políticas para a Erradicação da Pobreza: o papel da ajuda da Comunidade Internacional

O combate à pobreza é um dos maiores desafios da política social do governo angolano. Há vários programas em curso, cujo grande objetivo é desenvolver e integrar projetos destinados ao aumento de rendimento dos grupos vulneráveis da população na economia. Neste âmbito, o Executivo angolano considera fundamental dentro daquele que é o maior, “Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza” priorizar os setores como saúde, educação, agricultura, energia e água, bem como habitação e comércio rural. Por outro lado, o PND, “serve de referência no sentido de promover de forma sustentada o estado sanitário e assegurar a longevidade da população angolana. Embora esse programa inclua componentes para a melhoria das condições sociais estipuladas na ECP, o mesmo enfatiza a necessidade de reativação dos setores produtivos da economia” (Governo, 2009, p. 25).

Segundo a FAO, Angola tem dado passos largos no combate à pobreza e a fome. Os dados, publicados em Setembro de 2014 sobre o “Estado de Insegurança Alimentar no Mundo”, demonstram que em 1990-1992 o país contava com 6,8 milhões de pessoas que passavam fome. Segundo o relatório, os 3,9 milhões de angolanos que ainda hoje sofrem com a fome representam 18 por cento do total da população³⁵. Esta Organização, que também é um dos maiores parceiros de Angola no combate à pobreza, afirma que a erradicação da pobreza depende muito de uma política deliberada orientada com maiores investimentos públicos e privados, mais esforços e severidade na implementação dos projetos em curso. Destacam-se também as cooperações com a UE, o BM, o FMI, etc., que são alguns dos principais parceiros estratégico no financiamento de fundo e projetos, no setor agropecuário, desenvolvimento sustentável, direito humanos, etc. Passo a citar alguns projetos de iniciativa pública e privada, nomeadamente o Papagro, o Crédito Agrícola, o Cartão Kikuia, o Kixi Crédito, o Bué, etc. Esses programas têm o objetivo de ajudar os mais necessitados, por forma a oferecer melhores condições de vida e minimizar algumas dificuldades sentidas pelas famílias desfavorecidas. São projetos que visam a aquisição de excedentes da produção da agricultura familiar camponesa nas áreas urbanas e rurais, virada para o abastecimento às populações, ao desenvolvimento da atividade agrícola e industrial, estimulando o desenvolvimento e uma qualidade de vida sustentada economicamente.

[³⁵] INFO – ANGOLA. Biblioteca Virtual de Angola. Disponível em http://info-angola.ao/index.php?option=com_content&view=article&id=4455:2014-09-30-15-32-34&catid=658:noticia-geral&Itemid=1748 [Acedido a 22 de Dezembro 2014 as 15:56]

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo IV – Cidade do Namibe

4.1. Caracterização da Cidade do Namibe

A colocação, em 1485, do padrão das descobertas em Cabo Negro, assinala a posse do território pelos portugueses. Contudo até ao arranque da fase de colonização do Sul de Angola, a ocupação do território caracterizava-se pela presença dispersa de pequenas povoações rurais, construídas com base em materiais locais, onde se desenvolviam atividades de subsistência como a agricultura e a pecuária tradicional. Em 1849 chamava-se Moçâmedes, foi designada por Namibe em 1976, depois da independência nacional. A Cidade do Namibe ocupa uma área de 8.916 km², encontra-se limitada pelo Norte o município do Camucuiu, a Sul pelo município do Tômbua, a Nordeste pelo município da Bibala, a Este pelo município do Virei, e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

Figura 3 - Mapa da Cidade do Namibe



- | | | |
|---------------------|-------------------------------------|----------------------------|
| 1- Centro - Namibe | 4- Área Sul - Bairro 5 de Abril | 7 - Área Norte - Kambongue |
| 2- Torre do Tombo | 5 - Praia Amélia (Nova Urbanização) | 8 - Bairro da Juventude |
| 3- Forte Santa Rita | 6 - Área Leste - Aida | 9 - Saco-Mar |

Fonte: Google Earth, 2014.

4.1.1. Aspeto Biofísico

O **clima** apresenta três configurações: 1) clima seco, desértico, quente na faixa litoral; 2) clima seco, desértico, muito quente na faixa intermédia; 3) clima seco, de estepe, muito quente no interior. A temperatura oscila entre 18 e 20° C. A precipitação no litoral é extremamente reduzida, verificando-se diversos anos onde a precipitação anual é mesmo nula. A precipitação aumenta para o interior (o valor médio da precipitação em Caraculo é de 170 mm) à medida que o efeito da corrente fria se vai atenuando. A insolação anual aumenta do litoral, com um valor médio anual da ordem das 2300 horas, para o interior onde o valor

médio da insolação anual chega a ser superior a 2600 horas. A **vegetação** “é definida pelas condições climáticas, com predomínio das formações de feição estépica, constituídas, na maioria dos casos, por uma cobertura herbácea um tanto rala a que se associam arbustos cuja abundância vai aumentando no sentido do interior (de esparsa a densa). Encontra-se em menor expressão a vegetação ao longo dos cursos de água” (FAS, 2012, p. 8).

4.1.2. Setores Económicos Produtivos

A **agricultura** “assume uma função secundária quando comparada com a pecuária. O Namibe possui solos férteis e o clima favorável para a horticultura e fruticultura. A aridez do clima, aliada aos limitados recursos hídricos disponíveis e à escassez relativa de solos férteis, remetem a viabilidade agrícola regional para áreas restritas, de elevado potencial produtivo” (FAS, 2012, pp. 16-18). A zona piscatória do Namibe tem uma extensa fronteira marítima com cerca de 420 km, sendo a mais importante do país e representando mais de 65 por cento de toda a atividade pesqueira angolana. A **pesca** é considerada a única alternativa segura de sobrevivência de muitas famílias, é a única fonte de rendimento para as populações de armadores e marinheiros que residem na faixa litoral do município. O setor das pescas, que nos anos passados tinha um peso significativo na economia local, tem vindo a enfraquecer cada ano que passa. São vários os fatores que contribuíram para essa situação, nomeadamente a degradação das infraestruturas de apoio à pesca, a falência das empresas privadas, a insuficiência de quadros especializados, etc. A região do Namibe é das zonas do país com maiores potencialidades para a produção de **pecuária**. A importância da pecuária para as populações agro-pastoris e pastoris constitui um fator essencial para a vida das populações rurais, estando uma boa parte das populações das províncias do Sul integradas na área geográfica designada por “COMPLEXO DE ORDENHA³⁶”.

[³⁶] Devido à importância que o leite ordenhado tem, na alimentação das populações rurais agro pastoras e pastoras.

4.1.3. Aspeto Demográfico

Os dados mais recentes da população do município são referentes ao ano de 2014, que estimam a existência de 282.056 habitantes, à razão de 60,5 hab/km², dos quais cerca de 96 por cento concentrados na comuna do Forte de Santa Rita.

A nível estrutural, a cidade do Namibe apresenta várias características, nomeadamente as novas edificações e as velhas que foram construídas no tempo colonial, que dá um realce e fazem contraste, e em que uma pequena porção dessas obras está em fase de degradação. O Namibe tem mostrado sinais de crescimento, como a maior parte das grandes cidades a nível de Angola, e conta com um Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o quinquénio 2013-2017, que foi aprovado pela Comissão Económica do Conselho de Ministros. O documento reflete a superação das dificuldades e as perspetivas de crescimento da província.

“Os dados existentes sobre a população não estão desagregados por faixa etária e género, o que impede qualquer tipo de análise ligada a esses aspetos. No entanto, segundo um inquérito por amostragem realizado a 442 indivíduos do município, no ano de 2007 no âmbito do PDIPN, revelou que a estrutura etária do município do Namibe é muito jovem, uma vez que 62 por cento da população tinha menos de 20 anos, 20 por cento com idade compreendida entre os 20 e 34 anos, 15 por cento entre os 35 e 49 anos e apenas 3 por cento com mais de 50 anos” (FAS, 2012, p. 9).

4.1.4. Estrutura da População

O município do Namibe integra três categorias de segmentos populacionais:

- População urbana
- Comunidades piscatórias
- Grupos tradicionais
 - Hereros
 - Cuissis
 - Umbundos

A **população urbana** apresenta, face ao cômputo geral da província, as seguintes características:

- Estrutura etária jovem e equilibrada quanto ao género;
- Elevada percentagem de população estudantil;
- Maior nível de escolaridade na cidade do Namibe face à cidade do Tômbua e áreas rurais e piscatórias;
- Número médio de filhos por agregado de 4 indivíduos;
- A principal fonte de rendimento nas áreas urbanas advém dos serviços públicos, da prestação de serviços e do comércio. Nas áreas rurais, da agricultura, essencialmente dirigida para autoconsumo, e da venda de animais;
- Baixa taxa de integração no mercado de emprego.

As **comunidades piscatórias** estabeleceram-se nas baías mais propícias ao desenvolvimento da pesca artesanal e semi-industrial. São, na generalidade, comunidades muito pobres, que dependem exclusivamente da pesca e da pequena transformação que lhe está associada (salga e seca), com base em técnicas muito tradicionais, sem controle da qualidade do peixe transformado, e tendo em vista a venda direta a comerciantes das províncias do Lubango e Benguela.

Os **grupos tradicionais (Hereros)**: a pobreza continua a ser uma das grandes barreiras para o melhoramento da qualidade de vida da população na província do Namibe. Um dos aspetos discutíveis de pobreza no Namibe está relacionado com o grupo étnico mais característico da província, os Hereros (Ovakuvale ou Cuvaes). Existe uma estreita relação entre as atuais populações residentes no centro urbano do Namibe, e a população das áreas rurais. Provêm de populações pastoris e praticam a transumância, que é diferente da migração - a transumância é alguma forma de deslocação obedecendo a um triângulo, “pasto, água e gado”. Este triângulo, obriga que haja algumas rotas que são cumpridas, mas que acabam sempre por ser semelhantes. São povos prósperos, nos termos que eles próprios sevalorizam, dedicam-se principalmente à pastorícia e têm centenas e milhares de cabeças de gados³⁷. Porém, surge uma pergunta se de fato serão pobres?

[³⁷] Manuel Esteves – Caraterização da província do Namibe: problemas atuais do Município do Namibe. Namibe – Angola: [sem edição], 2014. Entrevista, (1:14:27)

“Houve uma intervenção por parte do Estado conduzida pelo FAS na construção de escolas, centros médicos, pontos de água, etc., no sentido de integrá-los nessas categorias, mas chegou-se a conclusão que:

1. As escolas estariam a aumentar provavelmente os índices de pobreza, ou a desassociar dos hábitos e costumes que seguiam nas suas tribos;
2. Os postos médicos, por aspetos culturais que têm, estariam a fazer uma intervenção correta, mas do ponto de vista tradicional raramente recorrem aos serviços de saúde normal;
3. Em relação aos pontos de água, provavelmente não estariam bem definidos em conjugação com áreas de pastoreio” (Manuel Esteves, 2014).

Aqui, de facto, “a cultura não pode ser entendida fora de um quadro de interações em que tudo quanto é exterior às pessoas e aos grupos que as pessoas constituem é, praticamente, só natureza acionada e condicionada por fatores em que a tecnologia pouco intervém” (De Carvalho, 1997, p. 1).

“Surge a pergunta novamente, serão pobres? Talvez sejam pobres na indumentária, na educação e na habitação. Dentro do conceito das Nações Unidas, do Banco Mundial ou dos Europeus” (Manuel Esteves, 2014).

“Entretanto, para eles nós é que somos pobres, por termos aspetos culturais diferentes dos deles, aquilo do que estamos rodeados, o fato de estarmos nas cidades, com aglomerados populacionais com problemas de vária índole, o stresse, o tipo de alimentação, etc. Eles pautam por exatamente outro tipo de comportamento social, têm regras próprias, alimentam-se de frutos silvestres e, predominantemente de carne, mahine (*leite azedo*) e que abominam comer qualquer espécie de peixe, as mulheres praticam uma agricultura muito rudimentar, as vestimentas, somente de panos, missangas à volta do corpo, sandália feita de pneu, habitam normalmente em regiões semidesérticas, com naturais carências de água e forragens, praticam, naturalmente, a transumância, têm uma cultura comum que é diferente da nossa. A pergunta surge de uma vertente um bocado diferente. Quem de fato é o pobre nesse aspeto?” (Manuel Esteves, 2014).

“Se nos colocarmos no lado deles, provavelmente seremos os incivilizados, e eles os civilizados, se for do nosso lado cultural acontecerá o inverso. Neste caso, é difícil distinguir o civilizado do não civilizado, isso varia em função do ponto de vista de cada pessoa. Chamar uma pessoa que tenha 3.000 cabeças de gados de pobre, sabendo que cada cabeça tem o valor de 500 dólar, de fato, não estaremos a ser verdadeiros no conceito de pobreza. Se considerarmos que a pobreza é algo que se mede em termos de conta bancária, posse ou bens, quem tem 3.000 cabeças de gados dentro do nosso conceito não pode ser considerado de pobre” (Manuel Esteves, 2014). “Em sociedades pastoris, o gado tem um papel central no raciocínio das pessoas. O tamanho da manada representa uma riqueza simbólica e é um elemento fundamental junto com o número de filhos para o estabelecimento do estatuto do seu dono (a) e, por extensão, dos membros da família. Assim, o gado pode ser considerado um capital simbólico que através de um sistema classificatório socialmente construído, define o estatuto e o poder dos indivíduos. Portanto, o estatuto de um homem é definido pelo trinómio: “gado, mulheres e filhos” como símbolo do poder e da riqueza. Geralmente, as três coisas vão juntas e considera-se que o gado é o elemento fundamental, porque é o número de bois que determina a possibilidade de casamento³⁸”.

Entretanto, quem tem os problemas de habitação, transporte, de acesso à saúde, as carências que muito deles apresentam, dentro do ângulo de visão das pessoas “civilizadas” obriga-nos a chamar-lhes de pobre. Há ainda aqui um paradoxo cultural do pobre e não pobre. Pobreza refere-se à situação de privação de direitos ou serviços de bem-estar do indivíduo. Para os povos Kuvale ser pobre é não possuir centenas e milhares de cabeças de gado.

[³⁸] GFA Consulting Group GmbH (2009) – Projeto de Melhoria de Acesso à Água e às Pastagens para as Comunidades de Pastores nos Corredores de Transumância. Províncias de Hufla, Cunene e Namibe. O gado: capital simbólico. Relações de Género nas Comunidades de Pastores. UE. pdf/p. 10

4.1.5. Áreas de Intervenção Prioritária

Saúde: a malária continua sendo a principal causa de morbidade e mortalidade da população, na cidade do Namibe, atingindo principalmente as crianças menores de cinco anos e mulheres grávidas. Anualmente, as autoridades sanitárias, em parcerias com as ONG's, têm tomado medidas para o combate à malária, que passam pela distribuição de mosquiteiros tratados com inseticida, desenvolvendo campanhas de sensibilização da população.

A direção provincial de saúde também diagnosticou outras doenças relacionadas com a água, a precaridade do saneamento e número insuficiente de unidades sanitárias. As doenças mais frequentes são doenças respiratórias agudas, doenças diarreicas agudas, vulgarmente chamada de cólera. “Pode-se destacar o aumento de casos de tuberculose e a incidência de casos novos de VIH-Sida decorrente da ampliação da rede de Aconselhamento e Testagem Voluntária em toda província” (PDES, 2013, p. 124). Em termos de infraestruturas, a rede de prestação de cuidados de saúde é constituído por 79 unidades sanitárias públicas funcionais, dois hospitais provinciais de referência, cinco hospitais municipais, co adjuvados por 36 unidades sanitárias privadas, 65 farmácias privadas das quais 80 por cento estão implantadas no município do Namibe. Relativamente aos recursos humanos, possuem cerca de 1845 técnicos superiores e médios e um número inferior de enfermeiros e técnicos auxiliares.

Figura 4 – Hospital Ngola Kimbanda em fase de reabilitação



Fonte: Fuca Lass, 2015.

Saneamento básico: os pobres têm significativamente menos oportunidade de terem acesso ao saneamento apropriado do que os não pobres. Partindo do ponto de vista, que à semelhança das outras cidades em Angola, o saneamento básico da cidade do Namibe se encontra em estado deplorável, são muitos os fatores que concorrem para o mau funcionamento do sistema de saneamento inadequado na cidade do Namibe.

Entre os fatores contam-se, nomeadamente, a rede de saneamento construída na época colonial nos anos 50 e 60, condutas em condições de rotura, as sarjetas praticamente inexistentes, esgotos entupidos, a falta de manutenção e reparação dos equipamentos em tempo integral, falha do fornecimento de energia elétrica, o aumento ou a pressão demográfica que ocorreu no centro urbano e arredores, a falta de técnicos e especialistas capazes de suprirem estes problemas, etc.

A rede de drenagem e de águas residuais serve apenas as áreas urbanizadas, mas algumas já não funcionam, nas localidades suburbanas não existem, as condições sanitárias são débeis, o que obriga os cidadãos e as crianças a defecarem ao ar livre; apresentam uma imagem de degradação dos bairros, onde o esgoto a céu aberto e a exposição de detritos são centros de diversão de crianças. A recolha, transporte e deposição de resíduos é da responsabilidade também dos serviços comunitários. “A produção de resíduos sólidos é de origem doméstica, industrial/comercial e hospitalar, sem processo seletivo de recolha, deposição ou tratamento. Os resíduos de origem industrial e hospitalar são tratados pelas próprias instituições” (GPN, 2006, p. 41). São escassos os materiais e equipamentos de trabalho, aliados às enormes carências estruturais, pelo que estão suscetíveis a muitas doenças. O senhor Belinganga, chefe dos serviços comunitários, afirma que nenhum dos funcionários possui documento ou seguro de saúde, nem fazem consultas de rotina para saberem do seu estado imunológico. Alguns meios de transporte usados não possuem condições, ou seja não têm cobertura, o lixo que é recolhido volta novamente ao chão. O número de funcionários é insuficiente, o que quer dizer que é difícil manter a cidade limpa todos os dias. Pelo menos 90 por cento dos funcionários são do quadro eventual, auferem um salário ou subsídio no valor de 15.000 kza, um pouco menos ou mais para alguns, considerado insuficiente para suprir as necessidades básicas mensais. A cidade possui apenas quatro aterros sanitários que às vezes não conseguem suportar a procura, e outros estão em fase de reabilitação; há necessidade de o governo fazer mais investimentos no sentido de melhorar o

ambiente de trabalho dos serviços comunitários da população em geral. A falta de sensibilidade ambiental por parte da população acaba prejudicando o trabalho dos serviços comunitários. É necessário que se exija mais da Administração Municipal - designadamente que coloque contentores ou depósitos de lixo nos pontos estratégicos, nas áreas urbanas e suburbanas, mercados informais, que são os grandes produtores de RSU, supermercados, e que estabeleça uma ligação com as comunidades, em geral, no sentido de fazer chegar informação seja em português ou em língua tradicional, exercerem uma fiscalização mais forte e se estabeleçam medidas preventivas e se possível de punição das pessoas não cumpridoras. A falta de instrução, juntamente com os níveis de pobreza, também estão na ordem das causas desses problemas, pois a maior parte dos funcionários dos serviços comunitários têm baixos níveis de literacia e desconhecem seus os direitos e deveres de acordo a Lei Geral do Trabalho. Portanto, este setor deve arranjar estratégias formativas para capacitar os técnicos e fazer face à situação atual.

Figura 5 – Estado do Saneamento na Cidade do Namibe



Fonte: Autoria própria, 2014.

Acesso à água potável: “o sistema de abastecimento de água potável ao nível da sede é assegurado por três captações subterrâneas (Benfica, Boa Vista e Kussi) todas provenientes do aquífero aluvionar do rio Bero, sendo a água bombeada por eletrobombas para os reservatórios” (FAS, 2012, p. 13).

“É realizado o sistema de abastecimento de água nas áreas urbanas e nos principais aglomerados através do sistema do tipo convencional composto normalmente por furo de captação por bombagem, conduta de adução, reservatório de regularização e de rede de distribuição” (PDES, 2013, p. 55). Dadas as características do solo da província do Namibe o tratamento da água na cidade é feito somente por desinfecção. Cerca de 90 por cento da água consumida pela população é proveniente dos furos, fazendo-se simplesmente a desinfecção da água através do ao processo de filtração porque não está exposta a nenhuma contaminação, o que traz uma certa garantia de consumo, pois caso assim não fosse seria necessário passar pelas etapas de tratamento de águas residuais.

Há ainda grande carência a nível de consumo de água na cidade do Namibe, muitas casas não têm água canalizada, a conservação da água é feita em reservatórios devido à não frequência desse recurso, em alguns casos, corre duas, três horas dia, poucos são os locais em que a água corre durante 24 horas. Os problemas identificados neste setor, são precisamente causados pelos dos sistemas de abastecimento e saneamento urbanos serem antigos (estruturas do tempo colonial), a falta de gestão e carência de técnicos, o acelerado crescimento urbano. O acesso às fontes apropriadas de água para beber varia significativamente de acordo com o estado de pobreza. Os dados do IBEP indicam que na província do Namibe apenas 32,1 por cento da população tem acesso à água. Por consequência, a maioria da população, principalmente nas áreas suburbanas, consomem água proveniente de cisternas, onde a maior parte destes recursos não oferece os critérios mínimos de consumo, outros vão buscar água à casa do vizinho, a uma fonte ou a uma conduta rebentada e transportam-na em recipientes sujos, suscetíveis de contágio de muitas doenças.

Madeira Hildeberto mostra-se preocupado com a falta de água e o estado de saúde da população; o entrevistado afirma que ainda não foram determinados os resultados para a saúde das crianças e adultos, provocados pelo transporte regular de baldes de águas carregados à cabeça, não se sabe qual é o peso que suportam esse tempo todo carregando baldes, bidons de água, o que põe em risco a estrutura óssea dessas pessoas; é natural que esse

esforço possa causar problemas graves de saúde, poderá provocar despesas médicas de tratamentos a médio e longo prazo que não-de surgir futuramente.

Segundo o Diretor das Águas, Eng.º Arlindo, há um projeto de construção de uma ETAR no sentido de expandir a rede de abastecimento para atender todos os consumidores cadastrados, principalmente nas áreas suburbanas - pelo menos a 90 por cento – e posteriormente rever a tabela de preço da água corrente, uma vez que a que existe é de há 30 anos. Todas as ações viradas para a melhoria do abastecimento de água potável são subsidiadas pelo Estado.

Figura 6 – Problema do acesso à água potável no bairro Platô



Fonte: Martinho, 2015.

Energia elétrica: o fornecimento de energia elétrica é garantido pela barragem hidroelétrica da Matala e da central termoelétrica do Xitoto e assegurado por dois tipos de redes independentes:

- Rede Nacional de Distribuição, controlada em termos de exploração, comercialização e manutenção pela ENE;
- Rede Local, composta por sistemas locais não convencionais, não abrangidos pela rede nacional.

O fornecimento de energia elétrica melhorou significativamente, mas ainda se notam constrangimentos no acesso a tempo inteiro, escavações e fios descarnados na via pública devido à debilidade que as antigas instalações apresentam, o que coloca em perigo a vida da população.

Figura 7 – Fios elétricos descarnados na via pública



Fonte: Autoria própria, 2014.

Educação: o município do Namibe é a região onde encontramos melhores níveis de alfabetização, se comparado com o resto dos municípios da província. Mas as áreas periféricas ainda têm carências de salas de aulas, e há várias crianças ainda fora do ensino escolar. Outras causas que têm sido um obstáculo para que todas as crianças da província do Namibe estejam na escola são: “a pouca oferta, por um lado e, por outro, a elevada procura de escolarização. Entre os fatores relacionados com a oferta destacam-se os seguintes: o número insuficiente de escolas, escolas em mau estado de conservação, com capacidade de acolhimento reduzida, insuficiente número do ensino especial, inexistência de condições de alojamento de professores, inadequação do calendário escolar para determinadas comunidades e existência de populações distribuídas em pequenas aldeias isoladas” (PDES, 2013, p. 110).

Investir na educação é um passo significativo em direção à melhoria das condições de vida da população, particularmente, para os pobres já que o maior obstáculo que estes enfrentam para escapar à pobreza está relacionado com os seus baixos níveis de capital humano. “A educação eleva a produtividade do trabalho, o maior recurso dos pobres, e está ligada aos maiores ganhos no cômputo da saúde” (IBEP, 2013, p. 51). Por esse motivo, a Comissão Económica do Conselho de Ministros e os governos provinciais avaliaram as propostas de programas de ação do sistema nacional de formação profissional referente ao período de 2014-2016 que visa dar resposta à necessidade de alargamento e rigor, principalmente nas áreas suburbanas e rurais.

“A maioria das escolas carece de corpo docente e pessoal administrativo, equipamentos adequados ao desenvolvimento da atividade pedagógica e de recursos financeiros para a sua manutenção. Ainda se recorre ao recrutamento de docentes sem agregação pedagógica. Um dos fatores que agrava a insuficiência dos professores nas áreas rurais é a inexistência de estímulos (subsídios de isolamento) ” (PDES, 2013, pp. 111-112). Quanto ao ensino superior, dispõe de quatro instituições, nomeadamente a Escola Superior Politécnica do Namibe, Instituto Gregório Semedo, a Escola Superior Pedagógica, e a Academia de Pescas em fase de acabamento.

Habitação: “o aglomerado populacional a que corresponde atualmente a cidade do Namibe deve ser analisado em função de quatro áreas: zona do Sacomar, foz do rio Bero, cidade do Namibe (centro urbano) e núcleo piscatório da Praia Amélia. Os limites aproximados desta área são: a Norte e NO, os limites do leito do rio Bero; a Sul, a Ponta do Noronha; e na restante amplitude, os limites atuais do crescimento urbano. A sua organização espacial do núcleo citadino do Namibe pode sintetizar-se de acordo com quatro formas de ocupação” (GPN, 2006, pp. 29-32):

- **Núcleo consolidado:** corresponde, essencialmente, à malha ortogonal do centro da cidade, onde coexistem duas realidades distintas: o tecido urbano primitivo, construído até aos anos quarenta do século XX, onde predominam as edificações de um piso, dispostas em banda, os quarteirões fechados e uma ocupação mista ao nível dos usos do solo. Esta “zona” concentra os principais equipamentos sociais e administrativos da cidade.
- **“Zona” marginal da baía:** Esta “zona” corresponde a toda a faixa marginal da baía situada junto à cidade, constituindo, por esse fato, uma das zonas com mais potencial ao desenvolvimento. Nesta faixa localizam-se, atualmente, um variado número de atividades, na sua maioria ligadas às infraestruturas portuárias e ferroviárias, à indústria pesqueira e à armazenagem, verificando-se uma reduzida atividade turístico-recreativa.
- **“Zonas” periféricas de construção precária:** Correspondem às grandes áreas de construção precária que ocuparam os territórios a Sul e Norte da cidade consolidada. Nestas áreas predomina a construção à base de adobe e cobertura em chapa de zinco, não existindo cobertura por parte das redes de infraestruturas de saneamento básico e de rede local de abastecimento de água, bem como arruamentos asfaltados. As novas “zonas” de expansão para a cidade estão equacionadas na continuidade das áreas referidas, através de novos loteamentos localizados e autoconstrução dirigida.
- **Área de expansão a Este:** Corresponde à área envolvente menos ocupada da cidade, limitada a NE por grandes estruturas, como o complexo desportivo Joaquim Moraes, o quartel militar e o antigo aeroporto e a SO pelo bairro do Platou. As áreas aqui disponíveis são alvo, atualmente, de projetos para a expansão do tecido urbano consolidado da cidade, que pretendem dar continuidade à área de moradias do bairro

Saidy Mingas. Nestas áreas é permitida apenas a construção de habitações de carácter definitivo e destina-se, à partida, aos segmentos sociais mais abastados.

Mercado de trabalho: O acesso ao mercado de trabalho é outro problema social na província do Namibe. Desde que o Estado assumiu o compromisso de reconstrução do país e consolidação e desenvolvimento dos setores económico, social, político e cultural muitas portas se abriram a nível nacional e internacional. Sem dúvida, Angola é um dos países mais apetecíveis para quem quer investir em África e um com promissor mercado de trabalho, por se tratar de um mercado fértil, carência de informação disponibilizada e serviços associados. Existem ainda desafios a vencer para superar o enorme potencial humano e económico localmente (Namibe). É necessário reforçar e apostar na estabilidade política, na redução da corrupção, da burocracia, no aumento da mão-de-obra qualificada, na integração social e regional, no acesso ao financiamento, etc.

Na província do Namibe, o setor da indústria do petróleo e dos serviços associados são os mais aliciantes no mercado de emprego, pelas condições que oferecem, mas é necessário haver mais aberturas e investimentos para que outros setores, nomeadamente a saúde e educação cresçam. A população ativa, face ao mercado de trabalho, apresenta uma estrutura etária jovem quase equilibrada quanto ao género. Verifica-se uma elevada percentagem de população estudantil, apresenta uma dimensão média do agregado familiar de seis indivíduos, nas áreas urbanas e de oito indivíduos nas áreas rurais, o número médio de filhos por agregado é de quatro indivíduos.

“A principal fonte de emprego ainda continua fortemente associada ao setor tradicional, nas áreas rurais, e informal nos principais aglomerados urbanos. Apesar de não ser possível avaliar a sua importância, pode-se deduzir que, face ao pouco desenvolvimento do tecido empresarial, que nas áreas rurais a maior parte da ocupação depende do setor tradicional, composto por camponeses que exercem a sua atividade por conta própria e alguns se associam em cooperativas e associações de camponeses” (FAS, 2012, p. 14).

“A maior concentração de funcionários públicos ocorre na cidade do Namibe. Apesar do elevado número de funcionários, a Administração Pública não é operativa, nem eficaz, quer pela falta de meios (financeiros e físicos), quer pela falta de capacitação técnica e profissional” (PDIPN, 2007, p. 61). À partida, a maioria dos dados disponíveis relativamente

ao mercado de emprego estão desatualizados, mesmo os do APTSS e do INEFOP, que são os órgãos que têm competência de gestão e avaliação do Sistema Nacional do Emprego e da Formação Profissional, e os poucos que estão disponíveis não se encontram desagregados por município. Mas, ao certo, a incidência da forte atividade informal é preocupante a nível local. “O setor informal é uma realidade incontornável e visível nos dias de hoje, tanto nos meios urbanos como nos rurais, uma vez que, para a maioria da população, a venda de bens e serviços pela via do mercado informal é o único veículo de subsistência dos agregados familiares no país” (E&F, 14/02/2014). Podemos considerar como os maiores agentes do mercado informal os seguintes: a mulher zungueira (vendedor (a) ambulante), táxis motorizados vulgo termo “kupapatas” carregadores de mercadorias (bagageiro ou reboteiros), o trabalho infantil, lojas domésticas “janela aberta”, os kinguílias, os candongueiros, os lavadores de carros na rua, etc.

Figura 8 – Mercado informal no bairro 5 de Abril



Alimentação: Angola encontra-se entre os três países com pior alimentação no mundo. As vulnerabilidades naturais (seca e inundações) que a província do Namibe vive, influenciou bastante o sistema alimentar. “As carências alimentares e nutricionais constituem uma das principais causas da pobreza, sendo dos mais graves problemas sociais com que se têm confrontado com a situação atual” (ADRA, 2012, p. 23) onde as pessoas mais carenciadas não têm as refeições completas por estarem privadas dos recursos financeiros. Para alguns o jantar é a refeição principal do dia. Verifica-se o que consumo alimentar também é condicionado pelas características do chefe do agregado familiar, no caso as pessoas que possuem menos condições são obrigadas a comprar alimentos no mesmo dia, uma vez que não possuem frigoríficos para conservação dos alimentos, as refeições são confeccionadas com carvão ou lenha. Por outro lado, a cesta básica média consumida varia de acordo com diferentes características da população. “A ausência de dados estatísticos sobre o acesso aos alimentos em Angola, não permite uma análise mais detalhada. Contudo, tendo em conta que o acesso aos alimentos tem relação direta com o nível de renda, então o mesmo acesso também tem relação com a pobreza, sendo verdade que quanto mais severa for a pobreza, maiores serão as dificuldades de acesso aos alimentos” (ADRA, 2012, p. 31).

Figura 9 – A falta de higiene na preparação da alimentação



Fonte: Autoria própria, 2014.

4.1.6. Interpretação das Entrevistas

As entrevistas foram conduzidas seguindo um guião de perguntas fechadas, mistas e abertas no sentido de recolher informações e documentos com uma perceção mais abrangente, que nos permite identificar os principais problemas e desafios de Estratégias de Combate à pobreza na cidade do Namibe. Foram feitas, de carácter formal e informal, às entidades públicas, privadas, ONG's, Associações, população em geral, etc. Tiveram como objetivo analisar as causas e evolução da situação da pobreza e da fome, na área de estudo, compreender e auscultar as entidades acima citadas relativamente às medidas e estratégias usadas com o fim de minorar a pobreza no centro e no interior do Namibe.

Dada a escassez de tempo de pesquisa no terreno, dificuldades de acesso a informação e agenda de trabalho por parte das entidades públicas e privadas não foi possível entrevistar todos os contatos previstos na lista de entrevistados selecionados. Contudo, foi possível recolher informação pertinente relativamente ao problema em causa. Por outro lado, temos que admitir que falar de pobreza em Angola ainda é um assunto tão delicado, e quase que perigoso, pelas implicações políticas e sociais que permanece como um dos tabus da nossa civilização – uma espécie de tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável para se abordar publicamente.

Deste modo, levantada a problemática da pobreza na Cidade do Namibe, se estendem as ações do governo central previstos para o período de 2013-2017 no PND, que abrange o território nacional, onde as 18 províncias têm os seus projetos de ações de luta contra a pobreza e a fome a partir da agricultura e da área do comércio ações que podem ser usadas com vista a melhorar as condições e o nível de vida da população. Tal como, a partir do governo local, estão a ser traçados vários projetos de âmbito socioeconómico com instituições públicas e privadas, algumas das quais foram selecionadas para este trabalho.

Passo assim a citar algumas instituições onde foi possível fazer entrevistas: a Liga 4 de Abril, a Caritas, a Ação para o Desenvolvimento Cristão (ADC), da Direção Provincial de Assistência e Reinserção Social (DPARS), o Fórum Regional para o Desenvolvimento Universitário (FORDU), o Fundo de Apoio Social (FAS), a Administração Municipal do Namibe, as Direções da Pesca, Saúde, Agricultura, Energia e Água e a Direção Provincial do

Trabalho, Assistência e Segurança Social (APTASS), Grupo Produang, (representado pelo senhor Hidelberto Madeira), Unidade Técnica de Coordenação da Ajuda Humanitária (UTCAH), ONG's internacionais e locais, etc. Só foi possível ouvir três vozes femininas, nomeadamente as senhoras diretoras da Saúde e da DPARS, e a senhora Ana Maria da Administração Municipal da área social. Seria importante também ouvir a senhora diretora da Família e Promoção da Mulher, a direção do Comércio e a Associação para a Proteção e Apoio à Mulher (APAM), que têm levado a cabo vários projetos na vertente social. De igual modo, seria também interessante uma explicação a partir do GEPPE e INE em questões documentais e informações relativamente aos programas de investimento público bem como os indicadores macroeconómicos sobre políticas direcionadas que visam melhorar a qualidade de vida da população. Mas não foi possível estabelecer nenhum contato atempado com essas instituições. Existem 26 ONG's e Associações legais, na província do Namibe (ver em anexos), onde a maioria está envolvida em programas de educação cívica e esclarecimento das populações, serviços sociais, direitos humanos, educação e cuidados com o ambiente, e com outros projetos excelentes; porém, a maioria das organizações não tem apoio nem financiamentos para a implementação de projetos comunitários.

O conteúdo apresentado foi retirado através do contato estabelecido oralmente, escrito e documental nessas instituições de forma sintética e com autorização prévia e teve como objetivo saber o que cada organismo tem feito o seu papel relativamente ao combate à pobreza, à exclusão social e ao desenvolvimento sustentável das populações mais vulneráveis na província do Namibe.

A Caritas, em nome da Igreja Católica, lançou no ano de 2013 uma campanha de solidariedade com o intuito de ajudar as famílias que vivem necessidades extremas como falta de alimentação, roupas e água potável para o consumo. O governo provincial tem ensaiado várias estratégias com impactos positivos, nomeadamente o crédito ao incentivo ao comércio, produção agrícola e pesca artesanal, formação em empreendedorismo e aplicação de planos de contingência que contemplam uma distribuição de alimentos e água potável.

Quanto à ADC, a sua atuação está concentrada em desenvolver um projeto visando a abertura de exploração agrícola de apoio a crianças mais carenciadas, mais propriamente as de rua, e levar a cabo programas de luta contra o HIV-Sida. Já a DPARS, tem desenvolvido programas de geração de trabalho e renda que visam potenciar as camadas mais vulneráveis, nomeadamente a criação de cooperativas e microempresas. Os idosos e os deficientes recebem um cabaz de produtos básicos mensalmente. A Liga 4 de Abril tem mais abrangência nas suas intervenções, nomeadamente na estratégia de produção frutícola a nível da região norte do país como projeto agrícola, permitindo que os camponeses produzam a sua própria alimentação e, posteriormente, exportem no mercado nacional, no sentido de gerar rendimentos nas comunidades rurais. Este projeto oferece uma formação em técnicas de produção agrícola em fruticultura, que compreende medidas sanidade vegetal. A formação é direcionada preferencialmente às mulheres camponesas. Sabe-se que nas comunidades rurais as mulheres representam a sustentabilidade na família; as mulheres sempre ocuparam o papel mais ativo no seio familiar em relação aos homens; os agregados chefiados por homens têm maior probabilidade de serem pobres do que aqueles chefiados por mulheres, embora as diferenças não sejam, provavelmente, significativas do ponto de vista estatístico. Também são oferecidos cursos de alfabetização, sabendo-se que a maior parte dessas pessoas não frequentaram a escola. Por outro lado, no final da formação é-lhes entregue um diploma de mérito, que serve de instrumento legal para acederem a instituições bancárias, no sentido de obterem um crédito ou microcrédito. Esses projetos são fundamentais, porque é necessário capacitar o homem e/ou mulher com recursos técnicos e financeiros para o trabalho e estabelecer pontos de compra e venda para valorizar a sua produção.

O FAS tem o objetivo de chegar aos grupos vulneráveis e pobres através de uma intervenção dirigida, criando oportunidades de emprego, principalmente trabalho de baixo rendimento e não especializado. Segundo previsões da direção provincial da Agricultura do Namibe, 9.720 famílias são consideradas vulneráveis desde 2013 e a escassez alimentar afeta grande parte dessas famílias. São várias as causas desses problemas, que estão ligados a questões culturais, bem como tradicionais, e também às estiagens que tiveram grande impacto no interior da província, o desemprego, as doenças que reduzem a capacidade de trabalho, o analfabetismo a falta de oportunidade microempresarial, a falta de criatividade dos cidadãos, etc.

Há projetos em curso como o dos povos Kuvale, no sentido de desenvolver a agricultura a par da atividade pastoril. Sabe-se que esta Comunidade está habituada à transumância, vivem mais de caça e de pastorícia e não têm tempo para o cultivo por falta de chuva. Está a surtir resultados satisfatórios com maior incidência nas localidades do interior da província, nomeadamente Kavelocamué, Kaínde, Mamué, havendo já produção do milho, massango, batata-doce, com o apoio do Banco de Desenvolvimento Africano (BDA) no sentido de intensificar mais a produção agrícola.

A Liga 4 de Abril reconhece que tem havido falhas por parte das entidades públicas e privadas no combate à pobreza. As causas dessas falhas está na falta de recolha de informação e introspeção de necessidades dessas comunidades; o que acontece é que a maior parte dos equipamentos oferecidos, nomeadamente charruas, alfaías agrícolas, etc., estão subaproveitados por falta de manutenção e auscultação atempada das necessidades reais da população. Uma outra estratégia dessa instituição será instalar em cada comunidade rural “A Loja do Camponês”, onde se possa encontrar os materiais agrícolas usuais, como a catana, o filtro de charrua, a enxada, sementes, fertilizantes, o combustível para alimentar as máquinas ou tratores, ainda que o produto seja adquirido por intermédio de permuta. Sabe-se que as localidades rurais têm pouca circulação de moeda. A falta de financiamentos por vezes inviabiliza o trabalho de algumas instituições no alargamento do combate à pobreza.

4.1.7. Interpretação do Questionário

A incidência da pobreza na cidade do Namibe afeta uma parte considerável da população, por isso, foi necessário fazer um inquérito e auscultar a população, para saber concretamente as condições, modos de vidas e a vulnerabilidade dos agregados familiares perante os indicadores básicos de subsistência. Os inquéritos relativamente a este trabalho foram realizados entre 11 de Março e 20 de Abril de 2014, num total de 63 inquéritos. O centro do Namibe centro foi local que registou maior número com 17 inquiridos, e constatou-se maior adesão por parte da população com maior nível de instrução. O bairro 5 Abril, apesar de ser o maior aglomerado populacional, teve registo de cerca de 13 inquiridos. Os outros bairros apresentaram números inferiores de inquiridos.

Tabela 6 – Distribuição dos inquiridos na Cidade do Namibe

	Homens	Mulheres	H & M
Bairro 5 de Abril	6	7	13
Bairro Platô	1	2	3
Bairro Eucaliptos	5	1	6
Forte Santa Rita	4	2	6
Kambongue	2	4	6
Namibe - Centro	12	5	17
Saco Mar	2	1	3
Torre do Tombo	5	4	9
Total	37	26	63

Fonte: Autoria própria, 2014.

Como se constata na tabela 6, tem 51 por cento são homens (37) e 49 por cento mulheres (26). Do total, 43 por cento entre os 20 e 30 anos, 31 por cento, entre os 30 e 40 anos, 16 por cento, dos 40 aos 50 anos, 10 por cento, entre os 50 e 60 anos de idade. Dos inquéritos feitos o mais novo tinha 19 anos e o mais velho 70 anos.

Foi elaborado um questionário composto por 27 perguntas, cujas respostas foram do tipo “sim ou não”, no sentido de minimizar o tempo por inquérito, até porque o nível de instrução e o idioma falado em certos locais pela população inquirida condicionou o trabalho. Houve casos em que as pessoas mostravam desinteresse ou impaciência em acabar um inquérito, e por isso não foi possível acabar alguns inquéritos. O grande objetivo deste inquérito não foi apresentar um valor percentual elevado, mas antes obter amostra com base nos problemas dos indicadores básicos, nomeadamente educação, saúde, acesso a água potável, saneamento, etc., dada a multidimensão da pobreza na cidade do Namibe.

No primeiro contato com o inquirido, era necessário saber à partida, se estava familiarizado com o conceito de pobreza, sendo-lhe colocada a seguinte questão:

Sabe o que é a pobreza?

Caso não soubesse, dizia apenas Não e passava para a pergunta seguinte. Caso soubesse (Sim) pedia-se-lhe que desenvolvesse. Eis as respostas dos inquiridos: *“é uma pessoa de baixa renda. Falta de casa, terrenos e condições. É a dificuldade do ser humano dia-dia. É viver abaixo de 100 kza. É não ter as condições básicas em casa. É um período em que as pessoas passam necessidades. Tem a ver com pessoas que não trabalham, e vive à custa de alguém. É isso mesmo que estamos a passar, você não vê, não temos comida, para comer não temos nada. É o sistema agravante de um povo que precisa de superar as necessidades básicas para sobreviver”*.

É uma pergunta desconfortável, mas necessária. Todas as respostas dadas giraram à volta do conceito de pobreza. Confesso que fiquei surpreendido, porque, mesmo aquelas pessoas com menor instrução se mostraram muito convictas e certos do que falavam. Houve também um certo desabafo melancólico marcado nos seus rostos. Mas, ao mesmo tempo, vontade de vencer todas as possíveis dificuldades. Outros porém, não conseguiram responder, ao certo não sabem o que é ser pobre, mas vivem essa realidade fisicamente; isso mostra que para além da privação de bem-estar, estão também privadas de capacitações básicas, entre elas, a falta de instrução. Ocorreu uma situação em que um dos inquiridos disse: “pobre sou eu, não vês como estou, e como sou, onde vivo, precisas de um conceito de pobreza? Tudo isso aqui é pobreza, não precisa de uma definição de pobreza é só olhar à tua volta e consegues dar um conceito de pobreza.

A maior parte respondeu que que situação da pobreza tem melhorado, mas em alguns bairros têm piorado ou as melhorias são reduzidas: *“o governo tem que olhar mais por nós porque a situação para alguns continua na mesma”*. Nos casos em que a situação da pobreza tem piorado, segundo o inquérito, cerca de 57 por cento responderam que a situação agrava-se por falta de emprego; por outro lado, cerca de 33 por cento diz atribui a culpa às desigualdades na distribuição das receitas, e por último, cerca de 10 por cento aponta o equivalente ao baixo nível de qualificação académica e profissional.

A distribuição de energia elétrica ainda não está generalizada, pois só cerca de 79 por cento, terem energia elétrica, e cerca de 21 por cento não abastecida o que, explica que ainda grande parte das regiões e residências suburbanas e ruas da cidade do Namibe se encontrem às escuras. Por isso, as pessoas são obrigadas a usar energia do gerador, candeeiros à petróleo e velas para iluminação.

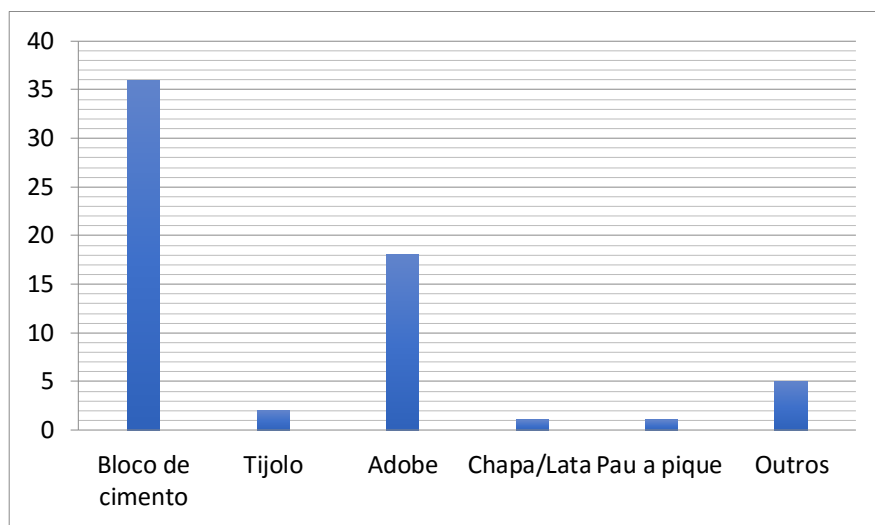
Relativamente à água canalizada, observa-se que cerca de 41 por cento tem água. Tanto na área urbana como suburbana há uma deficiência no abastecimento integral devido ao estado em que se encontram as infraestruturas concebidas durante o tempo colonial, mas também porque houve um aumento exponencial do consumo. A falta de acesso à água potável obriga as pessoas a recorrer ao vizinho do lado ou a torneiras públicas em quintais vedados. Os 59 por cento que não têm água canalizada, encontram-se mais nas áreas suburbanas, onde as pessoas utilizam água do chafariz, pese embora nessas áreas já muitas casas possuem água canalizada. Estima-se que grande parte da água consumida na cidade provém de furos, o que as isenta às vezes de certas contaminações. Contudo, há casos em que as pessoas têm que deter certo cuidado e desinfetar a água com lixívia. Mas, em parte, há ainda muitos casos em que as pessoas adoecem por falta dos cuidados com a água potável. Observa-se que as pessoas conservam e transportam água em recipientes sujos, suscetíveis de contágios de várias naturezas.

Em relação ao setor da saúde, cerca de 76 por cento tem um posto de saúde ou hospital dentro da sua comunidade, mas nem todos acedem aos serviços hospitalares. As pessoas não têm o hábito regular de consultar os serviços de saúde, só o fazem quando haja doença com gravidade. Cerca de 24 por cento não tem hospital ou centro de saúde próximo da casa. As causas de doenças são na maior parte consequências de uma deficiente rede de saneamento básico e más práticas de higiene. Cerca de 75 por cento não tem saneamento adequado, isso porque grande parte da cidade a infraestrutura de saneamento básico funcionamento mal. As descargas dos esgotos da cidade são feitas em função dos maus cheiros nas ruas. Cerca de 25 por cento responderam ter saneamento adequado, mas isso ocorre nas novas construções ou em casas que sofreram reestruturação e dispõem de melhores condições sanitárias, mas em pequena escala. Os serviços de recolha de lixo têm mais impacto nas áreas urbanas (cerca de 46 por cento usufruem desses serviços) e cerca de 54 por cento não tem sistema de recolha de

lixo adequado. A falta de funcionários e equipamentos serviços comunitários impede a cobertura de todas as regiões urbanas e suburbanas.

O cimento ainda é um material de construção não muito acessível (cerca de 36 por cento construiu a sua casa de bloco, 18 por cento têm a casa construída de adobe, obviamente porque é o material mais barato e acessível). Em Outros (cerca de 5 por cento) aparecem pessoas cuja construção das suas casas é feita de cimento e adobe. Apenas uma pessoa diz viver em casa de tijolo, o material mais caro e menos acessível, 1 por cento. As pessoas que vivem em casa de chapa/lata, com cerca de 2 por cento das casas de pau a pique, estão em pequena escala. Observa-se ainda pessoas em situações muito precárias de habitação, em que os materiais usados mais comuns a ser o adobe, chapa/lata, saco. A maior parte das casas pequenas de um quarto, onde encontramos pessoas mais vulneráveis em regiões suburbanas, não possui eletricidade, água potável, nem retretes, ou seja, apresentam as piores condições de habitabilidade.

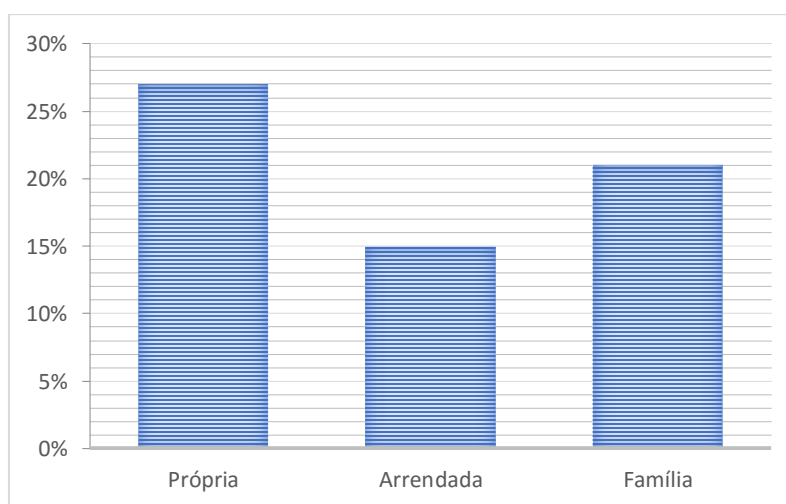
Gráfico 4 – Materiais usados na Construção de Habitação



Fonte: Autoria própria, 2014

O acesso a casa própria ainda é um problema sério. Segundo o inquérito, cerca de 27 por cento vive em casa própria, pese embora alguns considerarem casa própria como sendo um anexo, ou mesmo um quarto mesmo dentro da casa dos pais. Cerca de 21 por cento vive em casa de família, (pais, irmão, amigos ou pessoas chegadas). Observa-se ainda pessoas adultas, com as suas famílias, vivendo em casa dos pais ou sogros, por falta de dinheiro para comprar ou arrendar casa própria. Cerca de 15 por cento vive em casa arrendada.

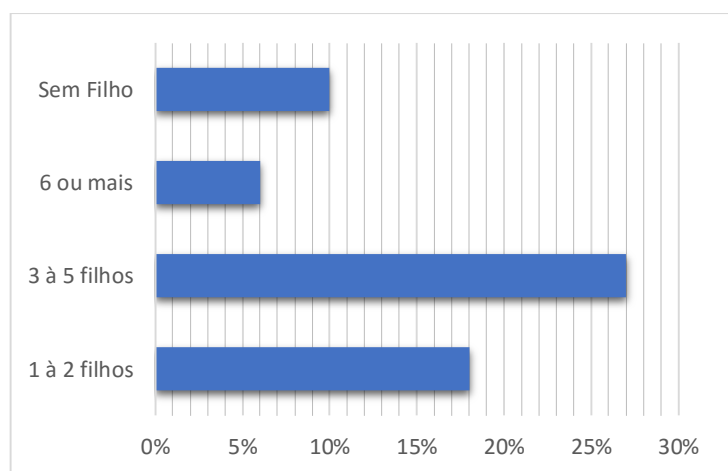
Gráfico 5 – Formas de Habitação



Fonte: Autoria própria, 2014.

Quanto a constituição do agregado familiar, cerca de 27 por cento tem 3 a 5 filhos. Neste indicador é preciso ter atenção que a dimensão da família varia muito em função da cultura africana; obviamente as pessoas mais pobres têm tendência a ter mais filhos, tanto porque o desconhecimento dos métodos contraceptivos para as mulheres como homens, é baixo como porque alguns chefes dos agregados familiares, dispõem de melhores condições. Mas, mesmo assim, cerca de 18 por cento tem 1 a 2 filhos. Foi também possível observar que os chefes dos agregados familiares estão sujeitos a empregos instáveis, sobretudo no setor informal, e as famílias monoparentais (sobretudo chefiadas por mulheres) são frequentes. Cerca de 6 por cento possuem 6 ou mais, filhos e nem sempre os chefes de agregados não possuem condições necessários para os sustentar todos os filhos. Os agregados sem filhos (cerca de 10 por cento) jovens e a maioria com empregos qualificados e maior nível de instrução, que, por opção pessoal, acham cedo ter filhos.

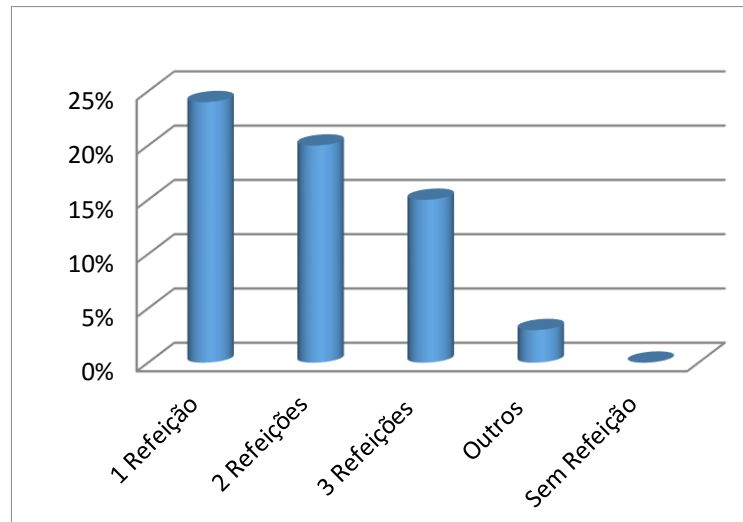
Gráfico 6 – Número de filhos por agregado familiar



Fonte: Autoria própria, 2014.

Em termos de alimentação cerca de 66 por cento não tem uma alimentação adequada, o que deixa apenas 34 por cento com uma alimentação adequada, um valor muito abaixo da média. Relativamente ao número de refeições diárias, cerca de 24 por cento tem apenas uma refeição por dia, cerca de 20 por cento faz duas refeições. Estes indicadores são relativos e variáveis, porque há alguns fatores que influenciam que as pessoas não tenham as refeições completas, nomeadamente aquelas que tenham um rendimento mais reduzido, que não são compatíveis com os preços elevados da comida e os produtos alimentares, o que faz com que as pessoas procurem locais mais baratos para residir, onde se verifica a falta de condições mínimas de higiene. Por outro lado, também se tem notado a falta para comer de tempo devido à agenda laboral: sabe-se, por exemplo, que algumas instituições públicas não oferecem condições como a ausência de um refeitório. Cerca de 15 por cento têm as três refeições completas, e cerca de 3 por cento têm mais de quatro refeições. Não encontramos ninguém que não tenha no mínimo uma refeição durante o dia.

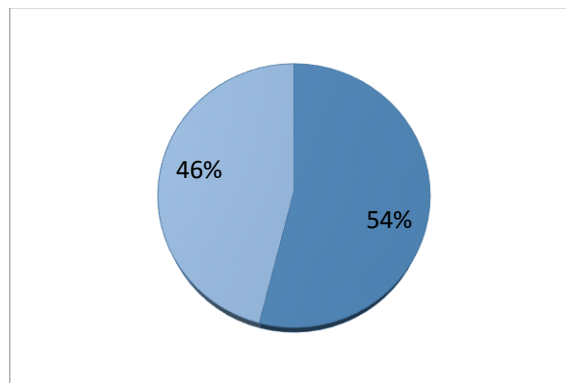
Gráfico 7 – Número de refeições por dia



Fonte: Autoria própria, 2014.

O acesso ao primeiro emprego e ao mercado de trabalho é preocupante; cerca de 54 por cento não está empregado, embora alguns tenham empregos precários, mas conseguem diminuir algumas despesas pessoais, e cerca de 46 por cento estão sem emprego.

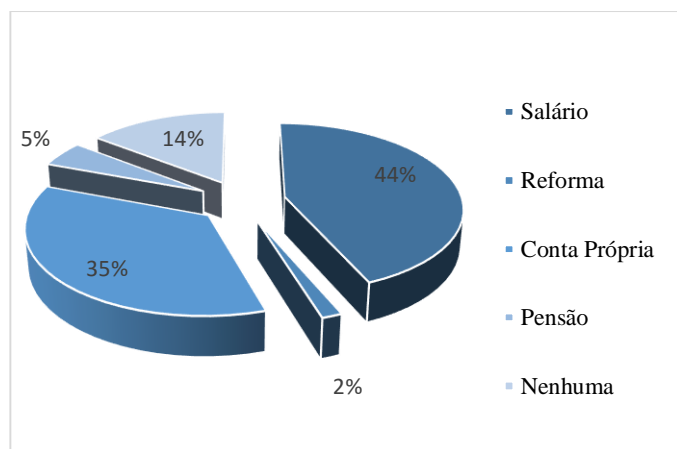
Gráfico 8 – Acesso ao primeiro emprego



Fonte: Autoria própria, 2014.

Quanto ao rendimento, cerca de 44 por cento vive de salário e cerca de 35 por cento vive por conta própria; os pobres são significativamente mais propensos a serem trabalhadores por conta própria, ou seja ligados ao mercado informal.

Gráfico 9 – Origem do Rendimento

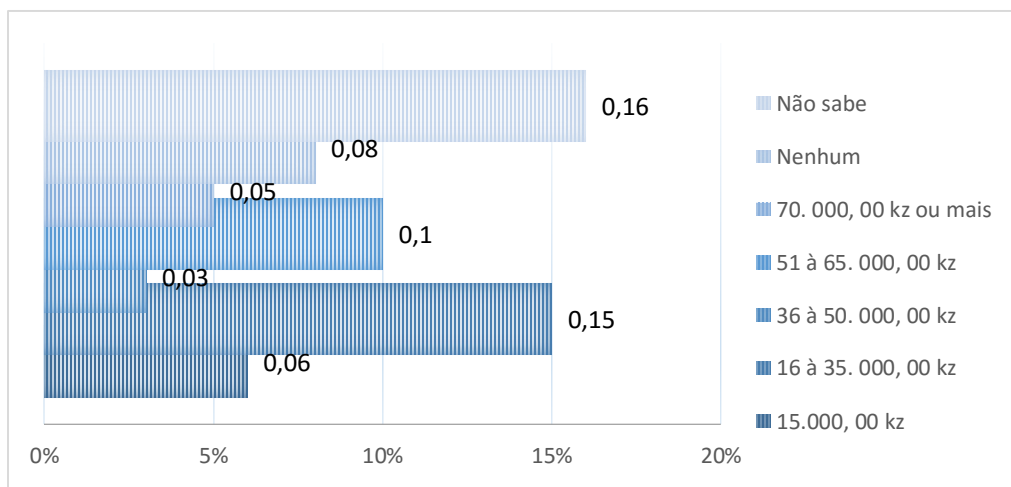


Fonte: Autoria própria, 2014.

Independentemente do estado de pobreza, os salários são significativamente mais altos nas áreas urbanas quando comparados com os de áreas rurais. Os pobres ganham substancialmente menos do que os não-pobres em qualquer setor da atividade económica (IBEP, 2013, p. 7). Cerca de 14 por cento vive à custa dos pais ou família, normalmente são ainda estudantes. Cerca de 5 por cento vive de pensão e apenas 2 por cento se encontra em situação de reforma. O rendimento mensal depende do trabalho que cada pessoa desempenha para suportar as despesas, verificando-se que cerca de 16 por cento não sabe ao certo quanto consegue ter em mão ao final do mês, sobretudo entre pessoas ligadas aos trabalhos temporários ou no mercado informal. Por outro lado, os valores variam em função da oferta ou procura do mercado bem como do investimento feito. Relativamente às pessoas trabalhadoras, cerca de 15 por cento tem um rendimento de 16 à 35.000,00 kza; verifica-se que os trabalhadores menos qualificados são os menos remunerados. Já entre os técnicos médios cerca de 10 por cento auferem um rendimento de 51 à 65.000,00 kza. Na categoria de técnicos qualificados ou técnico superior, cerca de 8 por cento tem rendimentos de 70.000,00 kza ou mais, variando em função das responsabilidades de cada técnico. Cerca de 6 por cento não tem qualquer rendimento, encontrando-se nesta categoria jovens e adultos que estão fora

do mercado de emprego ou nunca estiveram empregados. 5 por cento representam o rendimento mínimo à volta de 15.000,00 kza ou menos, onde encontramos a pessoas com menos qualificação académica. Já os 3 por cento com rendimentos de cerca de 36 à 50.000,00 kza, correspondem a uma classe intermédia entre os técnicos básicos e os médios.

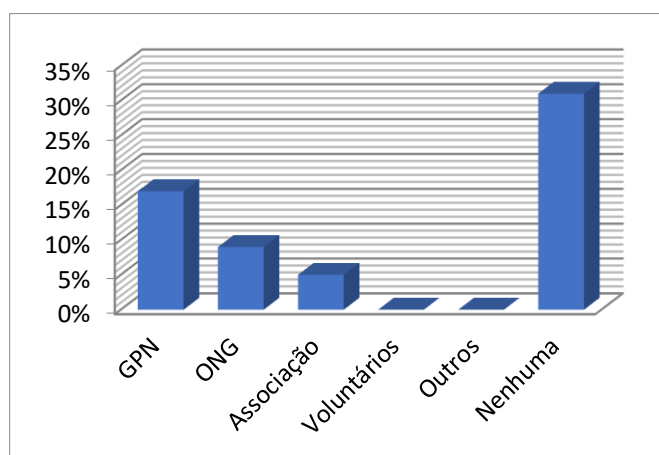
Gráfico 10 – Valor do Rendimento Mensal



Fonte: Autoria própria, 2014.

Cerca de 31 por cento diz não receber nenhuma ajuda relativamente à pobreza e cerca de 17 por cento reconhece que a instituição que mais ajuda é o GPN. As ONG's representam cerca de 9 por cento, e os inquiridos reconhecem ter havido participação também de outras Associações (cerca de 5 por cento. Alguns dizem ainda também nunca ter visto voluntários nem representantes de outras instituições (fundação ou movimentos).

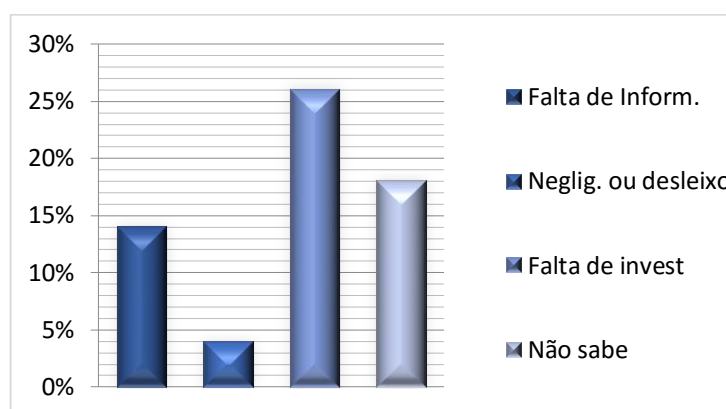
Gráfico 11 – Organizações que ajudam as pessoas vulneráveis



Fonte: Autoria própria, 2014.

Relativamente ao desenvolvimento da agricultura, cerca de 26 por cento diz não haver investimento por parte do Estado. Cerca de 18 por cento das pessoas não sabe ou desconhece a importância que a agricultura tem, e cerca de 14 por cento refere a falta de informação; por outro lado, a negligência e desleixo também influenciam os números elevados de pessoas vulneráveis, com cerca de 4 por cento.

Gráfico 12 – Desenvolvimento da Agricultura

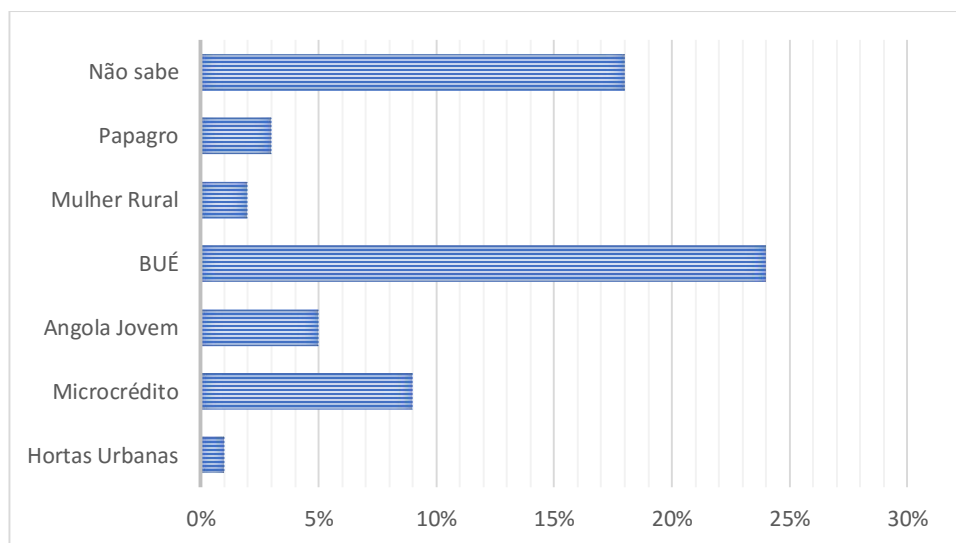


Fonte: Autoria própria, 2014.

No que concerne os projetos de iniciativa do governo, cerca de 24 por cento mencionaram o projeto BUÉ, pese embora alguns não terem conseguido receber financiamentos. Verificou-se também que cerca de 18 por cento desconhece ou não sabe dos projetos de combate a pobreza. O microcrédito só é conhecido de cerca de 9 por cento dos

inquiridos. O Angola jovem com cerca de 5 por cento, beneficia sobretudo a faixa etária jovem. O papagro (cerca 3 por cento) que é o projeto mais virado para a agricultura, é também pouco conhecido pela população. O investimento “mulher rural” (cerca de 1 por cento).

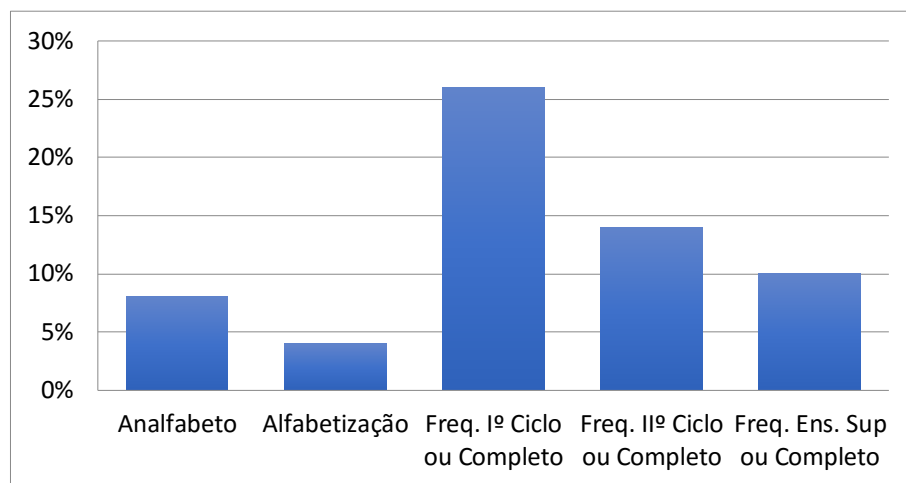
Gráfico 13 – Programas do Governo



Fonte: Autoria própria, 2014.

Observa-se que em 94 por cento dos casos, existe uma escola dentro da comunidade dos inquiridos e, apenas cerca de 6 por cento confirma o inverso. O que podemos verificar é que, a nível da cidade, o setor da educação tem recebido mais investimentos, pese embora haver ainda fortes diferenças em termos qualitativos e técnicos capazes de responder à procura. A nível de escolaridade, verificou-se que cerca de 26 por cento tem frequência do Iº Ciclo ou o completou, e cerca de 14 por cento frequência no IIº Ciclo ou o completou. Apenas cerca de 10 por cento Frequenta o Ensino Superior ou o completou. Verifica-se aqui uma importância inferior do ensino superior, devido às dificuldades no acesso à universidade. A frequência escolar no Iº ciclo é mais alta, sendo mais frequente nas classes mais pobres. O IBEP indica que os pobres atingem níveis consideravelmente mais baixos de educação do que os não-pobres, por outro lado, as oportunidades de uma criança frequentar a escola aumentam com o nível de escolaridade da mãe. Cerca de 8 por cento não saber ler nem escrever, o nível de analfabetismo é sempre maior entre as mulheres do que entre os homens, embora a disparidade seja maior entre os pobres, e apenas cerca de 4 por cento estão no programa de alfabetização.

Gráfico 14 – Nível de Escolaridade



Fonte: Autoria própria, 2014.

Cerca de 70 por cento não se sente feliz com a vida que leva, já cerca de 30 por cento diz que é feliz. Perguntei ao inquirido se, apesar das piores condições que a maior parte deles possui, podiam ser felizes. Logo percebi que alguns se mostravam descontentes, outros nem se importavam com as más condições em que certas comunidades vivem. Mas a verifica-se que maior parte das pessoas se mostram esperançosas.

Eis as respostas: *“sou feliz porque tenho uma família humilde e acima de tudo Cristo. Nunca fui feliz faltam-me muitas coisas. Nós pobres dormimos bem e os ricos não. A saúde é mais importante enquanto haver é tudo. Não me comparo com algumas pessoas, na forma como vivo porque não passo fome. Desde que tenho pão pra comer. Não tenho emprego, com a falta de emprego não consigo satisfazer as minhas necessidades. Com essas condições nenhum indivíduo se sentem feliz, o governo não pensa em nós, só tem que ser do partido X pra mudar de vida”*.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo identificar os principais problemas e desafios estratégicos de Combate à pobreza a nível de Angola e internacionalmente, e propor medidas políticas e de gestão capazes de solucionar ou mitigar os atuais problemas relacionados com a pobreza, a fome e a insegurança alimentar face aos programas desenvolvidos atualmente pelo Estado angolano perspetivando melhorias e sustentabilidade à população em geral e no Namibe em particular.

A pobreza é um problema global, mas os países subdesenvolvidos apresentam os mais baixos indicadores de desenvolvimento socioeconómico e humano do mundo. Ainda se discute muito sobre a redução ou eliminação da pobreza a médio ou longo prazo. Variadas organizações internacionais têm trabalhado com os países ricos para resolver a questão da pobreza bem como da exclusão social. Segundo estudos do Banco Mundial, acredita-se que haja uma redução da pobreza ainda antes da metade deste século. Os últimos resultados das Nações Unidas mostram que o número de pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza tem diminuído. Pese embora continuarem privadas de alimentação adequada para usufruírem de qualidade de vida que põe em causa a sobrevivência da população, o que é dramático.

O crescimento económico tem sido um elemento fundamental na redução da pobreza. Os avanços em muitos países subdesenvolvidos tem continuado, apesar da crise económica e dos preços internacionais da alimentação terem aumentado. A África Subsaariana continua a ser a região onde se concentra o maior índice de pobreza. Já as regiões da Ásia e América Latina têm apresentado um grande crescimento económico à custa do desenvolvimento industrial. Considera-se que uma das causas do aumento da pobreza a nível mundial é o crescimento demográfico, os conflitos armados, a instabilidade política, as catástrofes naturais e as doenças, como a Sida, etc.

Por outro lado, o relatório do Estado de Segurança Alimentar no mundo, confirmou uma diminuição positiva de pessoas que passam fome, corresponde aos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio de reduzir pela metade a proporção de pessoas subnutridas. Angola está entre os países que cumpriram os objetivos estabelecidos internacionalmente na luta contra a fome. Depois do estabelecimento da paz o Estado angolano traçou um documento de apoio que visa a redução da pobreza em 50 por cento. Para o efeito, torna-se

necessária a elaboração de políticas sociais de apoio aos mais carenciados. Face aos vários investimentos na agricultura e os avanços na reconstrução nacional que abrangem todo o país, designadamente, os programas financiados pelas receitas petrolíferas, na reabilitação de infraestruturas básicas, o Estado angolano tem dado passos significativos. Mas boa parte da população ainda se vê privada de recursos económicos e confrontam-se com várias dificuldades sociais, nomeadamente a melhoria das condições de vida sistema de abastecimento de água potável, os índices de corrupção, o acesso a energia elétrica, o saneamento básico, a melhoria do sistema de saúde e educação desejável, o emprego de qualidade, etc. A estratégia de combate à pobreza prevê intervenção e melhoria desses setores, mas por razões desconhecidas não têm sido implementados.

A redução da pobreza passa pela promoção de vários aspetos a ter em conta. A criação de emprego seria o primeiro passo a ser tomado no sentido das pessoas mais vulneráveis gerarem rendimentos a desenvolver localmente. Outras ações contemplam a maior integração, coesão e responsabilidade social, fortes investimentos na área da educação, uma vez que este setor constitui um elemento importante na redução da pobreza, a disponibilidade de melhores empregos, acesso ao financiamento para as pessoas mais pobres e com dificuldade em aceder aos créditos e microcréditos, prestando-se também maior atenção ao setor da agricultura e do turismo, que se perfila como um dos setores capazes de aumentar significativamente o acesso ao mercado de trabalho, etc.

Entrando no estudo de caso logo percebemos que a cidade do Namibe tem evoluído significativamente a cada dia que passa. Tem mostrado sinais de crescimento económico, social bem como cultural, mas ainda apresenta muitas limitações. Sendo uma das afetadas pelo fenómeno da seca, verifica-se que a pobreza e insegurança alimentar se encontrem aqui em particular. A população vê-se privada das necessidades básicas. É importante referir que os chefes dos agregados familiares não estão satisfeitos com as dificuldades que a maior parte da população atravessa. Há, de fato uma margem de desigualdade e exclusão a nível da sociedade. O acesso ao mercado de trabalho ainda não satisfaz a população local, sendo uma das causas agravantes da pobreza. As divergências culturais entre os povos Mucubais e os cidadãos também são fatores que condicionam a comunidade namibense. Por outro lado, o governo da província, em parceria com as ONG's, Associações, Igrejas, Fundações, Sociedade civil, etc., têm feito esforços para fazer face aos fenómenos da pobreza e da fome,

expressos, nomeadamente na promoção da agricultura sustentável, na abertura de furos de água para as populações e abebeiramento do gado e prática da agricultura, na criação de aldeias para melhor beneficiarem dos programas sociais, etc.

Esta dissertação levantou pistas de reflexão, identificando alguns desafios que se colocam no âmbito da problemática da pobreza em Angola e na cidade do Namibe em particular, que realçam de encontrarem soluções que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Livros**

Abranches H. S. [*et al.*] 1989 - Política Social e Combate à Pobreza. Jorge Zagar Editor Ltda, Rio de Janeiro.

Arruda R.; Colaço J.; Baia A. (2014) - O que é Exclusão Social. Escolar Editora, Lisboa.

Balsa, Casimiro [*et al.*] 2006 - Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social. Uma Abordagem Transnacional. Editora Unijuí, Brasil.

Banerjee, V. A.; Duflo, E. (2012) - A Economia dos Pobres. Repensar de Modo Radical. A Luta Contra a Pobreza Global. Temas e Debates, Portugal.

Baptista I, *et al.*, 1995 – A Pobreza no Porto: Representações Sociais e Práticas Institucionais. REAPN - Rede Europeias Anti Pobreza, Porto.

Bravo Manuel, *et al.*, 1996 – Angola, Transição para a Paz, Reconciliação e Desenvolvimento. Hugin – Editores, Lda., Lisboa.

Brunel, Sylvie (1998) – Os que Vão Morrer de Fome. Campo das Letras, Portugal.

Capucha, Luís (2005) – Desafios da Pobreza. Celta Editora, Oeiras – Portugal.

Carmo, Hermano *et al.*, (1996) - Exclusão Social: Rotas de Intervenção. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

CIDEC – Centro Internacional Interdisciplinar de Estudos Económicos (1999). Percursos Profissionais de Exclusão Social. Relatório Preliminar. Lisboa.

Correia, P. Pedro (1996) - Angola: Do Alvor a Lusaca. Editora Hugin, Lisboa.

Cunha Odir, (2001) – Dinheiro, é Possível Ser Feliz Sem Ele. Editora: Elevação, Sebo Livrologia SP – São Paulo.

Da Costa B. A. *et al.*, 2008 - Um olhar sobre a pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo. Gradiva, Lisboa.

De Almeida, F. João (2013) - Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa. Editora Mundo Sociais, Lisboa.

De Araújo, (1964) – Aspetos de Desenvolvimento Económico e Social de Angola. Junta de Investigação do Ultramar. Estudos de Ciências Políticas e Sociais, Lisboa.

De Araújo, C. A. (1964) – Aspetos dos Desenvolvimentos Económico e Social de Angola. Junta de Investigação do Ultramar. Estudos de Ciências Políticas e Sociais, Lisboa.

De Castro, (1975) – Geografia da Fome. Brasília Editora, Porto.

De Vletter, F. (2002) - A Promoção do Setor Microempresarial Urbano em Angola. Contribuições para uma Estratégia de Redução da Pobreza. Principia, Publicações Universitárias e Científicas, Cascais.

Debates Presidência da República - DPR (1998) – Pobreza, Exclusão: Horizonte de Intervenção. Debate promovido pelo Presidente da República durante a sua deslocação a projetos de luta contra pobreza. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Coimbra.

Diogo, F. (2007) - Pobreza, Trabalho, Identidade. Celta Editoras, Lisboa.

Dumont, R. e Rosier, B. (1966) – A Fome. Flagelo da Humanidade. Editora Ulisseia, Limita, Lisboa.

Elgin Duane, (2010) – Simplicidade Voluntária. Estrela Polar. Alfragide – Portugal.

Estivill, J. (2003) - Panorama da Luta Contra a Exclusão Social. Conceitos e Estratégias. Bureau Internacional do Trabalho – STEP/Portugal.

Felgas Hélio, (1968) – Guerra em Angola. Gráfica Santelmo, Lda., Lisboa.

Fundo de Apoio Social – FAS (2007) - Guia da Vulnerabilidade Social – Angola. Ação de Combate à Pobreza e Exclusão Social. Luanda.

Fundo de Apoio Social – FAS 2005 - Caderno Amigo 1. Angola.

Fundo de Apoio Social – FAS 2006 - Caderno Amigo 3. Angola.

Galbraith, K. John 1979 – A Sociedade da Pobreza. Publicações Dom Quixote, Lisboa.

Guiddens, Anthony 2001 – Sociologia. Editora: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística - INE (2011) - Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População – IBEP. Relatório Analítico – Vol. I. Edição: Instituto Nacional de Estatística, Luanda – Angola.

Instituto Nacional de Estatística - INE (2013) - Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População – IBEP. Relatório Analítico – Vol. III. Perfil da Pobreza. INE, Luanda - Angola.

Instituto Nacional de Estatística (INE) 2007 – Perfil da Pobreza em Angola. Resultados do IDR (2000/01). Edição: Instituto Nacional de Estatística, Luanda – Angola.

Medina, do C. Maria. (2013) - Angola: Processos Políticos da Luta pela Independência. Edições Almedina, S.A., Coimbra.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade (MTS), (1997-2006). Erradicação da Pobreza. Dizer não a pobreza. Um combate para ganhar. Portugal.

Morgan, C (1966) - A Fome no Mundo. Estúdios cor. Amadora.

Organização Internacional do Trabalho (2003) - A Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal. Experiências do Programa Nacional de Luta contra Pobreza. Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza.

Pestana, Nelson (2011) – Pobreza, Água e Saneamento Básico. Centro de Estudos e Investigação Científica. Universidade Católica de Angola (CEIC-UCAN), Luanda – Angola.

Pinto, Costa (2011) – A Pobreza no meio Rural em Angola. Contribuição para a sua caracterização no Município do Bailundo. Centro de Estudos e Investigação Científica, Universidade Católica de Angola (CEIC-UCAN), Luanda – Angola.

Psico, José (2010) - Microfinanças. Solução para o combate à Pobreza. Escolar Editora, Lisboa.

Rela, José (2005) - Angola. O futuro já começou. Editorial Nzila, Luanda – Angola.

Rodrigues, U. Cristina *et al.*, (2009) – Pobreza e Paz nos PALOP. Sextante Editora, Lda., Lisboa – Portugal.

Roque, M. Fátima, *et al.*, (2000) – Apelos Angolanos. Chegou a Hora da Paz e da Reconciliação. Hugin Editores, Lda., Lisboa.

Sachs, Jeffrey (2005) – O fim da Pobreza. Como consegui-lo na nossa Geração. Casa das Letras, Portugal.

Santos, Hermínio (2011) – Trabalhar em Angola. Planeta Editora, Portugal.

Sen, Amartya (1998) – Pobreza e Fomes. Um ensaio sobre os direitos e privações. Terramar, Lisboa – Portugal.

Sen, Amartya (2003) - O Desenvolvimento Como Liberdade. Gradiva, Lisboa.

Serrano Carlos, (2008) – Angola, Nascimento de uma Nação. Um estudo sobre a construção da Identidade Nacional. Manuel Volódia, Luanda – Angola.

The World Bank (2001) – African Poverty at the Millennium. Causes, Complexities, and Challenges. Washington, D.C.

Torres J, de M, M (1485/1859) - Distrito de Moçâmedes. Nas Fases de Origem e da Primeira Organização. Agência – Geral do Ultramar, Lisboa.

UN-HABITAT (2011) - Infrastructure for Economic Development and Poverty Reduction in Africa. United Nations Human Settlements Programme, Nairobi.

Vaz, J. Maria; Relvas, Eunice; Pinheiro, (2000) – Exclusão na História. Atas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social. Celta Editora, Oeiras.

Wheeler, L. Douglas; Péliissier, René (2011) – História de Angola. Tinta-da-china, Lda., Lisboa.

Yunus, Mohammad (1997) – O Banqueiro dos Pobres. DIFEL – Difel Editorial, S.A., Algés – Portugal.

- **Outros Estudos**

Banco Africano de Desenvolvimento, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Comissão Económica para África – (BAD/OCDE/PNUD/CEA) 2012 - Perspetivas Económicas em África. Países Africanos da CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. UNECA. org.

Banco Espírito Santo – BES, Research_Sectorial (2013) – International Support Kit of Opportunities. Departamento de Desenvolvimento Internacional. Angola.

Banco Mundial, Relatório Anual (2013) - Um Mundo sem Pobreza: Erradicar a Pobreza Extrema e Promover a Prosperidade Compartilhada. Worldbank.org/gep.

Centro de Estudos e Investigação Científica: Universidade Católica de Angola CEIC – UCAN (2012) – Relatório Social de Angola. Luanda – Angola.

Centro de Estudos e Investigação Científica: Universidade Católica de Angola CEIC – UCAN (2007) - Relatório Económico Anual. Luanda – Angola.

Coggiola, Osvaldo (2008) - Fome, Capitalismo, e Programas Sociais Compensatórios. USP, São Paulo – Brasil.

Componente de Desenvolvimento da Economia Local. Estudo de Linha de Base. Município do Namibe – Província do Namibe. Namibe – Angola.

Crespo, António e Gurovitz, Elaine (2002) A Pobreza como um Fenómeno Multidimensional. RAE-eletrónica. Editora: Fundação Getulio Vargas, São Paulo

De Oliveira, Sílvia (2012) - Olhar a pobreza em Angola: Causas, Consequências e Estratégias para a sua Erradicação. Ciências Sociais Unisinos, Lisboa - Portugal.

FAO/PAM (2004) - Sistema Global da FAO de Informação e alerta rápido sobre Alimentação e Agricultura Programa Alimentar Mundial. Relatório Especial. Missão Conjunta FAO/PAM de Avaliação da Produção Interna e das necessidades Alimentares em Angola. FAO.Org

Fontes, A. S. M. Breno (2011) - Sistema de Atenção a Saúde Mental em Angola: Entre a Tradição e a Modernidade. XI Congresso Luso Afro Brasileira de Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia.

Fortes, de F. J. Armanda; Makanda, P. J. N'kanga (2012) – Gestão em Angola: Pistas para Viver e Gerir. Angola.

Fundo de Apoio Social – FAS (2012) - Programa de Desenvolvimento Local.

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, (2014) – Investir na População Rural de Angola. Pobreza Rural em Angola. [s. n] Roma – Itália.

Governo da Província do Namibe (2006) - Diretrizes para a Programação de Atividades no Âmbito do Programa de Investimentos Públicos da Província do Namibe. Município do Namibe. Namibe – Angola.

Governo da Província do Namibe (2007) - Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN). Estudos Sectoriais: Quadro Político Administrativo. Volume 1. Namibe – Angola.

Governo da Província do Namibe (2007) - Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN). Estudos Sectoriais: População e Ocupação Humana. Volume 2. Namibe – Angola.

Governo da Província do Namibe (2007) - Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN). Estudos Sectoriais: Estruturas Biofísicas. Volume 3. Namibe – Angola.

Governo da Província do Namibe (2007) - Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN). Estudos Sectoriais: Sistema Produtivo. Volume 4. Namibe – Angola.

Governo da Província do Namibe (2007) - Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN). Estudos Sectoriais: Agricultura e Silvicultura. Volume 4.1. Namibe – Angola.

Governo da Província do Namibe (2007) - Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN). Estudos Sectoriais: Pecuária. Volume 4.2. Namibe – Angola.

Governo da Província do Namibe (2007) - Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN). Estudos Sectoriais: Pescas. Volume 4.3. Namibe – Angola.

Governo da Província do Namibe (2007) - Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN). Estudos Sectoriais: Turismo. Volume 4.4 Namibe – Angola.

Governo da Província do Namibe (2007) - Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN). Estudos Sectoriais: Infraestruturas Gerais, Caracterização da Situação Atual. Volume 5.1. Namibe – Angola.

Governo da Província do Namibe (2007) - Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN). Estudos Sectoriais: Infraestruturas Gerais, Desenvolvimento Integrado. Volume 5.2. Namibe – Angola.

Governo da Província do Namibe (2007) - Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN). Estudos Sectoriais: Infraestruturas Sociais. Volume 6. Namibe – Angola.

Governo da Província do Namibe (2007) - Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN). Diagnóstico Prospetivo - Estratégia de Atuação. Volume 7. Namibe – Angola.

Governo da Província do Namibe (2007) - Plano de Desenvolvimento Integrado da Província do Namibe (PDIPN). Plano de Ação. Volume 8. Namibe – Angola.

Governo da Província do Namibe (2013) - Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Província do Namibe para o Período 2013-2017. Namibe – Angola.

Governo de Angola - Comunidade Europeia (2008) – Documentos de Estratégia para o País e Programa Indicativo Nacional. Angola.

Instituto de Estudos del Hambre - IEH (2011) - O Caminho da Governança da Segurança Alimentar: A Experiência de Angola. Instituto de Estudos del Hambre, Madrid.

Jensen K. Søren e Pestana Nelson (2010) – O Papel das Igrejas na Redução da Pobreza em Angola. Chr Michelsen Institute – CMI, Angola.

Ministério da Família e Promoção da Mulher – MINFAMU (2014) – Programas de Auscultação à Mulher Rural em Angola. Luanda.

Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), Ministério das Finanças (MF), Ministério da Administração Estatal (MAE), Ministério do Trabalho (MT) e Ministério da

Mulher e Ação Social (MMAS), 2010. Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana. Moçambique.

Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial. Divisão de Informação Comercial (2010) – Como Exportar Angola. Brasil Global Net, Brasília

Ministério do Planeamento, (2003) - Estratégia de Combate à Pobreza: Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica. Luanda.

Ministério do Planeamento, (2005) – Estratégia de Combate à Pobreza: Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica. Luanda. Edição Revistas, Luanda.

Ministério do Urbanismo e Ambiente – MINUA, 2006 - Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola. Programa de Investimento Ambiental. Luanda.

Nathan Associates Inc, (2006) - Relatório Principal. Angola: Estudo Diagnóstico da Integração Comercial. Banco Mundial, USAID.

Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I), 2001 – 2005 - documento de Estratégia e Plano de Ação para a Redução da Pobreza e Promoção do Crescimento Económico. Governo de Moçambique.

Pinto N. João, (2008) - Sociedade Civil e Segurança Alimentar nos PALOP. Desafios da Articulação em Rede. IFSN - International Food Security Network/ActionAid.

PNUD – Angola, (2012) - Programa de Apoio Estratégico para o Ambiente (PAEA). Angola.

Projeto Portal do Governo, (2009) – Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Luanda – Angola.

República de Angola, (2009) – Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN). Luanda – Angola.

Souza, I. e R. Adriano, *et al.*, 2011 - Guerra Civil e o Desenvolvimento Económico em Angola. Revista Eletrônica de Economia da Universidade Estadual de Goiás, Anápolis.

- **Relatórios de Desenvolvimento Humano**

Nações Unidas (2013) - Relatório Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. We Can end Poverty 2015. Publicado em Nações Unidas, Nova Iorque – EUA.

PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano - IDH (2014) - Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. Communications Development Incorporated, Washington DC, EUA.

PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano - IDH (2013) - A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado. Communications Development Incorporated, Washington DC, EUA.

PNUD, Human Development Report - HDR (2014) - Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience. Explanatory note on the 2014 Human Development Report composite índices of the Angola. UN.Org. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/data>.

United Nations Population Fund – UNFPA (2005) - Relatórios sobre a Situação da População Mundial. A Promessa em Matéria de Género, Saúde Reprodutiva e Objetivos do Desenvolvimento do Milénio. Communications Development Incorporated, Washington DC, EUA.

- **Teses**

De Carvalho, Paulo (2004) - Exclusão Social em Angola. O caso dos deficientes físicos de Luanda. Tese de Doutoramento em Sociologia. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE. Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa – Portugal.

Da Cruz, de C. V. Cláudio (2011) - O Papel da Organização das Nações Unidas em Angola. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Faculdade de Ciência Política. Lusofonia e Relações Internacionais, Lisboa – Portugal.

Pinto, N. da S. João (2008) - A Construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional em Angola. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós –

Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro.

Martins, J. F. Augusto (2011) – Estado de Legitimação. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Relações Internacionais. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa – Portugal.

- **Documentos Eletrónicos**

Africa hunger and Poverty Facts

http://www.worldhunger.org/articles/Learn/africa_hunger_facts.htm [Acedido a 16 de Julho de 2014 as 10:50]

África Urgente

<http://www.africaurgente.org/fome-e-crise-humanitaria-na-somalia-ver-fotos-e-videos/>
[Acedido a 10 de Junho de 2014 a 11:01]

AN- Angonoticias, 07/02/2008

Disponível em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/17139/pobres-sao-mais-vulneraveis-ao-contagio-pelo-hiv-sida> [Acedido a 01 de Agosto de 2014 as 00: 34]

ANGOP – Agência Angola Press, 28/06/2004

http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/6/28/Governo-prova-rogramacombate-pobreza-pais,20d9f333-42e9-4fda-8902-d2cab621330b.html: [Acedido a 02 de Agosto de 2014 as 08:02]

AN - Angonoticias, 15/11/2010

Disponível em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/27834>: [Acedido a 01 de Agosto de 2014 as 18:17]

AN - Angonoticias 25/03/2013

Disponível em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/38049/angola-eo-148-pais-mais-desenvolvido-do-mundo-num-universo-de-187-estados>: [Acedido a 08 de Julho de 2014 as 06:34]

AN – Angonoticias, 24/04/2011

Disponível em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/29874/pobreza-em-angola-e-maior-na-zona-rural>. [Acedido a 24 de Maio de 2014 as 14:11]

A Necessária Socialização do Crescimento Económico Angolano 02/23/2011
<http://perspectiva-lusofona.weebly.com/angola/category/paulo%20burity%20pais> [Acedido a 10 de Maio de 2014 as 09:12]

Banco Português de Investimentos (2013) - Estudos Económicos e Financeiros: Angola
<http://www.bfa.ao/Conteudos/Medias/Download.aspx?sidc=2652&idc=2963&idl=1&idi=8140>. PDF [Acedido a 09 de Julho de 2014 as 12:30].

Banco Mundial, Relatório de Anual 2013. [Worldbank.org/annualreport2013](http://www.worldbank.org/annualreport2013)
<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/16091/9780821399422PT.pdf?sequence=5/14.pdf> [Acedido a 09 de Abril de 2014 as 23:09]

Círculo Angola Intelectual. 14:08 Quarta-feira, 24 Setembro, 2014
<http://www.circuloangolano.com/?p=23710> [Acedido a 08 de Agosto de 2014 as 02:45]

CLUB-K - Angola, 27/03/2014
http://www.clubk.net/index.php?option=com_content&view=article&id=17761:censopopulacionalanalise-do-binomio-custo-beneficio-jonisio-c-salomao&catid=17:opinioao&Itemid=124
[Acedido a 12 de Julho de 2014 as 03:01]

Faculdade de Economia, (2008) - A Insegurança Alimentar da Economia Global. Situação, Consequências e Vias de Respostas. Coimbra, Portugal
Disponível em http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_08_09/06_alimentamos_mundo.pdf

<http://www.dw.de/%C3%A1frica-continua-a-regi%C3%A3o-mais-desnutrida-do-mundo/a-17926049> [Acedido a 04 de Outubro de 2014 as 19:20]

DW - Deutsche Welle, 12/06/2014
<http://www.dw.de/angola-vai-continuar-a-ser-um-pa%C3%ADs-rico-com-um-povo-pobre/a-17703328> [Acedido a 09 de Outubro de 2014 as 18:30]

DW - Deutsche Welle, 12/11/2013
<http://www.dw.de/um-s%C3%A9culo-de-diamantes-em-angola/a-17220996> [Acedido a 09 de Outubro de 2014 as 18:57]

DW - Deutsche Welle, 13/06/2013
<http://www.dw.de/um-s%C3%A9culo-de-diamantes-em-angola/a-17220996> [Acedido a 09 de Outubro de 2014 as 18:57]

Escavidão Africana

http://pt.wikipedia.org/wiki/Escavid%C3%A3o_africana [Acedido a 01 de Agosto de 2014 as 02:58]

EBC. Agência Brasil, 24.07.2014 – 06h16

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-07/idh-do-brasil-cairia-16-posicoes-com-calculo-de-desigualdade> [Acedido a 08 de Agosto de 2014 as 02:30]

FIDA, 2014. Investir na população rural de Angola. Pobreza rural em Angola. Roma
http://www.ifad.org/operations/projects/regions/pf/factsheets/angola_port.pdf [Acedido a 06 de Setembro de 2014 as 05:04]

Governo de Angola (2004) - Promoção e Proteção Social em Angola. Disponível em
http://www.ipc-undp.org/doc_africa_brazil/Angola.pdf [Acedido a 20 de Outubro de 2013 as 10:01]

Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (2012) - Ambiente do investimento privado em Angola. Disponível em

http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Angola_-_Environnement_de_l%E2%80%99Investissement_Priv%C3%A9_-_Version_portugaise.pdf

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Angola>, [Acedido a 06 de Dezembro de 2013, as 17:28]

http://sol.sapo.pt/Angola/Interior.aspx?content_id=71412. [Acedido a 16/02/2014, as 20:23]

JA – Jornal de Angola, 23/12/2013

Disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/opinioao/editorial/a_importancia_do_censo
[Acedido a 29 de Julho de 2014 as 02:30]

MOSCA, 2004. Angola: Agricultura e Desenvolvimento. Piaget. Lisboa.
<http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/2108/1/Angola-Agricultura%20e%20Desenvolvimento.pdf> [Acedido a 06 de Setembro de 2014 as 05:47].

Observatório das Desigualdades

<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=123> [Acedido a 08 de Agosto de 2014 as 02:48]

O País, 19/09/2014

<http://opais.co.ao/desnutricao-atinge-apenas-39-milhoes-de-pessoas-em-angola/>
[Acedido a 05 de Outubro de 2014]

PÚBLICO, 11/05/2013

Disponível em <http://www.publico.pt/mundo/noticia/angola-e-o-pais-onde-riqueza-natural-e-pobreza-social-estao-mais-distantes-1594089>: [Acedido a 08 de Agosto de 2014 as 01:11]

PÚBLICO, 16/09/2014

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/uma-em-cada-nove-pessoas-no-mundo-passa-fome-1669824>: [Acedido a 03 de Outubro de 2014]

PNUD Worldwide

<http://www.africa.undp.org/content/rba/en/home/ourwork/povertyreduction/poverty-reduction.html>; <http://www.africa.undp.org/content/rba/en/home/regioninfo.html> [Acedido a 16 de Agosto de 2014 as 01:06]

The World Bank. IBRO IDA

The World Bank. Working for World Free of Poverty. <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2013/10/07/africa-continues-grow-strongly-poverty-inequality-persistently-high>. [Acedido a 16 de Agosto de 2014 as 04:50]

Voz da América quarta-feira, 24 setembro, 2014. 13:13 UTC

Disponível em <http://www.voaportugues.com/content/article/1946154.html>

- **LEGISLAÇÃO CITADA**

Constituição da República de Angola, 2010 - A Lei Constitucional, Artigo 79.º (Direito ao ensino, cultura e desporto). Direitos e Deveres Económicos, Sociais e Culturais, Luanda – Angola

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população mundial (mil milhões)	18
Gráfico 2 - Evolução do IDH de Angola	42
Gráfico 3 - Processos de divergência entre alguns países Africanos	73
Gráfico 4 - Materiais usados na Construção de Habitação	107
Gráfico 5 - Formas de Habitação	108
Gráfico 6 – Número de filhos por agregado familiar	109
Gráfico 7 – Número de refeições por dia	110
Gráfico 8 – Acesso ao primeiro emprego	110
Gráfico 9 - Origem do Rendimento	111
Gráfico 10 - Valor do Rendimento Mensal	112
Gráfico 11 – Organizações que ajudam as pessoas vulneráveis	113
Gráfico 12 – Desenvolvimento da Agricultura	113
Gráfico 13 – Programas do Governo	114
Gráfico 14 - Programas do Governo	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Incidência e Severidade da Pobreza em Angola	38
Figura 2 – Divisão Administrativa de Angola	56
Figura 3 – Mapa da Cidade do Namibe	83
Figura 4 - Hospital Ngola Kimbanda em fase de reabilitação	89
Figura 5 - Estado do Saneamento na Cidade do Namibe	91
Figura 6 - Problema do acesso a água potável no bairro Platô	93
Figura 7 - Fios elétricos descarnados na via pública	94

Figura 8 - Mercado informal no bairro 5 de Abril	98
Figura 9 - A falta de higiene na preparação da alimentação	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente por províncias a área de residência, 2014	63
Tabela 2 - Tendências de Angola IDH com base em dados de séries temporais consistentes e novos postes	70
Tabela 3 - Indicadores de IDH de Angola para 2013 em relação a países e grupos selecionados	71
Tabela 4 - IDH de Angola e outros países para 2013	72
Tabela 5 - Projeção do IDH para Angola	74
Tabela 6 - Amostra do quadro de inquérito na Cidade do Namibe	103

ANEXOS

Anexo I - Formas de Ocupação do Espaço Urbano

Anexo II - Cidade do Namibe

Anexo III - Habitações Sociais na Urbanização da Praia Amélia

Anexo IV – Construção da Academia de Pescas na Cidade do Namibe

Anexo V – Ponto de água vandalizado pela população no 5 de Abril

Anexo VI – Tipologia de habitação periférica – Bairro da paz 5 Abril

Anexo VII – Mulher Mucubal vendendo óleo Mumpeque

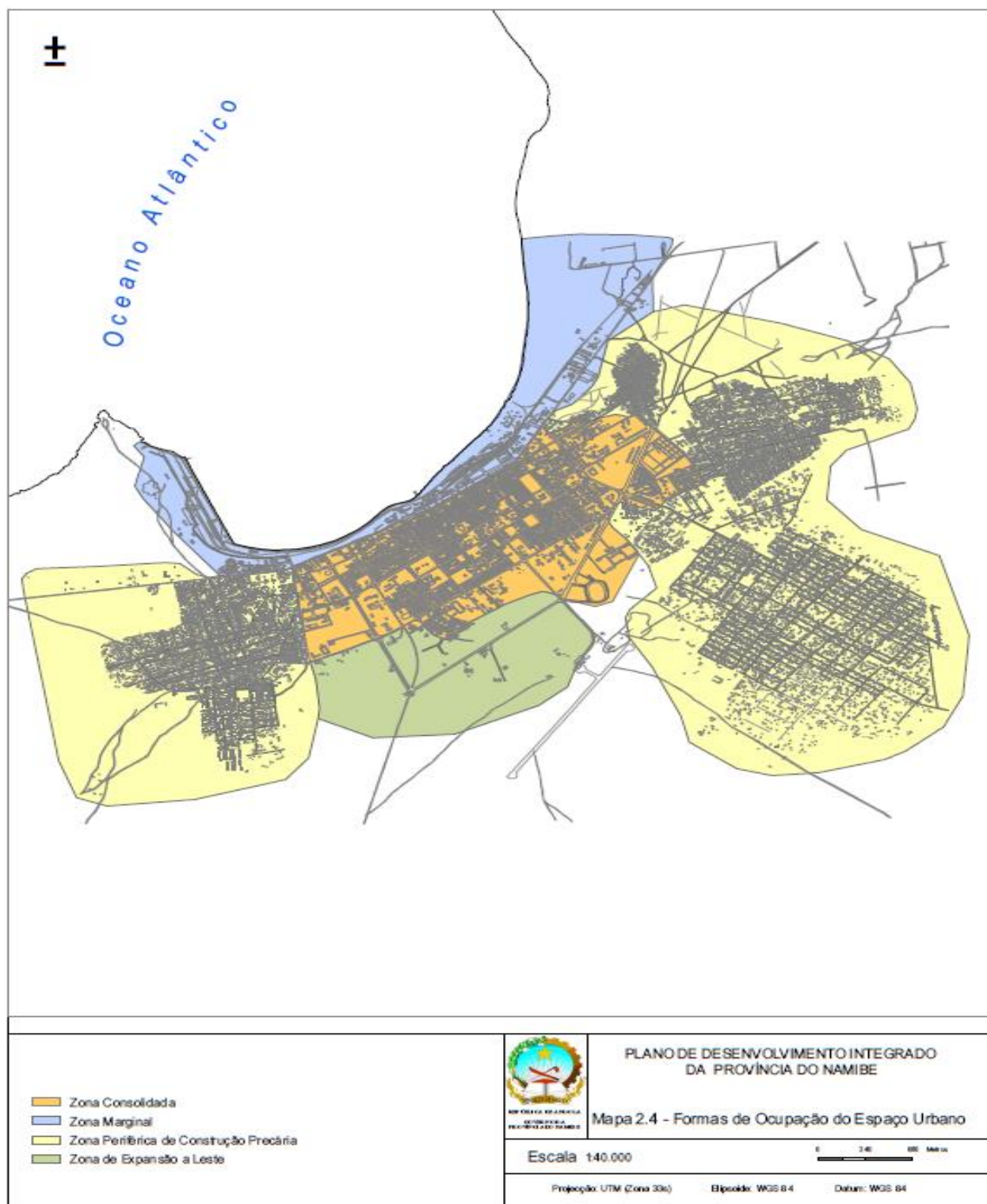
Anexo VIII - Entrevista

Anexo IX – Questionário

Anexo X - Indicador Básicos de Pobreza em Angola em 2011 e 2014

Anexo XI - Quadro das ONG´s e Associações na Província do Namibe

Anexo I - Formas de Ocupação do Espaço Urbano



Fonte: PDIPN, 2007.

Anexo II - Cidade do Namibe



Fonte: Autoria própria, 2014.

Anexo III - Habitações Sociais na Urbanização da Praia Amélia



Fonte: Aldino Francisco, 2014.

Anexo IV – Construção da Academia de Pescas na Cidade do Namibe



Fonte: Aldino Francisco, 2014.

Anexo V – Ponto de água vandalizado pela população no bairro 5 de Abril



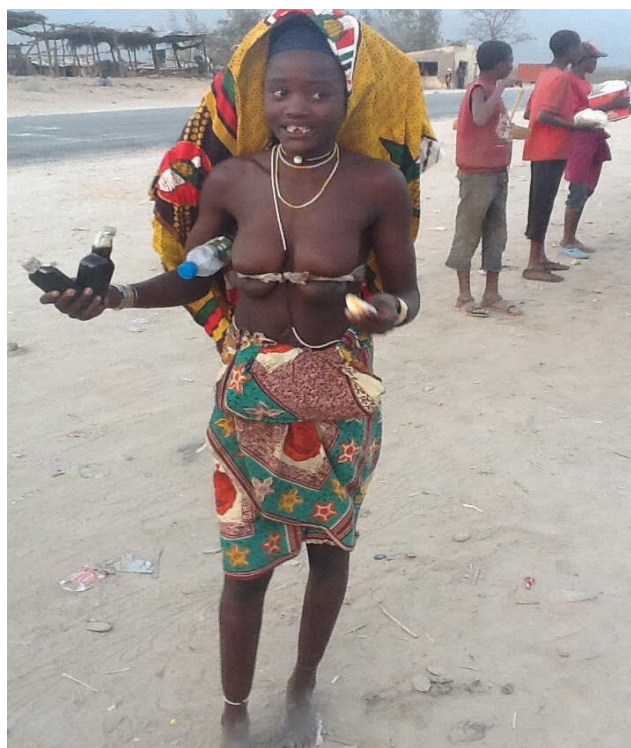
Fonte: Fuca Lass, 2015.

Anexo VI – Tipologia de habitação periférica – Bairro da paz - 5 Abril



Fonte: Autoria própria, 2014.

Anexo VII – Mulher Mucubal vendendo óleo Mumpeque



Fonte: Aldino Francisco, 2014.

Anexo VIII - Entrevista

Instituição: _____

Nome do Funcionário: _____

Atual função que desempenha: _____

Habilitações: Básico _____ Médio _____ Superior _____

Idade _____ Sexo _____ estado civil _____

Contato telefónico _____ E-mail _____

Local _____ Data _____

1. Quais são os projetos ou iniciativas de Combate à pobreza e a fome em Angola?
 - a) Na Província do Namibe quais são as iniciativas, ou projetos no que toca a erradicação da pobreza e da fome e que medidas são usadas para mitigação na região local?
2. As iniciativas são públicas, privadas ou mistas?
 - a) Quando é que há iniciativas para o combate à pobreza e a fome?
3. Há parcerias?
 - a) Quais são as parcerias?
4. Quais são as áreas a nível provincial com mais incidência da pobreza e da fome?
5. Quais os raios de ação que o governo provincial traçou para o presente ano relativamente as políticas de combate à pobreza e a fome?
6. Que prioridades são traçadas a nível do Governo Central e Provincial no sentido de reduzir e/ou mitigar à pobreza e a fome?
7. Os projetos sobre Estratégias de Combate à Pobreza e a fome, de iniciativa do governo central está a ser implementado com eficácia na Província?
 - a) Quais são as causas da pobreza e da fome no município do Namibe?

8. Qual é a duração desses projetos?
9. Quantas pessoas são abrangidas e que resultados são obtidos nesses projetos?
10. Quem os beneficia, quais são os fundos públicos e privados que apoiam?
11. Maiores obstáculos ou sucesso dessas iniciativas?
12. Qual é a opinião das pessoas sobre esses projetos?
 - a) As pessoas colaboram?
13. Que medidas as pessoas devem fazer para diminuí-la?
14. Que contributo ou postura os cidadãos devem tomar para melhorar o vosso trabalho?
15. Maiores obstáculos ou sucesso dessas iniciativas?
16. Qual é a maior dificuldade para erradicação da pobreza e da fome?
17. Quais são os montantes, e como são geridos esses dinheiros?
18. Quantas pessoas trabalham nesses projetos?
 - a) São aceites pela população?
19. Há trabalhos voluntários?
20. Estrangeiros ou nacionais?
 - a) São aceites?
21. O que se pode fazer dentro do microcrédito e o que se tem feito para as pessoas tenham sustento próprio?
22. Recebem apoios, ex como de pequenos negócios ou incentivos a voltar à atividade agrícola ou à criação animal para sustento próprio?

Anexo IX – Questionário

Profissão: _____ **Idade** _____

Habilitações Literárias:

Básico ☐

Médio ☐

Superior ☐

Estado Civil:

Solteiro ☐

Casado ☐

Viúvo ☐

Sexo:

Masculino ☐

Feminino ☐

Local _____ **Bairro** _____ **Data** ____/____/____

Contato telefónico: _____ **E-mail:** _____

1. Sabe o que é a pobreza?

Sim ☐

Não ☐ (Se responder Não passe para pergunta 2)

2. Defina _____

3. A situação da pobreza e da fome tem melhorado

Sim ☐

Não ☐ (Se responder **Sim** passe para pergunta 4)

4. O que contribui por essa situação tão grave
- Desemprego ☐
- Baixo nível de qualificação académico e profissional ☐
- Má distribuição de receita ☐
- Nenhum ☐
5. Tem energia elétrica
- Sim ☐
- Não ☐
6. Tem água canalizada em casa
- Sim ☐
- Não ☐
7. Tem água potável e adequada ao consumo
- Sim ☐
- Não ☐
8. Tem hospital ou posto de saúde na sua comunidade
- Sim ☐
- Não ☐
9. Existe saneamento básico e adequado
- Sim ☐
- Não ☐
10. Existe serviços de recolha de lixo
- Sim ☐
- Não ☐

11. A construção da sua casa é feita de:

Bloco ☐

Tijolo ☐

Adobe ☐

Chapa/Lata ☐

Saco ☐

Pau a Pique ☐

Outros ☐

12. Vive em casa:

Própria ☐

Arrendada ☐

Família ☐

Nenhuma ☐

13. Qual é número do seu agregado familiar

1 à 2 filhos ☐

3 à 5 filhos ☐

6 ou mais filhos ☐

Nenhum ☐

14. Tem alimentação adequada

Sim ☐

Não ☐

15. Quantas refeições tem durante o dia

Pequeno-almoço ☐

Almoço ☐

Lanche ☐

Jantar ☐

Nenhuma ☐

16. Encontra-se empregado/a

Sim ☐

Não ☐

17. Quais são as suas fontes de rendimento

Salário ☐

Subsídios ☐

Conta própria ☐

Pensão ☐

Nenhuma ☐

18. Quanto é o rendimento ao final do mês

16.000,00 kz ☐

17.000,00 kz à 35.000,00 kz ☐

36.000,00 kz à 50.000,00 kz ☐

51.000,00 kz à 65.000,00 kz ☐

Outros ☐

Não sabe ☐

Nenhum ☐

19. Quais são as Instituições que ajudam as famílias desfavorecidas

Governo Provincial ☐

ONGs ☐

Associações ☐

Voluntários ☐

Nenhum ☐

20. Quais são apoios, que já receberam na vossa comunidade

Dinheiro ☐

Roupas, calçados, alimentação ☐

Material agrícola ☐

Nenhum ☐

21. Porque as pessoas não querem trabalhar na agricultura

Falta de informação ☐

Negligência ou desleixo ☐

Falta de investimento ☐

Não sabe ☐

22. Quais são os projetos iniciativas do governo que conheces no combate a pobreza e a fome?

Hortas urbanas ☐

Microcrédito ☐

Angola Jovem ☐

BUÉ ☐

Investir na Mulher Rural ☐

Papago ☐

Não sabe ☐

23. Sente-se feliz com o tipo de vida que tem

Sim ☐ (caso responder Sim passe para a seguinte)

Não ☐

a) Acha que condições menos boa as pessoas podem ser felizes?

Anexo X - Indicador Básicos de Pobreza em Angola em 2011 e 2014

INDICADOR	HDR 2011	HDR 2014
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)		
Posição	148	149
Valor	0,486	0,526
Saúde		
Esperança média de vida à nascença (anos)	51,1	51,9
Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nados vivos)	161	100
Prevalência HIV/Sida (% 15-49 anos)	2,2	2,3
Educação		
Médias de anos de escolaridade	4,4	4,73
Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais)	70,0	70,4
As taxas de abandono escolar primário (% do coorte escolar primários)	68,1	68,13
Receitas/controle sobre os recursos		
Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita	4.874	6,322.94
PIB per capita	5.812	7,345.68
Desigualdade		
IDH Ajustada à Desigualdade (IDHAD)	----	0.295
Coefficiente de Desigualdade Humana	----	43,6
Desigualdade na Expetativa de Vida (%)	----	46.2
Desigualdade na Renda (%)	50,0	49.98
Coefficiente GINI	58,6	42.66
Sexo		
Desigualdade de Género Index	----	----

Taxa de mortalidade materna (óbitos por 100.000 nascidos vivos)	610	450
Compartilhar de assentos no parlamento (% ocupados por mulheres)	38,6	34,091
Pobreza		
Índice de Pobreza Multidimensional (%)	0,452	----
População em situação de pobreza multidimensional (%)	77,4	----
População que vive com menos de 1,25 USD/dia (%)	54,3	----
Número de trabalhadores pobres, abaixo de 2 USD/dia (%)	----	----
Emprego e Vulnerabilidade		
Emprego à relação população	75,8	75.5
Taxa de desemprego (% com 15 anos ou mais)	----	----
O trabalho infantil (% de idades de 5 a 14)	24,0	23.5
Mobilidade e Comunicação		
Taxa de migração (por 1000 habitantes)	0,9	0,6
Usuários da internet (por cento da população)	10,0	16.94
Ambiente		
Oferta de energia primária, de combustível fosse (% do total)	36,7	39.28
Esgotamento dos recursos naturais (% RNB)	35,1	34.96
A população residente em terras degradadas	3,3	3.3
Impactos dos desastres naturais: número de mortes (por ano por milhão de pessoas)	2	21.13
Demografia		
População total (milhões)	19,6	21.47
Envelhecimento da população acima de 65 anos	----	4.02
Urbana (% da população)	59,4	60.75

A mediana de idade (anos)	16,6	16,4
---------------------------	------	------

Fonte: IDH, 2011-2014

Anexo XI - Quadro das ONG's e Associações na Província do Namibe

Nº	Sigla	Designação	Representante	Área ou setor de Intervenção	Denominação de Projetos	Projeto por Executar	Impacto	Contactos
1	ADA	Associação dos Defensores do Ambiente	Fernando Paixão	Proteção e defesa do ambiente	Educação cívica sobre a preservação do ambiente	Minha planta minha chará (arborização)	Controlo da desertificação	+244923659195
2	ADC	Ação para o Desenvolvimento Cristã	Pastor Neves Mumby	Assistência social e direitos humanos	Segurança alimentar	Assistência social e defesa dos direitos humanos	Melhoria da dieta alimentar de 120 crianças em situação de indigências	+244924286204 +244925475692
3	ADEGO	Ação pra o Desenvolvimento e Educação Comunitária	Jorge Sapato	Promoção dos direito humanos	Alfabetização e assistência às associações de camponeses, prevenção e combate ao HIV-Sida	Promoção dos direitos humanos	Criação de 2 centros de monitorização da criança e capacitação de cerca de 24 ativistas comunitários e 5 alfabetizadores	+244925123209
4	AMMIGA	Associação dos militares mutilados de Angola	Isaac Loth	Serviços sociais	Controlo, sensibilização e integração socioeconómica	Pesca artesanal	Melhoria da perspectiva de vida dos mutilados de guerra	+244939458882
5	ANDA	Associação dos Deficientes de Angola	Manuel Jundo	Serviços sociais	Defesa dos direitos das pessoas com necessidades	Pesca artesanal	Inclusão social e salvaguarda dos direitos	+244933910216
6	ADAS	Ação para o Desenvolvimento e	Nzinga Nsaku	Educação e serviços sociais	Formação profissional	Carpintaria, estofos e Assistência	Formação de jovens	+244923884286

		Assistencia Social				social		
7	AJAC	Associação Juvenil do Ambiente e Cultura	Xavier Bervante	Proteção e defesa do ambiente	Educação cívica sobre os cuidados com o ambiente	Educação cívica sobre os cuidados com o ambiente	Preservação do ambiente	+244929472502 +244916462457
8	APEL	Agência Angolana para o Processo Eleitoral	Bartolomeu Hamuty	Direitos humanos	Educação cívica e eleitoral	Educação cívica	Fortalecimento da cidadania e melhoramento da conduta eleitora da população ativa	+244937090379
9	APAM	Associação para Proteção da e Apoio a Mulher	Teresa Cacuhu	Educação e direitos humanos	Formação técnica profissional das mulheres e educação cívica	Educação cívica	Garantia dos direitos fundamentais da mulher	+244924676132
10	ASAMIS	Associação dos Amigos Solidários	Auxilio Vitungayakla	Cultura e direitos humanos	Envangelização, educação cívica e solidariedade entre comunidades	Envangelização, educação cívica e solidariedade entre comunidades	Reforço do espírito, solidariedade e harmonia entre pessoas	+244922955332
11	ASCOFA	Associação dos Ex-Combatentes das FAPLA	José Gaspar	Agricultura e serviços sociais	Defesa dos direitos do grupo alvo, sensibilização agricultura e pesca artesanal	Sensibilização, reintegração socioeconómica dos combatentes da ex-FAPLA	Salvaguardar os interesses dos ex-combatentes e garantir a sua reintegração social	+244924850856
12	BETESDA	Club Missionário	Clemente Dala	Cultura e direitos humanos	Envangelização, alfabetização, educação cívica, educação escolar, apoio social e proteção do	Envangelização e educação cívica	Educação da população sobre os valores morais e preservação do ambiente	+244934473627

					ambiente			
13	CARITAS	Diocese do Namibe	Padre Jaime Luís	Serviços sociais e educação	A nossa esperança	Apoio aos vulneráveis, assistência médica, e formação técnica e profissional	Garantir a assistência e reintegração social das pessoas em situação de indigência	+244922965872 +244923750004
14	CVA	Cruz Vermelha Angola	Daniel Kussumua	Saúde, serviços sociais e emergência	Gestão de desastres, saúde comunitária e assistência social	Recolha e distribuição de agasalhamento e socorrismo	Garantia de assistência pontual e minimizar o sacrifício das pessoas afetadas	+244923925424
15	COSPE	Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Emergentes	Alberto Rigom	Agricultura, ambiente, educação e direitos humanos	Programa integrado de proteção e desenvolvimento das florestas costeiras angolanas	Programa integrado de proteção e desenvolvimento das florestas costeiras angolanas	Reduzir a desflorestação e preservar o ambiente	
16	FORDU	Fórum Regional para o Desenvolvimento Universitário	Oseias Caxinde	Educação direitos humanos e desenvolvimento comunitário	Cooperação o desenvolvimento universitário	Educação cívica, apoio institucional de elaboração de projetos integrados	Incentivos a a formação academia e melhoria da qualidade de ensino universitário	+244937812129
17	GBECA	Grupo Bíblico de Cristão de Angola	André Caweia	Cultura, saúde e direitos humanos	Envangelização, fortalecimento da consciência estudantil e prevenção do HIV-Sida	Palestras sobre valores morais e prevenção do HIV-Sida no seio dos estudantes	Disseminação do evangelho para uma consciência social e domínio sobre os riscos do VIH-Sida	+244923467134
18	GPS	Grupo de Promoção Social	Benedito Correia	Direito humanos e desenvolvimento comunitários	Educação cívica eleitoral e prevenção dos conflitos	Prevenção dos conflitos e desenvolvimento comunitário	Ampla participação da população no processo eleitoral	

19	INACAD	Instituto nacional de apoio às crianças desnutridas desamparadas e deficientes físicos	Benício Guli	Saúde, educação e direitos humanos	Educação cívica	Apoio à criança desnutrida	_____	
20	LASP	Liga de Amizade e solidariedade e com os povos	Fernando Lino	Direitos humanos	Promoção das relações com povos do mundo	Realiza apenas trabalho corrente	_____	
21	Liga 4 de Abril	Liga Nacional dos Amigos do 4 de Abril	Mondlane Pereira	Educação, proteção e defesa do ambiente	Namibe verde	Namibe verde e apoio social	Controlo da desertificação e ambiente saudável	+244923334316
22	PROMAICA	Promoção das mulheres da Igreja	Natália Elisa	Educação, direitos humanos e serviços sociais	Alfabetização e formação profissional	Formação profissional e educação cívica da mulher	Por avaliar	
23	ASSOMENA	Associação das mulheres empresárias do Namibe	Marcelina Cristóvão	Desenvolvimento comunitário	Promoção empresarial e microcrédito	Projetos integrados, apoio à mulher empresária e sensibilização para o empreendedorismo	Capacita e potencial a mulher para a sua auto suficiência empresarial	+244924117988
24	CAA	Cruz Azul de Angola	António Francisco	Serviços sociais	Construção de um centro de acolhimento de indivíduos toxicodependentes	Internamento, acolhimento e assistência alimentar	Recuperação psicológica de pessoas em situação de alcoolismo e droga	+244938991720
25	RNP +	Rede Nacional de pessoas vivendo com VIH-Sida	Carolino Pimentel	Saúde e serviços sociais	Sensibilização das pessoas portadoras de VIH-Sida para uma vida positiva de incentivo as famílias de não	Disseminação de informações sobre o fenómeno e de atitudes para uma vida positiva bem como sobre	Reabilitação psicológica da população visada e domínio da informação sobre os cuidados e preservação da	+244929035428

					discriminação	aderência aos programas de assistência médica medicamentos a	doença	
--	--	--	--	--	---------------	--	--------	--

Fonte: UTCAH, 2014.